	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL
---	---

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90006/2026	Data de Abertura: 23/04/2026 às 10h00 (dez horas)
Processo nº 59570.001184/2025-70-e	No sítio: www.gov.br/compras
	Código UASG: 195012

Objeto		
Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de Equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e, eventualmente, outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR, distribuídos em 29 (vinte e nove) itens.		
A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:		
a) Os itens 1, 3, 5, 8, 11 e 27 é aberto para participação de todas as empresas;		
b) Os itens 2, 4, 6, 9, 12 e 28 é cota reservada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Decreto 8.538/15, art. 6º).		
c) Os itens 7, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 29 são para participação exclusiva de ME/EPP. (Decreto 8.538/15, art. 6º).		
Valor estimado		
R\$ 1.522.489,78 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos).		
Exigência de Amostra?		Forma de Adjudicação
Não		Por item
Itens Exclusivos para ME/EPP?	Itens com Cota Reservada para ME/EPP?	Dec. Nº 7.174/2010
Sim. <i>Itens 7, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 29</i>	Sim. <i>Itens 2, 4, 6, 9, 12 e 28</i>	Não
Modo de Disputa		Intervalo Mínimo entre os lances
Aberto		0,50%
Qualificação Econômico-Financeira		
Registro de capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf para cada item, não sendo de forma acumulativa.		
Pedidos de Esclarecimentos/ Impugnações		
Até dia 17/04/2026 para o endereço: 7a.sl@codevasf.gov.br		

Observações Gerais:
1) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.codevasf.gov.br e www.gov.br/compras para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

ABRIL/2026



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

SUMÁRIO

1.	OBJETO/LOCAL DE ENTREGA.....	3
2.	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	4
3.	PARTICIPAÇÃO	5
4.	CREDENCIAMENTO.....	7
5.	PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS	8
6.	ENVIO DAS PROPOSTAS	10
7.	DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
8.	FASE DE LANCES	13
9.	JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	17
10.	HABILITAÇÃO.....	20
11.	REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	26
12.	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	26
13.	FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA.....	27
14.	CONTRATAÇÃO	28
15.	CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS.....	30
16.	CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS.....	31
17.	PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	32
18.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	32
19.	GERENCIAMENTO, PARTICIPAÇÃO E ADESÃO	33
20.	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	36
21.	FORMA DE PAGAMENTO	38
22.	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	38
23.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	38
24.	POLÍTICA DE COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO	41
25.	POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	41
26.	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF	41
27.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	41

ANEXOS

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS
ANEXO II	CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
ANEXO III	MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO
ANEXO IV	TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
ANEXO V	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF
ANEXO VI	TERMO DE OBSERVÂNCIA A POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E DE IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS
ANEXO VII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

EDITAL Nº 90006/2026
PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP
PROCESSO Nº: 59570.001184/2025-70-e

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – Codevasf - por intermédio de sua Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário, e local abaixo indicado, realizará a presente licitação, com fundamento legal nas disposições da Lei n.º 13.303/2016, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, do Decreto nº 8.538/2015, do Decreto 11.462, de 31/03/2023, da Lei 14.133, de 01/04/2024, no que couber, e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf - RILC (disponível em: <https://licitacao.codevasf.gov.br/licitacoes/regulamento-interno-de-licitacoes>) e de acordo com as exigências e demais elementos técnicos constitutivos, expressas neste edital e em seus anexos.

O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis para consulta nos portais: <https://licitacoes.codevasf.gov.br/> e www.gov.br/compras, e na Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL da CODEVASF, localizada na Av. Maranhão, nº 1022, Sala 24, Centro, Teresina/PI - CEP: 64001-010, telefone (86) 3215-0120 / 0138 ou 0147, no horário de 08h00 (oito) às 12h00 (doze) horas e de 13h30 (treze e trinta) às 17h30 (dezessete e trinta), a partir da data da publicação no Diário Oficial da União (DOU).

DATA/HORA PARA INCLUSÃO DAS PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no Portal de Compras do Governo Federal até às **09h59 (nove horas e cinquenta e nove minutos) do dia da sessão pública.**

DA SESSÃO PÚBLICA:

DIA: 23 de abril de 2026.

HORÁRIO: 10h00 (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras/pt-br (Portal de Compras do Governo Federal)

CÓDIGO UASG (Órgão Gerenciador): 7ª Superintendência Regional (Teresina/PI) - 195012

1. OBJETO/LOCAL DE ENTREGA

1.1. Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de Equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e, eventualmente, outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR, distribuídos em 29 (vinte e nove) itens, conforme especificações e quantitativo estabelecidos no Termo de Referência.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 1.1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO GLOBAL avaliado, POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.1.3. **A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:**
- a) **Os itens 1, 3, 5, 8, 11 e 27 é aberto para participação de todas as empresas;**
 - b) **Os itens 2, 4, 6, 9, 12 e 28 é cota reservada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Decreto 8.538/15, art. 6º); e**
 - c) **Os itens 7, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 29 são para participação exclusiva de ME/EPP. (Decreto 8.538/15, art. 6º).**
- 1.1.4. A descrição geral dos fornecimentos encontra-se detalhada no **item 5 do Termo de Referência**, Anexo I que integra este Edital.
- 1.1.5. Os bens ora licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (Lei nº 4.150, de 21.11.62) e INMETRO, no que couber, e, principalmente, no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 1.1.6. No caso de haver divergência entre a descrição constante na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema do Portal de Compras do Governo Federal e aquela contida no Edital, prevalecerá sempre a descrição contida no Edital.
- 1.1.7. O fornecimento objeto deste Edital poderá ser acrescido ou diminuído, caso a Contratada aceite, de acordo com as necessidades e conveniências da Codevasf, nos termos do art. 81, § 1º, da Lei 13.303/16.
- 1.2. **LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE**
- 1.2.1. O local de entrega e as condições de transporte dos equipamentos e materiais, objeto deste Pregão, estão detalhados no **item 4 do Termo de Referência**, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo.
2. **FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**
- a) **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico – por Sistema de Registro de Preços.
 - b) **Modo de Disputa:** Aberto.
 - c) **Valor estimado:** Público.
 - d) **Forma de Fornecimento:** Por demanda.
 - e) **Critério de Julgamento:** Menor Preço.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- f) **Intervalo mínimo entre os lances:** 0,5% (meio por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3. PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta licitação empresas do ramo, pertinentes ao objeto desta licitação, isoladas, que satisfaçam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciados no SICAF (nível básico do registro cadastral) e credenciadas no site www.gov.br/compras, para acesso ao sistema eletrônico (sistema do Pregão Eletrônico), devendo ainda se manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 3.2. Será permitida a participação de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.
- 3.3. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, e no Decreto n.º 8.538/2015, devendo declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.
- 3.3.1. Não serão aplicados os benefícios constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para itens com valor global estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo 4º, da lei 14.133/2021.
- 3.3.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto 8.538/2015 de 6/10/2015
- 3.4. **Subcontratação**
- 3.4.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste Edital.
- 3.5. Poderá ser permitido que o(s) licitante(s) vencedor(es) ou contratado(s) sofra(m) processo de Fusão, Incorporação ou Cisão, desde que sejam observados pela(s) nova(s) empresa(s) os requisitos de Habilitação e que sejam mantidas as condições estabelecidas no(s) contrato(s) original(is), quando já contratado, sendo que, em qualquer uma das hipóteses, a Codevasf deverá ser notificada do processo e deliberará sobre a sua aceitação, ou não, condicionada à análise por parte da Administração quanto à possibilidade de riscos de insucesso.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

3.6. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.7. **Caberá ao licitante interessado em participar deste Pregão Eletrônico:**

- a) Credenciar-se no SICAF;
- b) Remeter a proposta de preços, no prazo estabelecido no subitem 6.1 deste Edital, **exclusivamente por meio eletrônico, via internet;**
- c) Responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Codevasf responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.8. **Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:**

- a) Empresas em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, exceto se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a Codevasf ou com a Administração Direta e Indireta na esfera Federal, e que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

b1) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- b2) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- b3) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- b4) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- b5) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- c) Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Codevasf;
- d) Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;
- e) Pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da Codevasf;
- f) Empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Codevasf há menos de 6 (seis) meses;
- g) Sob a forma de consórcio.
- h) Sob a forma de sociedades cooperativas.

4. CREDENCIAMENTO

- 4.1. Os licitantes que queiram participar desta licitação deverão ser previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico, para oferta de lances.
- 4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, devendo ser providenciado no site: www.gov.br/compras.
- 4.3. O credenciamento do licitante no Portal de Compras do Governo Federal dependerá também do credenciamento (nível básico do registro cadastral) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.5. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 4.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Codevasf responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.7. É de responsabilidade do licitante solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.8. Não será admitido nesta licitação o mesmo representante para empresas distintas, **considerando a participação por item.**

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS

5.1. Pedidos de Esclarecimentos

- 5.1.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados à Secretaria Regional de Licitações até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br. Consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
 - 5.1.1.1. **A Codevasf responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido; limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame; e,**
 - 5.1.1.2. Analisadas as consultas, a Codevasf deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão e devidos esclarecimentos, também por meio eletrônico, via Internet, nos sites www.gov.br/compras e <https://licitacoes.codevasf.gov.br/>, para consulta dos interessados, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
 - 5.1.1.3. Os esclarecimentos divulgados serão partes integrantes do Edital e seus Anexos e vincularão os participantes e a administração.
 - 5.1.1.4. As licitantes interessadas ficam, desde já, NOTIFICADAS da necessidade de acessar os sites www.gov.br/compras e <https://licitacoes.codevasf.gov.br/> para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos relativos a este Edital.
- 5.1.2. Os licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam de algum modo afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos.
- 5.1.3. A apresentação da proposta tornará evidente **que o licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, inclusive os esclarecimentos, as comunicações externas, os FAQs – Perguntas e Respostas Frequentes, e que a comprovou e a achou correta.** Evidenciará, também, que o



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

licitante obteve da Codevasf, todas as informações e esclarecimentos sendo suficientes para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

5.2. Impugnação ao Edital

5.2.1. Até **3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica, devendo ser observado ainda:

5.2.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à Secretaria Regional de Licitações, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

5.2.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Secretaria Regional de Licitações, nos autos do processo de licitação.

5.2.4. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.3. Recursos Administrativos

5.3.1. Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

5.3.2. Caso seja concedido o benefício estipulado no subitem 10.9.2 deste Edital, a abertura do prazo recursal em relação ao resultado do certame somente ocorrerá após a finalização do prazo determinado no referido subitem.

5.3.3. O Licitante que desejar apresentar recurso em face dos atos de julgamento da proposta ou da habilitação deverá manifestar imediatamente, através do sistema, após o término de cada sessão (julgamento da proposta ou da habilitação), a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

5.3.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

5.3.5. Declarada a vencedora, o Agente de Contratação (Pregoeiro) abrirá o sistema eletrônico, no prazo **de no mínimo 10 (dez) minutos**, durante o qual os licitantes que manifestaram intenção de recurso em qualquer uma das fases estabelecidas no item 5.3.3 deverão, de forma imediata, em campo próprio do sistema, confirmar ou não sua intenção de recurso.

5.3.6. O Licitante que tiver confirmado sua intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 5.3.7. Qualquer recurso contra a decisão do Agente de Contratação (Pregoeiro) não terá efeito suspensivo.
- 5.3.8. O recurso será dirigido ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 5.3.9. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 5.3.10. É assegurada aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 5.3.11. As razões dos recursos deverão ser apresentadas, tempestivamente, via sistema da sessão pública através do Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou, em caso de inoperabilidade do sistema, poderá ser enviado via e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br, dirigidas ao Agente de Contratação (Pregoeiro), que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 5.3.12. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem acima.

6. ENVIO DAS PROPOSTAS

- 6.1. Após a divulgação do Edital no portal <https://www.gov.br/compras> o licitante deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **com observância aos preços máximos unitários e global orçados pela CODEVASF**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.1.1. A licitante deve atentar que deverá estar com todas as condições de habilitação exigidas neste Edital atendidas, até a data de abertura do certame, considerando o **subitem 10.10.2** deste documento.
- 6.1.2. O licitante deverá enviar sua proposta, em reais, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a) Valor unitário e total do item;
 - b) Marca;
 - c) Fabricante;
 - d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação técnica do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.1.3. A CODEVASF não considerará propostas para entrega parcial dos fornecimentos.
- 6.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 6.1.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas, custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.1.6. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, sujeita a revalidação por idêntico período.
- 6.1.7. O licitante deverá atentar que a licitação é composta de 29(vinte e nove) itens no total, e quando do lançamento dos valores para disputa deverão fazê-lo de forma individualizada, por item, considerando o definido no subitem 1.1.2 do Edital. A licitação será adjudicada por ITEM, onde será vencedor o licitante que atender as exigências deste Edital e seus Anexos para cada ITEM a que estiver disputando.
- 6.1.8. AS PROPOSTAS DAS LICITANTES PREVIAMENTE CLASSIFICADAS EM 1º PRIMEIRO LUGAR deverão ser formuladas e encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obedecendo os prazos estipulados neste instrumento de convocação, e será considerado o preço unitário por item expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais.
- 6.1.9. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente incluída no sistema.
- 6.1.10. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação (Pregoeiro) e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.1.11. **Declarações a serem enviadas, em campo próprio, através do sistema do Portal de Compras do Governo Federal, quando do envio da proposta:**
- a) De que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - a1) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração impedirá o prosseguimento no certame;
 - a2) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 - b) De que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- c) De que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- d) De que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art.1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Da inexistência de fato superveniente até a data do início da sessão que impeça a sua habilitação no presente processo licitatório, e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- f) De que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- g) Da Cota de Aprendizagem, nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

6.2. Incluída a proposta, ainda que omissa em sua descrição no sistema no campo correspondente denominado “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, o licitante compromete-se a executar o objeto deste Edital, sem preterição do que consta do Termo de Referência, Anexo I que integram o presente Edital.

6.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o fornecimento, objeto deste Pregão, a ser entregue a Codevasf sem ônus adicional.

6.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6.5. A proposta, toda a correspondência e os documentos trocados entre o licitante e a Codevasf serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.

6.6. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, será considerado válido o unitário, e entre o valor expresso em algarismo e por extenso será considerado válido o por extenso.

7. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.1.1. A PROPOSTA mais vantajosa será a de menor valor ofertado para a execução do objeto da licitação;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

7.1.2. Nas situações onde duas ou mais licitantes apresentem Proposta de Preços com valores idênticos, e estes não sofram alteração após a etapa de lances, será adotado como critério de desempate o previsto no **subitem 8.20** deste Edital.

8. FASE DE LANCES

8.1. Classificadas as propostas, o sistema dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.2. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.

8.3. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (meio por cento).

8.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.5. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.6. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.7. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.8. Encerrada a fase competitiva, com a definição da melhor proposta, caso o sistema permita, **poderá** o Agente de Contratação (Pregoeiro), assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da sessão pública de lances, para definição das demais colocações.

8.8.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.9. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, permanecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.9.1. O subitem 8.9 aplica-se apenas para a primeira classificação de melhor preço.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 8.9.2. Em caso de empate, na segunda classificação em diante, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 8.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance- registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 8.11. Durante a fase de lances, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá excluir, lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.
- 8.12. No caso de desconexão do Agente de Contratação (Pregoeiro), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.12.1. O Agente de Contratação (Pregoeiro), quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.12.2. Quando a desconexão do Agente de Contratação (Pregoeiro) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação (Pregoeiro) aos participantes no site: www.gov.br/compras.
- 8.13. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos
- 8.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Benefícios às Microempresa e Empresas de Pequeno Porte:

- 8.15. **Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, **caso a contratação não se enquadre nas vedações do item 3.3.1**, deste Edital. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.16. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.17. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 8.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Critérios de Desempate:

- 8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, **a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, **vedado qualquer outro processo**.
- 8.23. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.24. **DA COTA DE PARTICIPAÇÃO DE 25% - DECRETO Nº 8.538/2015**
- 8.24.1. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 8.24.2. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

8.25. DA NEGOCIAÇÃO

8.25.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação (Pregoeiro) deverá negociar, pelo sistema eletrônico, condições mais vantajosas com licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, e ainda:

- a) Se não houver lances e o menor preço global e preços unitários estiver em desacordo com o orçamento pela Codevasf;
- b) Quando a proposta classificada em primeiro lugar, ou seja, a de menor preço, estiver com preço global e unitários em desacordo com o orçamento pela Codevasf, mesmo após encerramento da etapa competitiva;
- c) Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação;
- d) No caso de não comparecimento do licitante vencedor para a assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, poderá também negociar a proposta subsequente para obter melhor preço.

8.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.25.3. O Agente de Contratação (Pregoeiro) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme subitem 9.3, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

8.25.4. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou por interesse da Administração.

8.25.5. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação (Pregoeiro) iniciará a fase de julgamento.

8.26. ANÁLISE PRÉVIA AO EXAME DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.26.1. Como condição prévia ao exame da proposta de preços do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);
- 8.26.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 8.26.2. A consulta aos cadastros acima mencionados será realizada em nome da empresa licitante e também de seus sócios e administradores, para verificação e cumprimento dos impedimentos previstos no art. 38 da Lei 13.303/2016.
- 8.26.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.26.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.26.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.26.3. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação (Pregoeiro) reputará a desclassificação do licitante, por falta de condição de participação.
- 8.26.4. No caso de desclassificação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1. Encerrada a etapa de negociação e após a análise prévia ao exame da proposta de preços, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta previamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto a seguir:
- 9.1.1. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.
- 9.2. A Proposta de Preços da melhor oferta, classificada em primeiro lugar, deverá ser reformulada, ao último lance ou valor negociado, conforme o **item 8** do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, e enviada eletronicamente via sistema do portal <https://www.gov.br/compras>, por meio da opção "Enviar Anexo", **concedendo-se, para**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

esta providência, o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas, contado a partir da convocação realizada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), com a composição do(s) item(ns), compreendendo a descrição do objeto, bem como todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes pelo licitante, e contemplando os valores unitário e total, por item, devidamente atualizados, na qual deverá ainda constar explicitamente as seguintes informações:

- a) A Carta de Apresentação da Proposta – Anexo II deste Edital – deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta, devidamente datado e assinado pelo representante legal do licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. A Carta de Apresentação da Proposta deverá conter ainda os seguintes dados:
 - Razão social, CNPJ e endereço completo do licitante, com e-mail, site, número de telefone, Banco, agência, número de conta-corrente, praça de pagamento, e qualificação (nome, estado civil, profissão, nacionalidade, CPF identidade, endereço e telefones fixo e celular) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso de o licitante ser o vencedor;
- b) Demais documentos constantes do **item 8 do Termo de Referência**, Anexo I deste Edital.
- c) O licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela Codevasf, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas aquelas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior à indicada nas especificações constantes neste Edital e seus Anexo.

9.2.1. Caso haja indisponibilidade e/ou dificuldades técnicas referentes ao sistema, enviar a proposta, referida no item/grupo acima, para o e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br.

9.2.2. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou por interesse da Administração.

9.3. Após a análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 56, incisos I a VI da Lei n.º 13.303/2016, as propostas que:

- a) Não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos, descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- b) Apresentem vícios insanáveis, irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento;
- c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- c1) Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;
- c2) Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- c3) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
 - i. Questionamentos junto ao licitante vencedor para apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
 - ii. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
 - iii. Demais verificações que por ventura se fizerem necessárias.
- d) Apresente um desconto menor que o mínimo exigido ou permaneça acima do orçamento estimado pela Codevasf, para valor global e/ou unitário, para a contratação de que trata o § 1º do art. 57 e ressalvada a hipótese prevista no caput do art. 34 da Lei nº 13.303/2016;
- e) Não justificar/adequar as eventuais irregularidades apontadas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro), após diligência;
- f) Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.
- g) O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item.

9.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.4. É facultado ao Agente de Contratação (Pregoeiro), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo, conforme art. 66 do Regulamento de Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 9.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 9.5. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta não serão considerados, não podendo o licitante eximir-se do fornecimento do objeto da presente licitação.
- 9.5.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem acima a licitante deverá honrar o preço fixado na Carta de Apresentação de Proposta, sob pena de desclassificação e das possíveis sanções cabíveis.
- 9.5.2. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.
- 9.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais:
- 9.6.1. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratação (Pregoeiro).
- 9.7. O Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá solicitar parecer técnico da Área de origem da licitação e/ou Parecer da Assessoria Jurídica, para subsidiar o julgamento da proposta.
- 9.8. Se a proposta de preços do licitante classificado em primeiro lugar não for aceitável, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 9.8.1. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação (Pregoeiro) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação (Pregoeiro) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. HABILITAÇÃO

- 10.1. A PROPOSTA classificada em primeiro lugar, nos termos do item 9 deste Edital, deverá apresentar os documentos necessários à comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, **válidos e que comprovem situação pré-existente à abertura do certame**, relacionados nos subitens seguintes.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

10.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados via Sistema do Portal de Compras do Governo Federal ou, em caso de indisponibilidade e/ou dificuldades técnicas referentes ao sistema, enviar para o e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br, **concedendo-se, para esta providência, o prazo de, no mínimo 02 (duas) horas**, contado a partir da convocação realizada pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) no sistema eletrônico.

10.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.3. **Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS, SEGURIDADE SOCIAL-INSS, CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS-CNDT);

a1) Nota: A Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitidas pela RFB e PGFN, bem como a Certidão referente à Contribuição Previdenciária (INSS), emitida pela RFB, expedidas anteriormente à vigência da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014, e suas alterações posteriores, poderão ser apresentadas para satisfazer a exigência desta alínea, desde que estejam dentro do prazo de validade nelas constantes, conforme prevê a Portaria MF nº 358, de 5/9/2014 (publicada no DOU de 9/9/2014).

a2) Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto ao SICAF, o licitante vencedor deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;

a3) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes;

a4) Se porventura, quando da verificação "on line" no SICAF constatar-se que o cadastramento do licitante vencedor se encontra vencido, o mesmo deverá encaminhar à CODEVASF, além dos documentos citados na alínea "a" acima e "b" abaixo, a cópia dos seguintes documentos:

a4.1) no caso de sociedade limitada unipessoal (SLU): inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a4.2) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

a4.3) Registro comercial, no caso de empresa individual, devendo, no caso de licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz;

a4.4) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento (ATA) de eleição de seus administradores, devendo, no caso do licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz no qual deverá estar contemplado, dentre os objetos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

a4.5) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

- b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo no Anexo VII deste Edital;
- c) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, a mesma deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.4. **Qualificação Técnica:**

- a) A Qualificação Técnica constituir-se-á dos documentos apresentados na **HABILITAÇÃO exigidos no item 9.2** do Termo de Referência, **Anexo I, que integra o presente Edital**, devendo ser apresentados na forma estabelecida para fins de avaliação da qualificação técnica.

a1) No caso de comprovação da capacidade técnica do licitante e dos profissionais em serviços realizados no exterior, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, devidamente regularizado no país de origem, registrado no Consulado Brasileiro, que para efeito de habilitação, poderá ser apresentado em tradução livre, nos termos do subitem 10.10.1 do Edital;

10.5. **Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.
- b) Registro de capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf para cada item, não sendo de forma acumulativa, conforme item 9.3 do Termo de Referência.
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir

c1) Observações: serão considerados aceitos como *na forma da lei* o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.1.1) sociedades regidas pela Lei 6.404/1976 (sociedade anônima):

Publicados em Diário Oficial; ou

Publicados em jornal de grande circulação; ou,

Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente.

c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente ou em outro órgão equivalente; ou

Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente;

c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:

Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente.

c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

☑ O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c2) Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a apresentação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente

c3) No caso de Microempreendedor Individual – MEI – o mesmo deve apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social (Acórdão nº 133/2022 - Plenário).

- 10.6. Para a eficácia dos atos quanto ao atendimento a que se referem as alíneas “a1”, “a2”, “a3” e “b”, do subitem 10.3 acima, será analisada a documentação da licitante vencedora, observando ainda, o previsto no subitem 10.7 abaixo.
- 10.7. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Codevasf convencionou o prazo como sendo o de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese do licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 10.7.1. Caso a certidão expedida pela Fazenda Federal seja POSITIVA, deverá constar expressamente na mesma o efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa, ou se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens.
- 10.7.2. Toda a documentação apresentada pelo licitante, para fins de habilitação, deverá pertencer a empresa que efetivamente executará os serviços, ou seja, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ deverá ser o mesmo em



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

todos os documentos, com exceção da CND referente ao INSS e do CRF referente ao FGTS, sendo que neste último caso deverá comprovar que os recolhimentos de FGTS são centralizados.

- 10.8. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- a) Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou,
 - b) Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 10.9. **Habilitação: Benefícios às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte:**
- 10.9.1. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, alterado pelo Decreto nº 10.273/2020, em se tratando das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de contratação, observando-se o disposto no item 3.3.1 deste Edital. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 10.9.2. Na hipótese de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, quando da comprovação de que trata o subitem acima, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Codevasf, mediante justificativa do licitante, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), observando-se o procedimento definido no Decreto nº 8.538/2015 art. 4º, § 1º, alterado pelo Decreto alterado pelo Decreto nº 10.273/2020.
- 10.9.3. A comprovação de regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte é condição para assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços.
- 10.9.4. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 10.9.2 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016, de 30/6/16, sendo facultado à Codevasf convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 10.10. **Os documentos apresentados em língua estrangeira:**
- 10.10.1. Os documentos apresentados durante a sessão pública, emitidos em idioma estrangeiro, poderão ser inicialmente apresentados com tradução livre, para a língua portuguesa.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 10.10.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o subitem 10.9.1 acima, serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas e registrado no Cartório de Títulos e Documentos, arcando o licitante com todas e quaisquer despesas decorrentes da tradução.
- 10.11. Se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Agente de Contratação (Pregoeiro) examinará a proposta ou o lance subsequente, na fase de julgamento, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital e seus Anexos, o licitante será declarado vencedor.

11. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato/Ata de Registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 11.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (chat) de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, exauridos os eventuais recursos administrativos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.
- 12.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade do item cotado, antes da homologação do certame.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

- 13.1. Homologada a licitação pela autoridade competente será formalizada a Ata de Registro de Preços nos termos do Anexo III deste Edital, com as licitantes consideradas vencedoras do certame.
- 13.2. A Codevasf procederá ao encaminhamento da Ata de Registro de Preços, devidamente preenchida com os itens nos quais o licitante foi considerado vencedor, ao endereço eletrônico informado na proposta desta que procederá a sua assinatura **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, remetendo-a a Codevasf para o endereço citado no item 1 deste Edital.
- 13.2.1. O prazo previsto no subitem 13.2 poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Codevasf, ou por interesse desta.
- 13.2.2. No caso do licitante se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital, o Agente de Contratação (Pregoeiro) poderá convocar os licitantes remanescentes, **na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor.**
- 13.2.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem acima, a Codevasf poderá:
- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
 - b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 13.3. Assinada a Ata de Registro de Preço, esta terá efeito de compromisso de fornecimento.
- 13.4. A efetivação da Ata de Registro de Preços não obriga a Codevasf a firmar as contratações que dela poderão advir, facultada a realização de licitação específica para qualquer aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro de preços preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 13.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante deverá manter as condições de habilitação consignadas no Edital.
- 13.6. O fornecedor beneficiário que não atender o subitem 13.5 acima terá sua proposta desclassificada, podendo a Codevasf convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os documentos habilitatórios e feita a negociação, assumir a colocação de primeiro classificado na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

13.7. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.7.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

13.7.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

a) A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.7.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.7.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. CONTRATAÇÃO

14.1. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.1.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 14.2. Após a assinatura do Instrumento Contratual, de acordo com a demanda de materiais e/ou produtos constantes na ata de registro de preços, procederá a emissão da Nota de Empenho em favor do fornecedor beneficiário do(s) item(ns).
- 14.2.1. O fornecedor beneficiário que não aceitar as condições estabelecidas no instrumento contratual correspondente, conforme o caso, não cumprindo assim as obrigações prescritas na Ata de Registro de Preço, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 14.2.2. É facultado à Codevasf, quando o fornecedor beneficiário não aceitar o instrumento contratual correspondente, conforme o caso, nas condições estabelecidas, convocar outro licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.
- 14.2.3. O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá proceder a entrega do objeto deste edital em conformidade com as exigências prescritas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital
- 14.2.4. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato na Assessoria Jurídica da Superintendência Regional da Codevasf, em Teresina PI, devendo comparecer no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da convocação, ou assiná-lo digitalmente no mesmo prazo.
- 14.2.5. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, no decorrer do prazo especificado no subitem acima, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da Codevasf.
- 14.2.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 14.2.7. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 14.2.8. A Codevasf providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, considerando que tal publicação deverá ocorrer nos termos previstos no § 2º do art. 51 da Lei nº 13.303/2016.



15. CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 15.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - c) ou na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.
- 15.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 15.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 15.2.2. Na hipótese prevista no item 15.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 15.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 16, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
- 15.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 15.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 15.3.1. Para fins do disposto no item 15.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 15.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 16, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação vigente.
- 15.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 15.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes do certame, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 15.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 16, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 15.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no item 15.3 e subitem 15.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 15.3.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.

16. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
 - b) não assinar o contrato, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 15.3.2; ou
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021 ou no inciso III do art. 83 da Lei 13.303, de 2016.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 16.1.1. Na hipótese prevista na alínea d) do item 16.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 16.1.2. O cancelamento do registro de preços nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 16.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro de preços do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
- 16.1.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- a) por razão de interesse público;
 - b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
 - c) ou se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 15.2.3 e 15.3.4.

17. PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
- 17.2. Em caso de prorrogação da ata de registro de preços, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 17.3. A eventual prorrogação e renovação do quantitativo originalmente registrado se dará mediante prévio acordo entre as partes e desde que previsto na etapa de planejamento da contratação.

18. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de **R\$ 1.522.489,78 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), a preços de novembro/2025**, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo II do Termo de Referência Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

18.2 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

19. GERENCIAMENTO, PARTICIPAÇÃO E ADESÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR:

19.1. **O órgão gerenciador será a Codevasf.**

19.2. Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

- a) remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30;
- b) gerenciar a ata de registro de preços;
- c) conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- d) deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;
- e) aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;
- f) aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e
- g) autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo de até noventa dias para o órgão não participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

19.3. **Constituem ainda obrigações do órgão gerenciador, quando da execução contratual:**

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- b) Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos objetos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/serviços especialmente designado;
- e) Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- f) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos.
- g) Permitir ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços o acesso ao local da entrega do objeto, desde que observadas as normas de segurança;
- h) Notificar o fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- i) Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com aqueles praticados no mercado.

19.3.1. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Edital, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

ÓRGÃO PARTICIPANTE:

19.4. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência, nos termos da Lei nº 13.303/16 adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

- I. assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- II. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
- III. aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e
- IV. prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

19.4.1. A dotação orçamentária referente a quantidades e valores da participação no processo de Intenção de Registro de Preços é de inteira responsabilidade do órgão participante.

ADESÃO:

19.5. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que estejam enquadrados no art. 1º da Lei 13.303/2016 e que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas pela Codevasf.

- 19.5.1. É facultada aos órgãos ou entidade da Administração Direta Municipal, Distrital ou Estadual a adesão às Atas de Registro de Preços da Codevasf, devendo apresentar parecer favorável de sua Assessoria Jurídica.
- 19.5.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 19.5.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, respeitado o prazo de vigência da ata.
- 19.5.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 19.5.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 19.5.6. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 19.5.7. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 19.6. A adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação deverá observar o disposto no Procedimento para Processos de Adesão a Atas de Registro de Preços da Codevasf.
- 19.7. **Constituem obrigações do Fornecedor beneficiário da Ata:**
 - 19.7.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
 - 19.7.2. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente registro de preço;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 19.7.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, procedência, prazo de validade, número do contrato e dados bancários para pagamento (banco, nome e código da agência e conta corrente);
- 19.7.4. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, **no caso de fornecimento de bens**;
- 19.7.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o art. 76 da Lei nº 13.303/16;
- 19.7.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, objeto com avarias ou defeitos;
- 19.7.7. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 19.7.8. Manter, durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além do que está disposto no item 14.1.
- 19.7.9. Assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato e aceitar a respectiva Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido no Edital.
- 19.7.10. Pagar todos os tributos devidos em decorrência da execução dos fornecimentos, bem como apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste Edital.
- 19.7.11. A contratada deverá observar todas as obrigações legais, secundárias, de segurança e medicina do trabalho, sustentabilidade socioambientais, trabalhistas, integridade, anticorrupção, LGPD e demais aplicáveis e necessárias à execução do objeto do Edital.

20. PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 20.1. Os prazos para execução do objeto e vigência do contrato são os estabelecidos no item 11 do Anexo I – Termo de Referência, **que integra o presente Edital, e nos subitens abaixo.**
 - 20.1.1. O prazo para execução do objeto deste TR é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
 - 20.1.2. O prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 20.1.3. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos, perfazendo um prazo total de vigência de 330 dias.
- 20.2. O contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, qualquer que seja o valor envolvido, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:
- a) haja interesse da Codevasf;
 - b) sejam comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
 - c) seja constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
 - d) Esteja justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
 - e) Esteja previamente autorizada pela autoridade competente.
- 20.2.1. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 20.2.2. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.
- 20.3. A expedição da “Ordem de Fornecimento” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no “Diário Oficial da União”.
- 20.4. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
- a) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;
 - b) quando necessária a modificação do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

20.5. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de regularização com tributos (Fazenda Federal), Previdência Social (CND), Débitos Trabalhistas (CNDT) e FGTS ou comprovante de regularidade do SICAF e no CADIN. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita às sanções previstas neste Edital, bem como ao enquadramento nos motivos do Art. 155 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

20.6. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

21. FORMA DE PAGAMENTO

21.1. O pagamento do objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas **no item 12 do Termo de Referência**, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo. Será efetuado em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.

22. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

22.1. Os preços registrados permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data limite de apresentação da proposta. Após o período estabelecido, serão adotados os critérios de reajustamento previstos **no item 13 do Termo de Referência**, Anexo I deste Edital.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Para a apuração das infrações contratuais ou outras cometidas nas Licitações Codevasf, a Codevasf, respeitado o contraditório e ampla defesa, deverá instaurar processo para apuração da responsabilidade do infrator, podendo impor as seguintes penalidades ao contratado ou licitante:

I. Advertência, nos seguintes casos:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou;
- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

I.1) A licitante será notificada que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

I.2) Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Codevasf.

II. Multa, na forma descrita no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, o licitante e contratado que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- f) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
- h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

23.1.1. A sanção prevista no inciso I do subitem 23.1 consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

23.1.2. As sanções definidas no inciso III do subitem 23.1 poderão ser majoradas em 1/2 (um meio) nos seguintes casos, em função do prazo base originário da sanção:

- a) Se o apenado for reincidente; e
- b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.

23.1.3. As sanções definidas no inciso III do subitem 23.1 poderão ser atenuadas em 1/4 (um quarto) nos seguintes casos em função do prazo base originário da sanção:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- a) Se o apenado não for reincidente;
 - b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
 - c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la;
e
 - d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 56 do Decreto nº. 11.129/2022.
- 23.2. Na aplicação de sanções ao contratado será assegurada a observância do contraditório e ampla defesa, garantindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia pelo contratado.
- 23.3. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa.
- 23.4. A sanção de suspensão, prevista no subitem 23.1 observará os parâmetros estabelecidos no RILC da CODEVASF, e poderá ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODEVASF, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 23.5. Constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, as condutas descritas nos incisos de I a V, do art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sujeitando-se as empresas licitantes e as empresas contratadas às penalidades previstas no art. 6º, da mesma lei, seguindo a regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 23.5.1. Os atos previstos no item 23.1, que também sejam tipificados como atos lesivos à lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, conforme regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 23.6. Constitui crime contra a Administração Pública, sujeitando-se às penalidades do Código Penal Brasileiro, as condutas descritas nos artigos 337-E a 337-O, em razão do disposto no art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 23.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 23.8. No caso da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

24. POLÍTICA DE COMBATE À FRAUDE E CORRUPÇÃO

- 24.1. Tanto a Contratada, quanto a Codevasf, comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e o Decreto nº 11.129/2022, de 11 de julho de 2022.
- 24.2. Deverá ser observada a Política de Combate à Fraude e Corrupção, disponível em <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>, bem como a Cláusula Anticorrupção disposta no Anexo III - Minuta de Contrato deste Edital.

25. POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- 25.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância a Política de Transações com Partes Relacionadas, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo VI deste Edital.
- 25.2. Deverá ser observada a Política de Transações com Partes Relacionadas, disponível em <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>.

26. CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

- 26.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, devidamente assinado, conforme modelo constante do **Anexo IV deste Edital**, sendo condição essencial para a referida assinatura.
- 26.2. O descumprimento do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, constante do **Anexo V deste Edital**, por empregado da empresa contratada, deverá ser comunicado formalmente ao representante legal da referida empresa.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação (Pregoeiro) em contrário.
- 27.2. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Agente de Contratação (Pregoeiro) ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observada a legislação.
- 27.3. A Minuta de Contrato regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato.
- 27.4. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato.
- 27.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

- 27.6. O não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que, a critério do Agente de Contratação (Pregoeiro), seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 27.7. O licitante ao participar deste certame declara ter ciência das Políticas da Codevasf disponíveis no site da Codevasf: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-regimentos-politicas-e-regulamentos/politicas>.
- 27.8. A Codevasf poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira ou técnica da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
- 27.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 27.10. Responsabiliza-se o licitante vencedor por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à Codevasf e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 27.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Codevasf.
- 27.12. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 27.13. Este Edital e seus Anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com o licitante vencedor, independente de transcrições.
- 27.14. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do estado do Piauí será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Teresina/PI, abril de 2026.

JOSE OCELO ROCHA CAMPOS JUNIOR
Superintendente Regional - Substituto
CODEVASF – 7ª/SR



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

OBS.: Deverão ser respeitados os preços máximos, unitários e global orçados pela Codevasf.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO II

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ITEM _____

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE:

EMAIL:

SITE:

À

CODEVASF

Avenida Maranhão, 1022, Centro

CEP 64.001-010 – Teresina– PI

Ref.: Edital nº 90006/2026

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital nº 90006/2026 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de Equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e, eventualmente, outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR, conforme especificações e quantitativo estabelecidos no Termo de Referência, para o Item _____, pelo valor global de R\$ _____, **(VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS)**, de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data de emissão da(s) Nota(s) de Empenho pela CODEVASF.

Nos preços cotados, deverá estar incluso o transporte (frete) para o material objeto desta licitação.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (____/____/____), representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta, será considerada um contrato de obrigação entre as partes.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o(a) Sr.(a) _____, carteira de Identidade n.º _____, Órgão Expedidor _____, CPF n.º _____, residente e domiciliado(a) na rua _____, n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, ao(à) qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar contratos, atas e documentos, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos, e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento.

Atenciosamente,

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba- Codevasf
Secretaria De Licitações e Contratos – PR/SL

ANEXO III

MINUTA DA ATA E/OU DE CONTRATO



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO IV

TERMO DE OBSERVÂNCIA AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

Termo de Observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congêneres.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica _____, CPF/CNPJ nº _____, por meio de seu representante legal abaixo subscrito, vem afirmar aderência, ciência e concordância com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf e compromete-se a respeitá-las e cumpri-las integralmente, bem como fazer com que seus empregados o façam quando no exercício de suas atividades nas dependências da Codevasf ou para a Empresa.

Compreendo que o Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o serviço público, seja no exercício do cargo em comissão, função de confiança ou gratificada ou emprego, ou fora dele, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção e conhecer e cumprir as normas previstas na Lei 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022.

Assumo, também, a responsabilidade de denunciar à Ouvidoria e/ou Comissão de Ética da Codevasf sobre qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as disposições do Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf, por meio dos seguintes canais:

☒ Ouvidoria da Codevasf: <https://sistema.ouvidorias.gov.br>

☒ Comissão de Ética da Codevasf: etica@codevasf.gov.br.

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf.

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO V – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE DA CODEVASF

(Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/governanca/comissao-de-etica/codigo-de-conduta-etica-e-integridade-da-codevasf>)



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

**ANEXO VI – TERMO DE OBSERVÂNCIA A POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES
RELACIONADAS E DE IDENTIFICAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

Termo de Observância da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf e de Identificação de Partes Relacionadas Externas

Nº do Instrumento: (Informar contrato, convênio ou instrumento congêneres.)

Período de Vigência do Instrumento: (Informar Período.)

Finalidade do Instrumento: (Informar finalidade.)

A pessoa física/jurídica , CPF/CNPJ nº , por meio de seu representante legal abaixo subscrito, declara que:

i) está ciente, afirma aderência e concordância com as normas e práticas estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf;

ii) compreende que, nos termos da Política, deve informar à Codevasf se existem membros da sua família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, e correlatos, até o 2º grau (detalhamento na Tabela 1), para fins de identificação de quaisquer transações entre eles e a Codevasf;

Conforme disposto acima, assinale uma das opções abaixo:

- a. () Declara, para fins de cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf, que não tem conhecimento de membro da minha família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, até 2º grau e correlatos, que diretamente ou por meio de entidade tem relação direta ou indireta de forma contratual, trabalhista ou comercial com a Codevasf.
- b. () Declara, para fins de cumprimento da Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf, que tem conhecimento de membro da minha família ou de membros das famílias dos sócios/acionistas, até 2º grau e correlatos, que diretamente ou por meio de entidade tem relação contratual, trabalhista ou comercial com a Codevasf, e presto as seguintes informações:

Pessoa física ou sócio/acionista que tem relação com a Codevasf*:

Nome da Pessoa Física:	Grau de Parentesco:	Nome do Agente Público da Codevasf:	Forma da Relação com a Codevasf
	Pai, Mãe, Padrasto, Madrasta, Filho, Neto, Outro		Conselheiro, Diretor, Empregado, Comissionado, Prestador de Serviço, Outro.

* Preencher apenas se for assinalado o item ii) b.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

A assinatura deste Termo é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas e práticas estabelecidas na Política de Transações com Partes Relacionadas da Codevasf disponível em:

(Informar o local.) , (Dia.) de (Mês.) de (Ano.)

Assinatura / carimbo do responsável/representante legal

Nome completo:

CPF:

Cargo:

Tabela 1: Demonstração de parentes em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o 2º grau, nas relações de trabalho ou emprego.

FORMAS DE PARENTESCO		PARENTES EM LINHA RETA		PARENTES EM LINHA COLATERAL	
GRAU		CONSANGUINIDADE	AFINIDADE	CONSANGUINIDADE	AFINIDADE
1º	Ascendentes	Pai ou mãe (inclusive madrasta e padrasto)	Sogra ou sogra (inclusive madrasta/padrasto do cônjuge ou companheiro(a))	-	-
	Descendentes	Filhos	Enteados, genros ou noras (inclusive do cônjuge ou companheiro(a))	-	-
2º	Ascendentes	Avô ou avó	Avô ou avó do cônjuge ou companheiro(a)	-	-
	Descendentes	Netos	Netos do cônjuge ou companheiro(a)	-	-
				Irmãos	Cunhados

O Cônjuge ou Companheiro, embora não seja considerado parente, encontra-se sujeito às vedações contidas na súmula vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído da (empresa) doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item (completar) do Edital nº 90006/2026, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da licitação de nº 90006/2026 foi elaborada de maneira independente (Empresa), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº 90006/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação de nº 90006/2026 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº 90006/2026 por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº 90006/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de nº 90006/2026 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação de nº 90006/2026 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação de nº 90006/2026 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CODEVASF antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

**TERMO DE REFERÊNCIA – SRP
PREGÃO ELETRÔNICO
VALOR ESTIMADO PÚBLICO
MENOR PREÇO**

FORNECIMENTO, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDER DEMANDA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI (LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO ANIMAL) E, EVENTUALMENTE, OUTRAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NO ESTADO DO PIAUÍ, ÁREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF/7ª SR.

NOVEMBRO/2025



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ÍNDICE

1OBJETO DA CONTRATAÇÃO	3
2TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	23
3FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO	24
4LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE	25
5DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	25
6CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	26
7VISITA AO LOCAL DA ENTREGA.....	26
8PROPOSTA.....	27
9DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	27
10ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	28
11PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	28
12FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	29
13REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	30
14MULTAS	31
15GARANTIA DE EXECUÇÃO	32
16FISCALIZAÇÃO	33
17RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS.....	33
18CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	34
19OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	35
20OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	35
21GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	36
22MATRIZ DE RISCO	37
23CONDIÇÕES GERAIS.....	37
24ANEXOS.....	37



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de Equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e, eventualmente, outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR, distribuídos nos itens descritos abaixo e no Anexo II do TR:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UNID	QUAN
1	<p>Incubadora de CO₂ com jaqueta de água, destinada a aplicações laboratoriais de cultivo celular e produção in vitro de embriões, projetada para garantir controle preciso de temperatura, umidade e concentração de CO₂, mantendo ambiente livre de contaminação e com estabilidade térmica otimizada; Deve possuir sistema de filtragem HEPA, capaz de filtrar continuamente todo o volume interno da câmara a cada 60 segundos, atingindo ISO Classe 5 em até cinco minutos após a abertura da porta, assegurando ambiente limpo e minimizando contaminações; O equipamento deve dispor de porta dupla em vidro com lâmina transparente de aquecimento patenteada, que minimiza a condensação e permite recuperação rápida da temperatura interna. Deve conter display touchscreen para visualização e controle de todos os parâmetros operacionais, incluindo temperatura, nível de CO₂ e umidade, permitindo operação intuitiva e segura; A incubadora deve ser equipada com jaqueta d'água com parede tripla, garantindo máxima proteção térmica e rápida recuperação após abertura de porta. Deve possuir volume interno mínimo de 184 litros, interior em aço inoxidável com cantos arredondados para facilitar a higienização, vedação da porta interna removível para limpeza e desinfecção, e orifício de acesso para amostragem da câmara com filtro; Deve possuir porta reversível, contato para alarme remoto, sensor de nível na câmara da jaqueta d'água e possibilidade de instalação de sensor adicional para medição de umidade relativa. Deve ainda contar com sensor de temperatura duplo e sensor TC de alta tecnologia com compensação automática de umidade e tempo de recuperação de 8 minutos; O equipamento deve possuir interface USB para conexão a computador e software dedicado para registro, transferência e armazenamento de dados operacionais; Volume interno: 184 litros; Jaqueta d'água com parede tripla; Sistema de filtragem HEPA (renovação total do ar a cada 60 segundos); Nível de limpeza: ISO Classe 5 em até 5 minutos após abertura da porta; Faixa de temperatura: ambiente +5°C a 55 °C; Precisão de temperatura: ± 0,1 °C; Uniformidade de temperatura: ± 0,2 °C; Faixa de controle de CO₂: 0 a 20%; Precisão de CO₂: ± 0,1%; Umidade relativa: 95% a 37 °C; Sensor de temperatura duplo; Sensor TC com compensação automática de umidade; Interface</p>	430062	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>USB e software para gerenciamento de dados; Porta reversível e contato para alarme remoto; 03 prateleiras de aço inox perfuradas, com opção para até 16 prateleiras; Dimensões internas (A x L x C): 68,1 x 54,1 x 50,8 cm; Dimensões externas (A x L x C): 100,3 x 66 x 63,7 cm; Dimensões embalado (P x L x A): 81 x 79 x 120 cm; Peso líquido/bruto: 120,2/140,5 kg; Alimentação elétrica: 230 V / 50–60 Hz; Equipamento registrado na ANVISA. Cota principal</p>			
2	<p>Incubadora de CO₂ com jaqueta de água, destinada a aplicações laboratoriais de cultivo celular e produção in vitro de embriões, projetada para garantir controle preciso de temperatura, umidade e concentração de CO₂, mantendo ambiente livre de contaminação e com estabilidade térmica otimizada; Deve possuir sistema de filtragem HEPA, capaz de filtrar continuamente todo o volume interno da câmara a cada 60 segundos, atingindo ISO Classe 5 em até cinco minutos após a abertura da porta, assegurando ambiente limpo e minimizando contaminações; O equipamento deve dispor de porta dupla em vidro com lâmina transparente de aquecimento patenteada, que minimiza a condensação e permite recuperação rápida da temperatura interna. Deve conter display touchscreen para visualização e controle de todos os parâmetros operacionais, incluindo temperatura, nível de CO₂ e umidade, permitindo operação intuitiva e segura; A incubadora deve ser equipada com jaqueta d'água com parede tripla, garantindo máxima proteção térmica e rápida recuperação após abertura de porta. Deve possuir volume interno mínimo de 184 litros, interior em aço inoxidável com cantos arredondados para facilitar a higienização, vedação da porta interna removível para limpeza e desinfecção, e orifício de acesso para amostragem da câmara com filtro; Deve possuir porta reversível, contato para alarme remoto, sensor de nível na câmara da jaqueta d'água e possibilidade de instalação de sensor adicional para medição de umidade relativa. Deve ainda contar com sensor de temperatura duplo e sensor TC de alta tecnologia com compensação automática de umidade e tempo de recuperação de 8 minutos; O equipamento deve possuir interface USB para conexão a computador e software dedicado para registro, transferência e armazenamento de dados operacionais; Volume interno: 184 litros; Jaqueta d'água com parede tripla; Sistema de filtragem HEPA (renovação total do ar a cada 60 segundos); Nível de limpeza: ISO Classe 5 em até 5 minutos após abertura da porta; Faixa de temperatura: ambiente +5°C a 55 °C; Precisão de temperatura: ± 0,1 °C; Uniformidade de temperatura: ± 0,2 °C; Faixa de controle de CO₂: 0 a 20%; Precisão de CO₂: ± 0,1%; Umidade relativa: 95% a 37 °C; Sensor de temperatura duplo; Sensor TC com compensação automática de umidade; Interface USB e software para gerenciamento de dados; Porta reversível e contato para alarme remoto; 03 prateleiras de aço inox perfuradas, com opção para até 16 prateleiras; Dimensões internas (A x L x</p>	430062	unid	1



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	C): 68,1 x 54,1 x 50,8 cm; Dimensões externas (A x L x C): 100,3 x 66 x 63,7 cm; Dimensões embalado (P x L x A): 81 x 79 x 120 cm; Peso líquido/bruto: 120,2/140,5 kg; Alimentação elétrica: 230 V / 50–60 Hz; Equipamento registrado na ANVISA. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 1			
3	<p>Incubadora de Bancada CO₂ e O₂ - A incubadora de bancada deve ser destinada a aplicações laboratoriais de maturação de oócitos, fertilização in vitro, cultivo de embriões e células, garantindo controle preciso de temperatura, pressão e atmosfera gasosa. O equipamento deve possuir sistema eletrônico microprocessado, capaz de manter as grandezas físicas com alta estabilidade, mesmo após abertura e fechamento das tampas, permitindo rápida recuperação da atmosfera interna e mínima variação dos parâmetros críticos; O equipamento deve apresentar câmaras de cultivo em tamanho reduzido, com sistema eficiente de vedação, assegurando rápida recuperação e manutenção da atmosfera gasosa após abertura. Sua estrutura em alumínio anodizado e aço inoxidável deve propiciar design funcional, elegância, resistência e facilidade de limpeza, garantindo condições ideais de higiene interna e externa; A interface de operação deve incluir tela colorida de 4,3 polegadas (TFT-LCD) com resolução de 480 x 272 pixels, permitindo interação direta entre usuário e programação por meio de toques na tela. O equipamento deve possuir função USB “bootloader”, que possibilite atualização de software de forma prática, e permitir monitoramento remoto via aplicativo compatível com dispositivos móveis, assegurando controle contínuo do funcionamento mesmo fora do laboratório; O equipamento deve dispor de alarmas visuais exibidos no display, garantindo a segurança operacional. Deve possuir faixa de temperatura de trabalho de 34 a 45 °C, com precisão de ±0,5 °C, intervalo extra de pressão de 1 a 50 mmHg, e pressão de entrada do gás de 9 a 11 Psi (0,6 a 0,8 kgf/cm²). A potência máxima do equipamento deve ser 200 W, com alimentação DC de 12 V – 16,66 A e alimentação AC compatível com 100–240 V~, 3–1 A, 50/60 Hz; O equipamento deve garantir recuperação rápida da atmosfera interna, mesmo após abertura, assegurando condições estáveis para o cultivo celular. Deve possuir câmaras projetadas para manutenção uniforme da pressão e temperatura, minimizando riscos de contaminação e assegurando alto rendimento em protocolos de reprodução <i>in vitro</i>;</p> <p>Dimensões (CxLxA): 565x400x180mm; Peso bruto: 22 kg;</p> <p>Acessórios/componentes: 1 Cabo de alimentação. 1 Chicote pneumático com conectores valvulado de engate rápido.</p>	430062	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>1 Fonte de alimentação elétrica. 3 Pares (extras) de mangueiras do sistema de pré-aquecimento. 3 Pares (extras) de “anéis” de vedação para rolhas . 8 Racks de alumínio para microtubos de cultivo. 3 Sistemas de pré-aquecimento de gás. Cota principal</p>			
4	<p>Incubadora de Bancada CO₂ e O₂ . A incubadora de bancada deve ser destinada a aplicações laboratoriais de maturação de oócitos, fertilização in vitro, cultivo de embriões e células, garantindo controle preciso de temperatura, pressão e atmosfera gasosa. O equipamento deve possuir sistema eletrônico microprocessado, capaz de manter as grandezas físicas com alta estabilidade, mesmo após abertura e fechamento das tampas, permitindo rápida recuperação da atmosfera interna e mínima variação dos parâmetros críticos; O equipamento deve apresentar câmaras de cultivo em tamanho reduzido, com sistema eficiente de vedação, assegurando rápida recuperação e manutenção da atmosfera gasosa após abertura. Sua estrutura em alumínio anodizado e aço inoxidável deve propiciar design funcional, elegância, resistência e facilidade de limpeza, garantindo condições ideais de higiene interna e externa; A interface de operação deve incluir tela colorida de 4,3 polegadas (TFT-LCD) com resolução de 480 x 272 pixels, permitindo interação direta entre usuário e programação por meio de toques na tela. O equipamento deve possuir função USB “bootloader”, que possibilite atualização de software de forma prática, e permitir monitoramento remoto via aplicativo compatível com dispositivos móveis, assegurando controle contínuo do funcionamento mesmo fora do laboratório; O equipamento deve dispor de alarmas visuais exibidos no display, garantindo a segurança operacional. Deve possuir faixa de temperatura de trabalho de 34 a 45 °C, com precisão de ±0,5 °C, intervalo extra de pressão de 1 a 50 mmHg, e pressão de entrada do gás de 9 a 11 Psi (0,6 a 0,8 kgf/cm²). A potência máxima do equipamento deve ser 200 W, com alimentação DC de 12 V – 16,66 A e alimentação AC compatível com 100–240 V~, 3–1 A, 50/60 Hz; O equipamento deve garantir recuperação rápida da atmosfera interna, mesmo após abertura, assegurando condições estáveis para o cultivo celular. Deve possuir câmaras projetadas para manutenção uniforme da pressão e temperatura, minimizando riscos de contaminação e assegurando alto rendimento em protocolos de reprodução <i>in vitro</i>; Dimensões (CxLxA): 565x400x180mm; Peso bruto: 22 kg;</p> <p>Acessórios/componentes: 1 Cabo de alimentação. 1 Chicote pneumático com conectores valvulado de engate rápido.</p>	430062	unid	1



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>1 Fonte de alimentação elétrica. 3 Pares (extras) de mangueiras do sistema de pré-aquecimento. 3 Pares (extras) de “anéis” de vedação para rolhas . 8 Racks de alumínio para microtubos de cultivo. 3 Sistemas de pré-aquecimento de gás. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 3</p>			
5	<p>Cabine de Fluxo Unidirecional (Laminar) Horizontal - O equipamento permite o trabalho com máxima segurança, possuindo área de trabalho classificada como ISO Classe 5, conforme NBR ISO 14644-1 (antiga Classe 100 de acordo com o Federal Standard 209E). O fluxo de ar é horizontal, com velocidade média de 0,45 m/s ± 0,05, garantindo total proteção ao produto manipulado, inclusive contra contaminações. Atende integralmente aos requisitos e exigências da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); A estrutura é construída em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura à base de poliuretano, assegurando durabilidade e resistência. Possui paredes laterais em vidro temperado e motoventiladores de insuflamento equipados com proteção térmica, que garantem operação estável e segura; A iluminação interna é composta por lâmpadas fluorescentes posicionadas de forma a oferecer ampla visibilidade da área de trabalho. O equipamento conta com tela de proteção em alumínio para o filtro HEPA de insuflamento, assegurando a integridade do sistema de filtragem; O sistema de filtragem é composto por filtro HEPA classe ISO 45H, conforme NBR ISO 29463-1 (antigo H14), com eficiência de 99,995% para partículas maiores que 0,3 µm, e pré-filtro sintético plissado classe ISO Coarse 92%, conforme ABNT NBR ISO 16890-1:2018 (antiga Classe G4 da ABNT NBR 16.101:2012); A base de apoio é fabricada em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura em poliuretano, dotada de rodízios giratórios com freio para facilitar a movimentação. O painel elétrico contém botão de acionamento liga/desliga e potenciômetro para ajuste fino da velocidade do motoventilador; O equipamento apresenta nível de ruído inferior a 70 dBA e fusíveis de proteção para maior segurança elétrica. O plugue elétrico segue o padrão brasileiro de três pinos (10A / 220V).</p> <ul style="list-style-type: none"> Mesa de trabalho recortada, destacada do equipamento indicada para trabalhos com LUPA e MICROSCÓPIOS. Peso aproximado:125 kg <p>Dimensões externas (aproximadas): Altura com base: 1.940 mm Altura sem base: 1.110 mm Largura total: 1.270 mm Profundidade: 740 mm</p> <p>Dimensões da área de trabalho (aproximadas):</p>	627737	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>Altura: 610 mm Largura: 1.250 mm Profundidade: 460 mm Altura da superfície de trabalho em relação ao piso: 870 mm</p> <p>Especificações elétricas: Tensão de alimentação: 220 V Número de fases: Monofásico Frequência: 60 Hz Potência total: 500 W</p> <p>O CONJUNTO E COMPOSTO POR: 01 Cabine fluxo Laminar (unidirecional) horizontal; 01 Kit de Lâmpada UV e Branca; 01 Bico de Gás; 01 Tomada Auxiliar 110/220 Volts; 01 Manual de Operação em português. Cota principal</p>			
6	<p>Cabine de Fluxo Unidirecional (Laminar) Horizontal - O equipamento permite o trabalho com máxima segurança, possuindo área de trabalho classificada como ISO Classe 5, conforme NBR ISO 14644-1 (antiga Classe 100 de acordo com o Federal Standard 209E). O fluxo de ar é horizontal, com velocidade média de 0,45 m/s \pm 0,05, garantindo total proteção ao produto manipulado, inclusive contra contaminações. Atende integralmente aos requisitos e exigências da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); A estrutura é construída em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura à base de poliuretano, assegurando durabilidade e resistência. Possui paredes laterais em vidro temperado e motoventiladores de insuflamento equipados com proteção térmica, que garantem operação estável e segura; A iluminação interna é composta por lâmpadas fluorescentes posicionadas de forma a oferecer ampla visibilidade da área de trabalho. O equipamento conta com tela de proteção em alumínio para o filtro HEPA de insuflamento, assegurando a integridade do sistema de filtragem; O sistema de filtragem é composto por filtro HEPA classe ISO 45H, conforme NBR ISO 29463-1 (antigo H14), com eficiência de 99,995% para partículas maiores que 0,3 μm, e pré-filtro sintético plissado classe ISO Coarse 92%, conforme ABNT NBR ISO 16890-1:2018 (antiga Classe G4 da ABNT NBR 16.101:2012); A base de apoio é fabricada em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura em poliuretano, dotada de rodízios giratórios com freio para facilitar a movimentação. O painel elétrico contém botão de acionamento liga/desliga e potenciômetro para ajuste fino da velocidade do motoventilador; O equipamento apresenta nível de ruído inferior a 70 dBA e fusíveis de proteção para maior segurança elétrica. O plugue elétrico segue o padrão brasileiro de três pinos (10A / 220V).</p> <ul style="list-style-type: none"> Mesa de trabalho recortada, destacada do equipamento indicada para trabalhos com LUPA e MICROSCÓPIOS. 	627737	unid	1



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>Peso aproximado:125 kg</p> <p>Dimensões externas (aproximadas): Altura com base: 1.940 mm Altura sem base: 1.110 mm Largura total: 1.270 mm Profundidade: 740 mm</p> <p>Dimensões da área de trabalho (aproximadas): Altura: 610 mm Largura: 1.250 mm Profundidade: 460 mm Altura da superfície de trabalho em relação ao piso: 870 mm</p> <p>Especificações elétricas: Tensão de alimentação: 220 V Número de fases: Monofásico Frequência: 60 Hz Potência total: 500 W</p> <p>O CONJUNTO E COMPOSTO POR: 01 Cabine fluxo Laminar (unidirecional) horizontal; 01 Kit de Lâmpada UV e Branca; 01 Bico de Gás; 01 Tomada Auxiliar 110/220 Volts; 01 Manual de Operação em português. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 5</p>			
7	<p>Analizador eletrônico para medição de gases da incubadora - O equipamento é utilizado em laboratórios que operam com incubadoras de CO₂ e O₂, sendo indicado para atividades que exigem checagem e monitoramento precisos das concentrações gasosas. O analisador apresenta alta precisão nas leituras de CO₂ e permite medições adicionais de O₂ (0– 100%), umidade relativa (0–100%) e temperatura (0–50 °C), conforme configuração dos sensores.O sistema realiza leituras simultâneas de CO₂, O₂, temperatura e umidade relativa, com tempo de resposta inferior a um minuto, assegurando agilidade e confiabilidade nas aferições. Possui grande capacidade de armazenamento de dados, com possibilidade de transferência e download de registros para acompanhamento e análise das medições realizadas; O equipamento dispõe de sondas de temperatura duplas, que permitem ajuste e estabilização das condições térmicas da incubadora, além de possibilitar a análise de variações de temperatura durante o processo de cultivo. É projetado para operação rápida, precisa e de fácil utilização, atendendo às exigências de controle ambiental em sistemas de produção in vitro de embriões e em outros procedimentos laboratoriais que demandam condições gasosas controladas. A finalidade de uso consiste em realizar a aferição periódica e a calibração das incubadoras de CO₂, garantindo a estabilidade e a precisão das condições gasosas e térmicas utilizadas nos processos de maturação oocitária, fertilização e cultivo embrionário. O uso do equipamento assegura a confiabilidade</p>	629389	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>dos parâmetros de incubação e contribui para a qualidade dos resultados obtidos nas etapas da produção in vitro de embriões. O sistema é alimentado por bateria de íon-lítio (Li-Ion), com duração de até 12 horas (10 horas com bomba de amostragem), vida útil aproximada de 600 ciclos e tempo de recarga de cerca de 4 horas. O carregamento ocorre por meio de fonte de alimentação externa de 5 Vdc, com circuito interno de carga e possibilidade de alimentação alternativa também em 5 Vdc; A estrutura é confeccionada em ABS/polipropileno com inserções de borracha de silicone, proporcionando resistência mecânica e durabilidade. O teclado é composto por 17 teclas de borracha de silicone com revestimento em resina, garantindo ergonomia e precisão no acionamento; A interface deve contar com tela de cristal líquido (LCD) de 128 x 64 pixels, com retroiluminação LED RGB, que assegura boa visibilidade das informações em diferentes condições de iluminação. O sistema possui filtros de amostra de gás, tubo secador integrado para remoção de umidade e filtro coletor de água em PTFE substituível pelo usuário, garantindo pureza e segurança nas medições.</p> <p>Condições de operação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Temperatura de operação: 0 °C a 50 °C • Umidade relativa: 0 – 95% sem condensação (sonda de UR: 0 – 100% sem condensação) • Pressão barométrica: ± 500 mbar em relação à pressão de calibração <p>Características físicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Peso: aproximadamente 495 g • Dimensões: 165 mm (C) x 100 mm (L) x 55 mm (P) • Temperatura (opcional): x 2 usando sondas opcionais 0°C a +50°C • Precisão de temperatura, típica: ± 0,1°C de 32 a 44°C, ± 0,2°C no restante da faixa • Pressão barométrica: 800 - 1200 mbar • Medição de UR (opcional): Sonda de UR 0 -100% UR sem condensação • Precisão de UR: ± 1,5% UR em toda a faixa • Alarme visual e sonoro Níveis de alarme de CO₂ e O₂ selecionáveis pelo usuário • Comunicações: Miniconector USB tipo B, classe de dispositivo HID <p>Armazenamento de dados 1000 conjuntos de leitura + 270 eventos. Exclusiva ME/EP</p>			
8	<p>Microscópio Estereoscópico Trinocular - para o apoio às atividades de micromanipulação, seleção e avaliação morfológica de oócitos e embriões nos procedimentos de produção <i>in vitro</i> de embriões realizados no laboratório. O equipamento assegura visualização tridimensional com alta</p>	440794	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>definição, condições de trabalho ergonômicas e controle preciso da ampliação, fatores indispensáveis para garantir eficiência, segurança e qualidade dos resultados nas etapas de manipulação celular e reprodutiva.</p> <p>Características técnicas:</p> <p>Microscópio estereoscópico zoom 7.5:1; magnificações com variação mínima de 6,7x e 50x;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Incluso par de ocular de 10x com campo de 22 mm; · Iluminação LED diascópico integrado à estativa, composto de sistema óptico de zoom contínuo com variação mínima de magnificações entre 0,67x e 5,0x e escalonamento tipo click-stop com fatores intermediários; · Coluna com 29 cm de altura; · Base com dimensões mínimas de 21 cm x 30 cm; · Botões para foco (coaxial) macrométrico bilaterais, por pinhão e cremalheira; · Ajuste de tensão mecânica; · Botões de ajuste contínuo do fator de zoom bilaterais com escala graduada; Tubo trinocular/binocular com ajuste de distância interpupilar com variação mínima de 55 a 75 mm; Ângulo de visão com o plano horizontal de 45°; Distância de trabalho livre mínima de 115 mm; Iluminação diascópica (refletida) por LED tipo “branco luz do dia”, de aproximadamente 6.500°K, inclusa de espelho para indução de contraste sobre a amostra, com durabilidade aproximada de 25.000 horas; incluindo controlador; · Fonte de alimentação externa com entrada bivolt automática 100-240 V AC; · Possibilidade de upgrade futuro para acessórios para campo escuro, adaptação de sistema de foto documentação e aumento da magnificação para até 250x com a troca de lentes frontais e oculares; · Base altamente ergonômica com baixa espessura, facilitando trabalhos de longa duração (inclusas abas de sustentação de mãos do profissional, para apoio e maior precisão para trabalhos em embriologia). · Capa de proteção; Hermético; · Manual de instruções; Cota principal 			
9	<p>Microscópio Estereoscópico Trinocular - para o apoio às atividades de micromanipulação, seleção e avaliação morfológica de oócitos e embriões nos procedimentos de produção <i>in vitro</i> de embriões realizados no laboratório. O equipamento assegura visualização tridimensional com alta definição, condições de trabalho ergonômicas e controle preciso da ampliação, fatores indispensáveis para garantir eficiência,</p>	440794	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>segurança e qualidade dos resultados nas etapas de manipulação celular e reprodutiva.</p> <p>Características técnicas:</p> <p>Microscópio estereoscópico zoom 7.5:1; magnificações com variação mínima de 6,7x e 50x;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Incluso par de ocular de 10x com campo de 22 mm; · Iluminação LED diascópico integrado à estativa, composto de sistema óptico de zoom contínuo com variação mínima de magnificações entre 0,67x e 5,0x e escalonamento tipo click-stop com fatores intermediários; · Coluna com 29 cm de altura; · Base com dimensões mínimas de 21 cm x 30 cm; · Botões para foco (coaxial) macrométrico bilaterais, por pinhão e cremalheira; · Ajuste de tensão mecânica; · Botões de ajuste contínuo do fator de zoom bilaterais com escala graduada; Tubo trinocular/binocular com ajuste de distância interpupilar com variação mínima de 55 a 75 mm; Ângulo de visão com o plano horizontal de 45°; Distância de trabalho livre mínima de 115 mm; Iluminação diascópica (refletida) por LED tipo “branco luz do dia”, de aproximadamente 6.500°K, inclusa de espelho para indução de contraste sobre a amostra, com durabilidade aproximada de 25.000 horas; incluindo controlador; · Fonte de alimentação externa com entrada bivolt automática 100-240 VAC; · Possibilidade de upgrade futuro para acessórios para campo escuro, adaptação de sistema de foto documentação e aumento da magnificação para até 250x com a troca de lentes frontais e oculares; · Base altamente ergonômica com baixa espessura, facilitando trabalhos de longa duração (inclusas abas de sustentação de mãos do profissional, para apoio e maior precisão para trabalhos em embriologia). · Capa de proteção; Hermético; <p>Manual de instruções; Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 8</p>			
10	<p>Microscópio Biológico Binocular - Sistema óptico infinito;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Sistema de iluminação por LED de alta transmissão, cor branca, com a adição da lente “Fly eye” (Olho de Mosca) que fornece luz homogênea em todo campo de visão; · Tubo binocular com inclinação de 30° e distância interpupilar ajustável de 50- 75mm; · Lentes oculares 10X (com 20mm de campo de visão); 	601089	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<ul style="list-style-type: none"> • Trava para evitar que o tubo se desprenda do corpo do microscópio; • Trava para bloqueio da ocular que evita que as oculares sejam facilmente removidas; • Revólver porta-objetivas quádruplo voltado para dentro da estativa, facilitando as mudanças das objetivas e a acessibilidade da amostra; • Objetivas Plan Acromáticas 4X; 10X; 40X; 100X; 4X (0,1 / 25 mm) 10X (0,25 / 6,7 mm) 40X (0,65 / 0,6 mm) 100X Oil (1,25/0,14 mm) • Tratamento antifungo no sistema óptico; • Botões de foco grosso e fino coaxiais, localizados em ambos os lados do microscópio. Botão de ajuste de foco macrométrico com 37,7mm por rotação. Botão de ajuste de foco micrométrico com 0,2mm por rotação. •Macrométrico com anel de ajuste de torque; Botão de limite de altura da platina para predefinição de melhor foco durante altas magnificações que evitam que a platina seja acidentalmente elevada e quebre lâminas de vidro; • Platina mecânica retangular com suporte de amostra e escala de vernier, curso transversal: 76(X) x 30 (Y) mm; Condensador 0.1-1.25 fixo, com códigos de cores de localização correspondentes a cor de cada objetiva para facilitar o posicionamento da abertura do condensador e obter o melhor desempenho óptico; • Botão liga / desliga e controles de brilho de iluminação localizados na parte da frente do microscópio para fácil visibilidade e acesso; • Espaço de armazenamento de cabos na parte traseira; • Peso reduzido (aproximadamente 6kg) e vários pontos de transporte para facilitar o levantamento e movimentação em prateleiras e espaço de trabalho; • Método de observação: Campo Claro; • Guia rápido online intuitivo com acesso por QR code. Exclusiva ME/EPP 			
11	<p>Microcentrifuga compacta de alta velocidade: Um motor sem escovas e livre de manutenção fornece aceleração e desaceleração extremamente rápidas do rotor de 12 lugares. A velocidade e o tempo são definidos com os botões de controle no painel frontal da unidade. Um botão "Rápido" permite corridas momentâneas. Um fluxo contínuo de ar ambiente através da câmara do rotor mantém o rotor e as amostras frias; com um rotor</p>	415012	unid	21



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>de 12 lugares para tubos de 1,5/2,0 mL. Tubos menores são acomodados por adaptadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Volume máximo de 12 x 2 mL; • Detector de desequilíbrio com parada automática para operação segura; • Motor DC sem escova para desempenho livre de manutenção; • Bloqueio da tampa de segurança - a tampa abre automaticamente no fim da corrida; • Painel digital com indicador de velocidade e tempo; Configuração de RPM de 500-15000 RPM com precisão de velocidade de 100 RPM; • Mudança da funcionalidade de RPM para RCF com um toque; • Adaptadores para tubos de 0,1 / 0,2 e 0,5 mL; • Liberação de emergência da tampa durante falta de energia; • Diagnóstico interno automático e exibição de erros; • Operação silenciosa. Cota principal 			
12	<p>Microcentrifuga compacta de alta velocidade: Um motor sem escovas e livre de manutenção fornece aceleração e desaceleração extremamente rápidas do rotor de 12 lugares. A velocidade e o tempo são definidos com os botões de controle no painel frontal da unidade. Um botão "Rápido" permite corridas momentâneas. Um fluxo contínuo de ar ambiente através da câmara do rotor mantém o rotor e as amostras frias; com um rotor de 12 lugares para tubos de 1,5/2,0 mL. Tubos menores são acomodados por adaptadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Volume máximo de 12 x 2 mL; • Detector de desequilíbrio com parada automática para operação segura; • Motor DC sem escova para desempenho livre de manutenção; • Bloqueio da tampa de segurança - a tampa abre automaticamente no fim da corrida; • Painel digital com indicador de velocidade e tempo; Configuração de RPM de 500-15000 RPM com precisão de velocidade de 100 RPM; • Mudança da funcionalidade de RPM para RCF com um toque; • Adaptadores para tubos de 0,1 / 0,2 e 0,5 mL; • Liberação de emergência da tampa durante falta de energia; 	415012	unid	6



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<ul style="list-style-type: none"> Diagnóstico interno automático e exibição de erros; Operação silenciosa. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 11 			
13	<p>Cilindro de gases medicinal: Para armazenamento da mistura gasosa que abastece a incubadora de cultivo <i>in vitro</i> de embrião.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Capacidade hidráulica: 50L/10 metros cúbicos (m³); Pressão de serviço: 200 bar; Altura: 1500 mm; Diâmetro externo: 229mm; Rosca de entrada: 3/4-14NGT; Peso: 58kg. Exclusiva ME/EPP</p>	361505	unid	6
14	<p>Mesa aquecedora- utilizada em laboratórios para a manipulação de Oócitos e Embriões, fabricada em alumínio e PMMA, garante grande estabilidade da temperatura em toda sua superfície. Deve possuir controlador incorporado ao equipamento, reduzindo o volume de cabos e conexões, além de ocupar um menor espaço em sua bancada de trabalho, aumentando o conforto visual e facilitando o trabalhos no campo ou em laboratório. Conta com display gráfico OLED.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS Acabamento: Alumínio anodizado e PMMA Display: OLED Faixa de ajuste: 34°C à 39°C Precisão de juste: 0,1°C Dimensões: 330 mm x 220 mm x 11 mm Peso: 1,9 Kg Oscilação máxima de temperatura: + - 0,2°C Tensão de entrada: 12V 5ª Fonte de Alimentação: Inclusa (Entrada: 90-240Vac 50/60Hz - Saída: 12V 5A) Conexão de Alimentação: P4 5x2.1mm Consumo máximo de energia: 55W Condições ambientais de operação: 0°C a +34°C / Umidade 10% a 75% / 0,7 a 1,2 atm. Exclusiva ME/EPP</p>	440324	unid	6
15	<p>Regulador de Pressão Gasosa especial: latão forjado simples-Reguladores de pressão simples estágio; Corpo totalmente forjado em latão; Válvula de segurança externa; Destinados ao uso em sistemas de alta pressão</p> <p>Especificações * Faixa de Temperatura: -40 a 60 % * Manômetros: 2" * Escalas: psi e bar * Estanqueidade: 1 x 108 atm cm? He * Coeficiente de Vazão: 0,16 *</p>	631559	unid	6



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>Materiais</p> <p>* Corpo e Capa: Latão forjado e cromado</p> <p>*Diafragma: Aço inoxidável 316L</p> <p>*Sede: PTFE®</p> <p>* Selos: PTFE®</p> <p>* Filtro: Bronze sinterizado - 40 microns</p> <p>* Assento Encapsulado: Bronze. Exclusiva ME/EPP</p>			
16	<p>Banho-maria digital - uma banheira de tamanho individual, construída em aço inoxidável resistente à corrosão. A câmara sem emendas tem capacidade mínima de 7,51 litros de água. A temperatura pode ser ajustada entre +10 °C e 100 °C, sendo facilmente monitorada no visor digital.</p> <p>Calibração: Calibração em 2 pontos Controlador: ecrã gráfico a cores intuitivo de 3,5" com ecrã táctil Controlador: visualização digital da temperatura definida e real e do tempo (restante) do programa</p> <p>Controle de temperatura: sistema de segurança em dois estágios para evitar sobretemperatura</p> <p>Controle de temperatura: alarme de sobretemperatura regulável individualmente, visual e acústico</p> <p>Controle de temperatura: Limitador de temperatura independente para desligar o aquecimento em caso de falha</p> <p>Sistema de autodiagnóstico: controlador de temperatura PID com microprocessador e sistema integrado de autodiagnóstico com indicador de falhas</p> <p>Sistema de drenagem: sistema inovador de drenagem fácil de esvaziar</p> <p>Temporizador: temporizador digital de 1 min. até 99 horas 59 min., visual e acústico</p> <p>Interior: Bandeja em aço inoxidável, sem cantos e bordas para facilitar a limpeza, incl. dreno central (sem instalações perturbadoras).</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:</p> <p>Temperatura:</p> <p>*MÁX: 100 °C</p> <p>*MÍN: 10 °C</p> <p>*Volume: no mínimo 7,5 lL</p> <p>*Largura: 217 mm</p> <p>*Altura: 150 mm</p> <p>*Comprimento: 277 mm. Exclusiva ME/EPP</p>	239687	unid	3
17	<p>Aquecedor de Tubos MISTO - Segurança térmica para os procedimentos que necessitam de aquecimento do material biológico e de soluções laboratoriais. O equipamento deve possuir um sensor eletrônico que mantém a temperatura durante o trabalho, com tolerância de $\pm 0,2^{\circ}\text{C}$ de variação térmica.</p>	605833	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	Capacidade: 4 Tubos de 50 ml, 4 Tubos de 15 ml, 6 Tubos de 5 ml. Exclusiva ME/EPP			
18	<p>Micropipeta monocanal 0,5 a 10 µL - convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 0,5 a 10 µL ; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>A. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>B. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>C. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>D. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>E. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>F. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>G. Ejetor de ponteira.</p> <p>H. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica.</p> <p>Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetil (POM) • Aço inoxidável Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) • Aço inoxidável.</p> <p>Exclusiva ME/EPP</p>	409082	unid	3
19	<p>Micropipeta monocanal 2 a 20 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas</p>	409083	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 2 a 20 µL ; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>I. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>J. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>K. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>L. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>M. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>N. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>O. Ejetor de ponteira.</p> <p>P. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica.</p> <p>Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável</p> <p>Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) •</p> <p>P. Aço inoxidável. Exclusiva ME/EPP</p>			
20	<p>Micropipeta monocal 20 a 200 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 20 a 200 µL; • Manual de Instruções 	409084	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<ul style="list-style-type: none"> • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas: Q. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio. R. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido. S. Tampa: Protege o local de calibração. T. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>Exclusiva ME/EPP</p>			
21	<p>Micropipeta monocal 100 a 1000 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 100 a 1000 µL; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas: Y. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio. Z. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido. AA. Tampa: Protege o local de calibração. BB. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável. CC. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL). DD. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p>	410273	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>EE. Ejetor de ponteira. FF. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica. Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) • FF. Aço inoxidável. Exclusiva ME/EPP</p>			
22	<p>Ponteira universal com filtro 0,1 a 10 µL: 01 rack de ponteiras 10 ul com 96 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções. Utilizada em procedimentos que requeiram aspirar e transferir um volume preciso de solução de um local a outro. Ponteira universal, com filtro, de cor neutra, estéril, com capacidade de 0,1 a 10µL. Comercializada em rack. • Universal; • Com filtro; • Cor neutra; • Produzida em Polipropileno; • Apirogênica; • Livre de Rnase/Dnase; • Variação disponível: Capacidade (volume capaz de aspirar) • Comercializadas em racks com 96 unidades; • Caixa com 10 racks; Exclusiva ME/EPP</p>	621867	unid	30
23	<p>Ponteira universal com filtro 1 a 200 µL: 01 rack de ponteiras 1µL - 200ul com 96 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções em procedimentos que requeiram maior proteção contra contaminação. Utilizada em aplicações como PCR, sequenciamento de DNA e outras técnicas que envolvem o uso de materiais em vapores, radioativos, perigosos ou corrosivos. Universal; • Cor neutra; • com filtro; • Produzida em Polipropileno; • Apirogênica; • Livre de Rnase/Dnase; • Variações disponíveis: • Esterilidade (estéril)</p>	455928	unid	30



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>Forma de apresentação comercial (rack) Referência comercializada em rack: 96 unidades/rack (caixa com 10 racks, totalizando 960 unidades);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de lote na embalagem para rastreabilidade do produto. Exclusiva ME/EPP 			
24	<p>Ponteira universal com filtro 100 a 1000 µL: 01 rack de ponteiros 100 µL - 1000µL com 100 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções em procedimentos que requeiram maior proteção contra contaminação.</p> <p>Utilizada em aplicações como PCR, sequenciamento de DNA e outras técnicas que envolvem o uso de materiais em vapores, radioativos, perigosos ou corrosivos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Universal; • Cor neutra; • Com filtro; • Produzida em Polipropileno; • Apirogênica; • Livre de Rnase/Dnase; • Variações disponíveis: • Esterilidade (estéril) • Forma de apresentação comercial (rack) • Referência comercializada em rack: 100 unidades/rack (caixa com 10 racks, totalizando 1.000 unidades); • Identificação de lote na embalagem para rastreabilidade do produto. Exclusiva ME/EPP 	434424	unid	30
25	<p>Suporte giratório para micropipetadores 06 posições: 01 (um) Suporte giratório (carrossel) para micropipetadores, com capacidade para 06 unidades monocanal. Apoio e armazenamento de micropipetadores. Utilizado em laboratórios que fazem uso de micropipetadores em sua rotina de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fabricado em plástico resistente; • Possui 06 posições; • Comporta micropipetadores monocanais. • Comercializado individualmente. Exclusiva ME/EPP 	428981	unid	3
26	<p>Rack de Alumínio para Tubos de ensaio: Rack de Alumínio, Adequado para laboratórios. Rack 24 tubos: 4 x 15 ml - 12 x 5 ml - 8 x 0,8 ml. Exclusiva ME/EPP</p>	479649	unid	6
27	<p>Grupo Gerador 29 kVA- 380 / 220 Vca em 60Hz (Motor, Gerador, Quadro de Comando, Com Disjuntor de Proteção) em Contêiner Super Silenciado Leve 75 dB(A) @ 1,5m com Chave de Transferência 50A: um grupo gerador diesel, montado em contêiner, com potência de 32 / 29 kVA- 26 / 23 kWe (Emergência / Principal), trifásico, com fator de potência</p>	359730	unid	3



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>0,8, na tensão de 380 / 220 Vca em 60 Hz, para funcionamento singelo e automático, Composto de:</p> <p>MOTOR BAUDOUIN, 4 cilindros, 4 tempos e refrigerado a água por radiador, aspiração natural, alternador para carga de bateria e motor de partida em 12 Vcc, regulação eletrônica de velocidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ GERADOR WEG, sem escovas (Brushless), classe de isolamento H, com impregnação a vácuo, ligação estrela com neutro acessível, dotado com excitatriz rotativa e regulador eletrônico de tensão, grau de proteção IP23. ◆ QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, dotado de microcontrolador, montado internamente ao contêiner e isolado da máquina. Operação automática e manual. Executa supervisão de sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal (rede), dotado de disjuntor de proteção. ◆ CHAVE DE TRANSFERÊNCIA composta por contatores, tripolares, na capacidade de 50 A, montada junto ao comando. <p>CONTÊINER SUPER SILENCIADO LEVE (SSL) para um nível de ruído médio de 75 dB(A) @ 1,5m, tanque de combustível metálico com reservatório interno em polietileno, na capacidade de 42 litros, conforme norma ABNT NBR 16684, instalado na base tipo estanque, própria para contenção de líquidos. Composto por painéis laterais, teto e portas para acesso ao motor e quadro elétrico, fabricados em chapas e perfis de aço galvanizado com pintura eletrostática na cor branca. Cota principal</p>			
28	<p>Grupo Gerador 29 kVA- 380 / 220 Vca em 60Hz (Motor, Gerador, Quadro de Comando, Com Disjuntor de Proteção) em Contêiner Super Silenciado Leve 75 dB(A) @ 1,5m com Chave de Transferência 50A: um grupo gerador diesel, montado em contêiner, com potência de 32 / 29 kVA- 26 / 23 kWe (Emergência / Principal), trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 380 / 220 Vca em 60 Hz, para funcionamento singelo e automático, Composto de:</p> <p>MOTOR BAUDOUIN, 4 cilindros, 4 tempos e refrigerado a água por radiador, aspiração natural, alternador para carga de bateria e motor de partida em 12 Vcc, regulação eletrônica de velocidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ GERADOR WEG, sem escovas (Brushless), classe de isolamento H, com impregnação a vácuo, ligação estrela com neutro acessível, dotado com excitatriz rotativa e regulador eletrônico de tensão, grau de proteção IP23. ◆ QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, dotado de microcontrolador, montado internamente ao contêiner e 	359730	unid	1



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>isolado da máquina. Operação automática e manual. Executa supervisão de sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal (rede), dotado de disjuntor de proteção.</p> <ul style="list-style-type: none"> ◆ CHAVE DE TRANSFERÊNCIA composta por contatores, tripolares, na capacidade de 50 A, montada junto ao comando. <p>CONTÊNER SUPER SILENCIADO LEVE (SSL) para um nível de ruído médio de 75 dB(A) @ 1,5m, tanque de combustível metálico com reservatório interno em polietileno, na capacidade de 42 litros, conforme norma ABNT NBR 16684, instalado na base tipo estanque, própria para contenção de líquidos. Composto por painéis laterais, teto e portas para acesso ao motor e quadro elétrico, fabricados em chapas e perfis de aço galvanizado com pintura eletrostática na cor branca. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 27</p>			
29	<p>Nobreak 3200 VA Bivolt - para ambientes críticos que exigem energia estável e confiável para operação contínua de equipamentos sensíveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potência de 3200VA / 1984W, ideal para múltiplos equipamentos simultâneos • Forma de onda senoidal pura, indicada para fontes PFC ativo • Tecnologia Line Interactive com regulação de tensão em tempo real • Gerenciamento via software Power View (USB e RS-232) • Compatível com Windows, Linux e MacOS • Design robusto, com excelente desempenho em aplicações profissionais Recursos adicionais: • DSP: processador digital de sinais para melhor desempenho • Recarga inteligente em 4 estágios com Strong Charger • Função DC Start: liga o nobreak mesmo sem energia na rede • True RMS: precisão na medição e regulação elétrica • Autodiagnóstico de bateria e bargraph de LEDs informativos • Alarmes visuais e sonoros para eventos críticos <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potência: 3200VA (1984W) • Tensão de entrada: 220V monovolt • Tensão de saída: 220V • Fator de potência: 0,62 • Forma de onda: Senoidal pura • Conexões: 10 tomadas NBR 14136 (6x 10A + 4x 20A) • Dimensões: 38 x 22 x 55 cm (A x L x P) • Peso: 34,65 kg 	389397	unid	10



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

• Autonomia: até 2h30min com carga leve, expansível até 15h Garantia: 12 meses. Exclusiva ME/EPP			
--	--	--	--

1.1.1. A participação das licitantes, conforme os itens, será da seguinte forma:

- Os itens 1, 3, 5, 8, 11 e 27 é aberto para participação de todas as empresas;
- Os itens 2, 4, 6, 9, 12 e 28 é cota reservada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Decreto 8.538/15, art. 6º);
- Os itens 7, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 29 são para participação exclusiva de ME/EPP. (Decreto 8.538/15, art. 6º).

2 TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os fornecimentos acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA – conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a licitação e subsidiar a elaboração do edital e fornecer informações ao licitante.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

ÁREA DE REVITALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos de equipamentos, objetos deste Termo de Referência.

7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – 7ª SR – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Teresina/Piauí, em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

CATMAT – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CATSER - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no site do Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

CONTRATO – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços ou fornecimentos.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho, serviço ou fornecimento, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos fornecimentos, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta de preços da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos fornecimentos.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

SIASG - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras.

3 FORMA DE REALIZAÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 **Forma de Realização:** Pregão Eletrônico – por Sistema de Registro de Preços.

3.2 **Valor Estimado:** Público.

3.3 **Critério de Julgamento:** Menor Preço.

3.4 **Forma de Fornecimento:** Por demanda.

3.5 **Órgão gerenciador:** CODEVASF - 7ªSR – UASG nº 195012.

3.6 **Modo de Disputa:** Aberto.

3.7. **Intervalo mínimo entre os lances:** 0,5% (meio por cento) do valor do item pertinente, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4 LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE TRANSPORTE

4.1 Os equipamentos e materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues no Galpão da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizado no município de Teresina, estado do Piauí. **Em caráter excepcional**, na hipótese de **mudança física do galpão, interdição definitiva** ou outra impossibilidade superveniente de recebimento no endereço indicado, poderá ser designado novo local de entrega, dentro da área de atuação da CODEVASF 7ª SR, mediante entendimento prévio entre as partes ou seus representantes.

4.2 O galpão da 7ª Superintendência Regional está localizado à Via Estrutural Arterial, Quadra B, Bairro Polo Empresarial Sul, vizinho à fábrica de carrocerias Mafrense, Teresina-PI, CEP 64.038-100.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 4.3 A cidade de Teresina está localizada à latitude de 5°5'20" ao sul e longitude de 42°48'07" ao oeste, próximo à divisa com o Maranhão, ao oeste do estado, em uma altitude de 72 metros, na mesorregião Centro-Norte à margem direita do Rio Parnaíba, no Estado do Piauí. O acesso ao município de Teresina é feito principalmente pelas BRs 316 (sul) e 343 (Norte).
- 4.4 O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas às vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.
- 4.5 Por se tratar de itens que não exigem emplacamento, o referido pregão permite a escolha pelo fornecedor do local de faturamento, podendo ser a Codevasf Sede ou a 7ª Superintendência Regional da Codevasf, localizada no estado do Piauí.
- 4.6 Os equipamentos e materiais objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues de segunda a sexta-feira, exceto feriados, e em horário comercial de 08:30 às 11:30 h ou de 13:30 às 17:00 h, mediante contato prévio de 5 (cinco) dias anteriores à data prevista de entrega.

5 DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 5.1 O objeto do presente pregão compreende o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de Equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e, eventualmente, outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR, conforme distribuídos no Anexo II deste Termo de Referência.
- 5.2 A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Escopo de Fornecimento, Especificações Técnicas e Folha de Dados – Anexo II deste Termo de Referência, que deverão ser observados criteriosamente pelos licitantes.
- 5.3 A descarga dos equipamentos no local de entrega é de inteira responsabilidade do licitante e a CODEVASF não fornecerá pessoal nem os equipamentos necessários para o manuseio, devendo esta ser avisada via e-mail, com antecedência devida de até 5 (cinco) dias a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.
- 5.4 O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem sua integridade.
- 5.5 Todo carregamento deverá ser acompanhado dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

6 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, isoladamente, que atendam às exigências deste TR e seus anexos.
- 6.1.1 As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.
- 6.2 CONSÓRCIO
- 6.2.1 Não será permitida a participação de consórcio.
- 6.3 SUBCONTRATAÇÃO



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

6.3.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial dos fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

6.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

7 VISITA AO LOCAL DA ENTREGA

7.1 O atestado de visita aos locais do fornecimento **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade do licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros, bem como a verificação das dificuldades e dimensionamento dos dados indispensáveis à apresentação da proposta e execução do contrato. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes dos equipamentos/materiais.

7.1.1 Os custos de visita ao local onde serão entregues/instalados os equipamentos correrão por exclusiva conta do licitante.

7.1.2 Em caso de dúvidas sobre onde serão instalados, montados e estocados os equipamentos objetos desse Termo de Referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Revitalização da CODEVASF, em Teresina, no estado do Piauí, nos telefones: (86) 3215-0128 ou (86) 3215-0162.

7.1.3 A visita ao local onde serão entregues os equipamentos deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.

8 PROPOSTA

8.1 As propostas de preços deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- b) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos fornecimentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados, informados preferencialmente em língua portuguesa;
- a) b1) Caso o licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, o mesmo deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito à aprovação pela Codevasf.
- c) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos/materiais, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II, que é parte integrante deste Termo de Referência.
- d) A Licitante deverá apresentar catálogos, desenhos, dados e demais informações ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos/materiais objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

1. Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
 2. No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos do licitante, deve ser indicado claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta.
- 8.1.2 Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e de campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.
- 8.1.3 Para efeito do disposto no subitem acima o licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos, considerando que a CODEVASF não possui Inscrição Estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade
- 8.1.4 Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

9 DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Deverá ser apresentada em conformidade com as prescrições das leis que regem a matéria, de acordo com a previsão estabelecida no instrumento convocatório.

9.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.1 A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da licitante, exclusivamente como contratada, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimentos de pelo menos 30% (trinta por cento) do número de equipamentos iguais ou similares ao número licitado do objeto desta licitação:

a1) Consideram-se fornecimentos similares aos itens 01 a 26 equipamentos e materiais de laboratório em geral, aos itens 27 e 28 grupos ou sistemas de geradores de energia e para o item 29 equipamentos de informática.

a2) É permitida ao licitante a soma de atestados para o atendimento das exigências, desde que todas em seu nome e de sua subcontratada em relação ao objeto fornecido;

9.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.3.1. As licitantes deverão apresentar, na fase de habilitação, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf, por item que concorrer na licitação, não sendo de forma acumulativa.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

10 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 A CODEVASF se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 1.522.489,78 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), a preços de novembro/2025, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados e Especificações Técnicas, constantes do Anexo II deste Termo de Referência.
- 10.2 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários ocorrerá no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 11.1 O prazo para a execução do objeto deste TR é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 11.2 O prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
- 11.3 O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos, perfazendo um prazo total de vigência de 330 dias.

12 FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1 Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, com base no preço unitário do material, efetivamente entregue, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, conforme a legislação vigente, e de acordo com o cumprimento do seguinte evento:
- a) 100% (cem por cento) do valor faturado após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para esta tarefa.
- 12.2 Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.
- 12.3 O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.
- 12.4 Caso a fiscalização não ateste as faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 12.2 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.
- 12.5 As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 12.6 Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 12.7 A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar: i) O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.
- 12.8 Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto.
- 12.9 É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 12.10 As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 12.11 No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.
- 12.12 . O pagamento será efetuado após a conferência dos itens e da nota fiscal, em moeda corrente nacional, após o atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal e encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.
- 12.13 Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 12.14 O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.
- 12.15 . A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 12.16 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 12.17 Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 12.18 . Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 12.19 Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 12.2, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = (1+im1/100)^{dx1/30} \times (1+im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1+imn/100)^{dxn/30} - 1, \text{ onde:}$$

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

12.20 Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

12.21 Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

13 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1 Caso ocorra assinatura do contrato, os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

"R" é o valor do reajuste procurado

"V" é o valor contratual a ser reajustado

"I1" é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

"I0" é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

O índice a ser adotado para o reajustamento é o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

13.1.1 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.1.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.1.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

14 MULTAS

- 14.1 Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 14.2 Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- a) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;
- b) Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
- c) 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

- 14.3 Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 14.4 A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.
- 14.5 Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- a. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - b. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
 - c. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da Codevasf – 7ª GRA/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 14.6 O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 14.7 Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Superior da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.
- 14.8 Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo renovação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 14.9 Caso a Autoridade Superior não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.

15 GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 15.1 Não será exigida Garantia de Execução.

16 FISCALIZAÇÃO

- 16.1 A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 16.2 A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 16.3 A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 16.4 A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área responsável pela execução do contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 16.5 Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 16.6 Das decisões da Fiscalização poderá contratada recorrer à Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 16.7 A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 16.8 Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 16.9 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

17 RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

- 17.1 Após o término dos fornecimentos objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
- 17.1.1 O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto no descrito abaixo:
- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO.
 - b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.
- b1) O CONTRATADO é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 17.1.2 Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este item não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.
- 17.1.3 Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.
- 17.1.4 A CODEVASF rejeitará, no todo ou em parte fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 17.2 Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os equipamentos rejeitados.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 17.3 A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Capacidade Técnica;
 - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- 17.4 Aceitos e aprovados os fornecimentos, a Codevasf emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
- 17.5 O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre a execução do objeto.
- 17.6 A última fatura somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
- 17.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 18.1 O licitante vencedor deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010:
- 18.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - 18.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 18.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
 - 18.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 18.2 O vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.
- 18.3 Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

19 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 19.1 A contratada fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.
- 19.2 A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/22, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis..
- 19.3 Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
- a) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
b) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.
- 19.4 A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

20 OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

- 20.1 Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto e exigir da CONTRATADA o cumprimento integral do Contrato.
- 20.2 Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 20.3 Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 20.4 Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 20.5 Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.
- 20.6 Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

21 GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 21.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 21.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 21.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo(a) próprio(a) contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 21.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 21.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 21.6 Uma vez notificado, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.
- 21.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pelo Contratante.
- 21.8 Na hipótese do subitem acima, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Demandante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 21.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a Demandante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 21.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 21.11 A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

22 MATRIZ DE RISCO

- 22.1 A matriz de risco está apresentada no anexo VI deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 22.2 A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz seja da CODEVASF.
- 22.3 A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados pela CONTRATADA.
- 22.4 Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 22.5 A CONTRATADA tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

- 22.6 O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.
- 22.7 Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições da Matriz de Risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 22.8 A contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na Matriz de Risco.
- 22.9 Os casos omissos na Matriz de Risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 22.10 A referida Matriz de Risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

23 CONDIÇÕES GERAIS

- 23.1 Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transcrições.

24 ANEXOS

- 24.1 São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- Anexo I - Justificativas;
- Anexo II - Escopo de Fornecimento – Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas;
- Anexo III – Especificações Técnicas;
- Anexo IV - Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo V - Modelo de Logomarca da CODEVASF;
- Anexo VI - Matriz de Risco.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ANEXO I - JUSTIFICATIVAS

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do equipamento a ser adquirido, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP: O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar serão aprovados por ato da autoridade competente, conforme Resolução a ser inserida ao processo 59570.001184/2025-70.

Justificativas:

Da necessidade do fornecimento:

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto da presente licitação. A principal função de um laboratório de reprodução animal é otimizar a eficiência reprodutiva e genética de animais através de pesquisas e aplicações de biotecnologias, como inseminação artificial, produção e criopreservação de embriões. Nesse espaço também é realizado exames para diagnósticos reprodutivos, como espermogramas e ultrassonografias, além de oferecer serviços de melhoramento genético e conservação de material genético. Assim, o fornecimento de equipamentos para melhorar a estrutura do laboratório de reprodução animal da Universidade Federal do Piauí se faz necessário, visto que proporcionará aos seus usuários um ambiente adequado para desenvolver suas pesquisas, contribuindo assim para o desenvolvimento da pecuária desse estado e, conseqüentemente, do país. Ademais, esses equipamentos também poderão eventualmente serem usados para fortalecer outras instituições parceiras da Codevasf no estado do Piauí.

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

Pelas justificativas apresentadas, a solução técnica escolhida é a de licitar através de pregão eletrônico para formação de ata de registro de preços alinhada com a necessidade do setor, conforme apresentada no Termo de Referência.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

A pesquisa de preços foi realizada considerando como referência o Regimento Interno da CODEVASF, Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME e principalmente a Norma Técnica nº 440 da CODEVASF - Norma para Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviço.

Da adoção do PREGÃO ELETRÔNICO:

Conforme art. 35, inciso II, § 1º, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), o pregão deverá ser utilizado, de forma preferencial, para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia. Portanto, a modalidade de licitação definida para esta licitação é o Pregão Eletrônico, considerando que se trata de bens comuns (ou serviços comuns de engenharia). A finalidade é ampliar a competição, permitindo, assim, a obtenção de um melhor preço pela



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro. Ressalta-se que a técnica envolvida na execução do fornecimento (ou serviços) objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos, caracterizando, portanto, o objeto licitado como bens/serviços comuns. O essencial para a eficácia da licitação é que o escopo de fornecimento (ou serviços) sejam bem definidos e especificados de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. O Termo de Referência e Especificações Técnicas definem de forma criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento (ou serviços) que serão contratados.

Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

Por serem bens com grande demanda nas comunidades atendidas pela CODEVASF, pois apresentam versatilidade de uso nas atividades produtivas, gerando necessidade de contratações frequentes e por ser conveniente suas aquisições para atendimento a mais de um órgão ou entidade, conforme art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31.03.2023.

Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços:

Sim. Prevê-se, para o novo pregão, a possibilidade de prorrogação da futura Ata de Registro de Preços por mais 12 meses, inclusive com a renovação de quantitativos, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, condicionada à comprovação de vantajosidade, à manutenção das condições pactuadas e à anuência dos fornecedores.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

Será realizada a divulgação de IRP – Intenção de Registro de Preços no Portal de Compras do Governo Federal, referente ao fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, destinados a área de atuação da CODEVASF - 7ª SR, deve ser instaurada conforme estabelece o art. 21 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF, nos termos a seguir apresentados:

- O prazo mínimo para o registro de intenção será de 08 dias úteis, contado da data de divulgação da IRP;
- A resposta a eventuais intenções de terceiros interessados ficará sob responsabilidade dos técnicos que elaboraram o Termo de Referências;
- Número máximo de participantes da IRP: 02 participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento;
- Não serão aceitos os quantitativos considerados ínfimos ou a inclusão de novos itens;
- Não será permitida a inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes (carona):



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

Sim – A adesão a Ata de Registro de Preços promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo. Além de otimizar a gestão, sem se afastar dos princípios da Administração Pública, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso concreto a urgência na aquisição dos referidos bens. As adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas. A contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da CODEVASF. Não obstante ser auto-evidente a vantagem de uma adesão, está se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento:

Menor preço, de acordo com o Art. 67 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf.

Dos requisitos de aceitação das propostas:

Os requisitos de aceitação das propostas são estabelecidos em conformidade com as leis aplicáveis e as diretrizes do instrumento. As propostas devem atender aos termos das especificações técnicas sem desvios e não serem superior ao valor máximo estabelecido no SRP.

Dos requisitos de Qualificação Técnica (exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações):

A exigência de atestados de experiência comprovada visa garantir a capacidade técnica da licitante para o fornecimento dos equipamentos.

Da exigência ou não de apresentação de capital social mínimo:

A exigência de capital social mínimo é justificada pela necessidade de garantir a capacidade financeira das licitantes para honrar os compromissos contratuais.

Da exclusividade e/ou cota reservada para ME/EPP: microempresas e empresas de pequeno porte:

A exclusividade se dará quando se cuidar de licitação cujo valor estimado for de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme versa o art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.

Da Permissão de Participação de Consórcios:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

Não: Por se tratar de fornecimento de materiais e equipamentos comuns, de baixa complexidade, a logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, não sendo conseqüentemente pertinente a formação de consórcios com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do licitante. As empresas isoladas podem perfeitamente conseguir preencher os requisitos necessários para tal.

Permissão de Participação de Sociedades Cooperativas:

Não: Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN MPOG 05/2017.

Permissão para Subcontratação:

Não: Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade de mercado em razão do objeto a ser licitado, por se tratar de bens comuns, na qual ponderamos ser desnecessário a atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando atender ao interesse da administração pública.

Dos critérios de reajustamento:

Os critérios de reajustamento são essenciais para manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos ao longo do tempo.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os fornecimentos a serem contratados serão executados no prazo não superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos se dará em função da disponibilidade de recursos para empenho.

Garantia de Execução (caução):

Não possuirá. Por se tratar de bens comuns, de manufatura não muito elaborada, amplamente disponíveis no mercado e, geralmente produzidos ou comercializados por pequenas empresas, tal exigência, neste caso, limitaria a concorrência levando ao maior risco do fracasso de itens licitados. A aplicação de multas em razão do não cumprimento do objeto, previstas no item 15 deste TR e em legislação específica, conforme o caso, tem por finalidade assegurar indenização ao ente contratante no caso de prejuízos causados pelo inadimplemento do particular contratado.

Garantia do Objeto:

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ANEXO II

ESCOPO DE FORNECIMENTO

PLANILHA DE QUANTIDADES, PREÇOS ORÇADOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UNID	QUAN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	<p>Incubadora de CO₂ com jaqueta de água, destinada a aplicações laboratoriais de cultivo celular e produção in vitro de embriões, projetada para garantir controle preciso de temperatura, umidade e concentração de CO₂, mantendo ambiente livre de contaminação e com estabilidade térmica otimizada; Deve possuir sistema de filtragem HEPA, capaz de filtrar continuamente todo o volume interno da câmara a cada 60 segundos, atingindo ISO Classe 5 em até cinco minutos após a abertura da porta, assegurando ambiente limpo e minimizando contaminações; O equipamento deve dispor de porta dupla em vidro com lâmina transparente de aquecimento patenteada, que minimiza a condensação e permite recuperação rápida da temperatura interna. Deve conter display touchscreen para visualização e controle de todos os parâmetros operacionais, incluindo temperatura, nível de CO₂ e umidade, permitindo operação intuitiva e segura; A incubadora deve ser equipada com jaqueta d'água com parede tripla, garantindo máxima proteção térmica e rápida recuperação após abertura de porta. Deve possuir volume interno mínimo de 184 litros, interior em aço inoxidável com cantos arredondados para facilitar a higienização, vedação da porta interna removível para limpeza e desinfecção, e orifício de acesso para amostragem da câmara com filtro; Deve possuir porta reversível, contato para alarme remoto, sensor de nível na câmara da jaqueta d'água e possibilidade de instalação de sensor adicional para medição de umidade relativa. Deve ainda contar com sensor de temperatura duplo e sensor TC de alta tecnologia com compensação automática de umidade e tempo de recuperação de 8 minutos; O equipamento deve possuir interface USB para conexão a computador e software dedicado para registro, transferência e armazenamento de dados operacionais; Volume interno: 184 litros; Jaqueta d'água com parede tripla; Sistema de filtragem HEPA (renovação total do ar a cada 60 segundos); Nível de limpeza: ISO Classe 5 em até 5 minutos após abertura da porta; Faixa de temperatura: ambiente +5°C a 55 °C; Precisão de temperatura: ± 0,1 °C; Uniformidade de temperatura: ± 0,2 °C; Faixa de controle de CO₂: 0 a 20%; Precisão de</p>	430062	unid	3	70.143,67	210.431,01



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	CO ₂ : ± 0,1%; Umidade relativa: 95% a 37 °C; Sensor de temperatura duplo; Sensor TC com compensação automática de umidade; Interface USB e software para gerenciamento de dados; Porta reversível e contato para alarme remoto; 03 prateleiras de aço inox perfuradas, com opção para até 16 prateleiras; Dimensões internas (A x L x C): 68,1 x 54,1 x 50,8 cm; Dimensões externas (A x L x C): 100,3 x 66 x 63,7 cm; Dimensões embalado (P x L x A): 81 x 79 x 120 cm; Peso líquido/bruto: 120,2/140,5 kg; Alimentação elétrica: 230 V / 50–60 Hz; Equipamento registrado na ANVISA. Cota principal					
2	Incubadora de CO₂ com jaqueta de água, destinada a aplicações laboratoriais de cultivo celular e produção in vitro de embriões, projetada para garantir controle preciso de temperatura, umidade e concentração de CO ₂ , mantendo ambiente livre de contaminação e com estabilidade térmica otimizada; Deve possuir sistema de filtragem HEPA, capaz de filtrar continuamente todo o volume interno da câmara a cada 60 segundos, atingindo ISO Classe 5 em até cinco minutos após a abertura da porta, assegurando ambiente limpo e minimizando contaminações; O equipamento deve dispor de porta dupla em vidro com lâmina transparente de aquecimento patenteada, que minimiza a condensação e permite recuperação rápida da temperatura interna. Deve conter display touchscreen para visualização e controle de todos os parâmetros operacionais, incluindo temperatura, nível de CO ₂ e umidade, permitindo operação intuitiva e segura; A incubadora deve ser equipada com jaqueta d'água com parede tripla, garantindo máxima proteção térmica e rápida recuperação após abertura de porta. Deve possuir volume interno mínimo de 184 litros, interior em aço inoxidável com cantos arredondados para facilitar a higienização, vedação da porta interna removível para limpeza e desinfecção, e orifício de acesso para amostragem da câmara com filtro; Deve possuir porta reversível, contato para alarme remoto, sensor de nível na câmara da jaqueta d'água e possibilidade de instalação de sensor adicional para medição de umidade relativa. Deve ainda contar com sensor de temperatura duplo e sensor TC de alta tecnologia com compensação automática de umidade e tempo de recuperação de 8 minutos; O equipamento deve possuir interface USB para conexão a computador e software dedicado para registro, transferência e armazenamento de dados operacionais; Volume interno: 184 litros; Jaqueta d'água com parede tripla; Sistema de filtragem HEPA (renovação total do ar	430062	unid	1	70.143,67	70.143,67



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	a cada 60 segundos); Nível de limpeza: ISO Classe 5 em até 5 minutos após abertura da porta; Faixa de temperatura: ambiente +5°C a 55 °C; Precisão de temperatura: ± 0,1 °C; Uniformidade de temperatura: ± 0,2 °C; Faixa de controle de CO ₂ : 0 a 20%; Precisão de CO ₂ : ± 0,1%; Umidade relativa: 95% a 37 °C; Sensor de temperatura duplo; Sensor TC com compensação automática de umidade; Interface USB e software para gerenciamento de dados; Porta reversível e contato para alarme remoto; 03 prateleiras de aço inox perfuradas, com opção para até 16 prateleiras; Dimensões internas (A x L x C): 68,1 x 54,1 x 50,8 cm; Dimensões externas (A x L x C): 100,3 x 66 x 63,7 cm; Dimensões embalado (P x L x A): 81 x 79 x 120 cm; Peso líquido/bruto: 120,2/140,5 kg; Alimentação elétrica: 230 V / 50–60 Hz; Equipamento registrado na ANVISA. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 1					
3	Incubadora de Bancada CO₂ e O₂. A incubadora de bancada deve ser destinada a aplicações laboratoriais de maturação de oócitos, fertilização in vitro, cultivo de embriões e células, garantindo controle preciso de temperatura, pressão e atmosfera gasosa. O equipamento deve possuir sistema eletrônico microprocessado, capaz de manter as grandezas físicas com alta estabilidade, mesmo após abertura e fechamento das tampas, permitindo rápida recuperação da atmosfera interna e mínima variação dos parâmetros críticos; O equipamento deve apresentar câmaras de cultivo em tamanho reduzido, com sistema eficiente de vedação, assegurando rápida recuperação e manutenção da atmosfera gasosa após abertura. Sua estrutura em alumínio anodizado e aço inoxidável deve propiciar design funcional, elegância, resistência e facilidade de limpeza, garantindo condições ideais de higiene interna e externa; A interface de operação deve incluir tela colorida de 4,3 polegadas (TFT-LCD) com resolução de 480 x 272 pixels, permitindo interação direta entre usuário e programação por meio de toques na tela. O equipamento deve possuir função USB "bootloader", que possibilite atualização de software de forma prática, e permitir monitoramento remoto via aplicativo compatível com dispositivos móveis, assegurando controle contínuo do funcionamento mesmo fora do laboratório; O equipamento deve dispor de alarmas visuais exibidos no display, garantindo a segurança operacional. Deve possuir faixa de temperatura de	430062	unid	3	58.000,00	174.000,00



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>trabalho de 34 a 45 °C, com precisão de $\pm 0,5$ °C, intervalo extra de pressão de 1 a 50 mmHg, e pressão de entrada do gás de 9 a 11 Psi (0,6 a 0,8 kgf/cm²). A potência máxima do equipamento deve ser 200 W, com alimentação DC de 12 V – 16,66 A e alimentação AC compatível com 100–240 V~, 3–1 A, 50/60 Hz; O equipamento deve garantir recuperação rápida da atmosfera interna, mesmo após abertura, assegurando condições estáveis para o cultivo celular. Deve possuir câmaras projetadas para manutenção uniforme da pressão e temperatura, minimizando riscos de contaminação e assegurando alto rendimento em protocolos de reprodução <i>in vitro</i>;</p> <p>Dimensões (CxLxA): 565x400x180mm; Peso bruto: 22 kg;</p> <p>Acessórios/componentes:</p> <p>1 Cabo de alimentação.</p> <p>1 Chicote pneumático com conectores valvulado de engate rápido.</p> <p>1 Fonte de alimentação elétrica.</p> <p>3 Pares (extras) de mangueiras do sistema de pré-aquecimento.</p> <p>3 Pares (extras) de “anéis” de vedação para rolhas .</p> <p>8 Racks de alumínio para microtubos de cultivo.</p> <p>3 Sistemas de pré-aquecimento de gás. Cota principal</p>					
4	<p>Incubadora de Bancada CO₂ e O₂. A incubadora de bancada deve ser destinada a aplicações laboratoriais de maturação de oócitos, fertilização <i>in vitro</i>, cultivo de embriões e células, garantindo controle preciso de temperatura, pressão e atmosfera gasosa. O equipamento deve possuir sistema eletrônico microprocessado, capaz de manter as grandezas físicas com alta estabilidade, mesmo após abertura e fechamento das tampas, permitindo rápida recuperação da atmosfera interna e mínima variação dos parâmetros críticos; O equipamento deve apresentar câmaras de cultivo em tamanho reduzido, com sistema eficiente de vedação, assegurando rápida recuperação e manutenção da atmosfera gasosa após abertura. Sua estrutura em alumínio anodizado e aço inoxidável deve propiciar design funcional, elegância, resistência e facilidade de limpeza, garantindo condições ideais de higiene interna e externa; A interface de operação deve incluir tela colorida de 4,3 polegadas (TFT-LCD) com resolução de 480 x 272 pixels, permitindo interação direta entre usuário e</p>	430062	unid	1	58.000,00	58.000,00



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>programação por meio de toques na tela. O equipamento deve possuir função USB “bootloader”, que possibilite atualização de software de forma prática, e permitir monitoramento remoto via aplicativo compatível com dispositivos móveis, assegurando controle contínuo do funcionamento mesmo fora do laboratório; O equipamento deve dispor de alarmas visuais exibidos no display, garantindo a segurança operacional. Deve possuir faixa de temperatura de trabalho de 34 a 45 °C, com precisão de $\pm 0,5$ °C, intervalo extra de pressão de 1 a 50 mmHg, e pressão de entrada do gás de 9 a 11 Psi (0,6 a 0,8 kgf/cm²). A potência máxima do equipamento deve ser 200 W, com alimentação DC de 12 V – 16,66 A e alimentação AC compatível com 100–240 V~, 3–1 A, 50/60 Hz; O equipamento deve garantir recuperação rápida da atmosfera interna, mesmo após abertura, assegurando condições estáveis para o cultivo celular. Deve possuir câmaras projetadas para manutenção uniforme da pressão e temperatura, minimizando riscos de contaminação e assegurando alto rendimento em protocolos de reprodução <i>in vitro</i>; Dimensões (CxLxA): 565x400x180mm; Peso bruto: 22 kg;</p> <p>Acessórios/componentes: 1 Cabo de alimentação. 1 Chicote pneumático com conectores valvulado de engate rápido. 1 Fonte de alimentação elétrica. 3 Pares (extras) de mangueiras do sistema de pré-aquecimento. 3 Pares (extras) de “anéis” de vedação para rolhas . 8 Racks de alumínio para microtubos de cultivo. 3 Sistemas de pré-aquecimento de gás. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 3</p>					
5	<p>Cabine de Fluxo Unidirecional (Laminar) Horizontal - O equipamento permite o trabalho com máxima segurança, possuindo área de trabalho classificada como ISO Classe 5, conforme NBR ISO 14644-1 (antiga Classe 100 de acordo com o Federal Standard 209E). O fluxo de ar é horizontal, com velocidade média de 0,45 m/s \pm 0,05, garantindo total proteção ao produto manipulado, inclusive contra contaminações. Atende integralmente aos requisitos e exigências da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); A estrutura é construída em chapa de aço carbono com tratamento</p>	627737	unid	3	44.821,67	134.465,01



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

<p>anticorrosivo e acabamento em pintura à base de poliuretano, assegurando durabilidade e resistência. Possui paredes laterais em vidro temperado e motoventiladores de insuflamento equipados com proteção térmica, que garantem operação estável e segura; A iluminação interna é composta por lâmpadas fluorescentes posicionadas de forma a oferecer ampla visibilidade da área de trabalho. O equipamento conta com tela de proteção em alumínio para o filtro HEPA de insuflamento, assegurando a integridade do sistema de filtragem; O sistema de filtragem é composto por filtro HEPA classe ISO 45H, conforme NBR ISO 29463-1 (antigo H14), com eficiência de 99,995% para partículas maiores que 0,3 µm, e pré-filtro sintético plissado classe ISO Coarse 92%, conforme ABNT NBR ISO 16890-1:2018 (antiga Classe G4 da ABNT NBR 16.101:2012); A base de apoio é fabricada em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura em poliuretano, dotada de rodízios giratórios com freio para facilitar a movimentação. O painel elétrico contém botão de acionamento liga/desliga e potenciômetro para ajuste fino da velocidade do motoventilador; O equipamento apresenta nível de ruído inferior a 70 dBA e fusíveis de proteção para maior segurança elétrica. O plugue elétrico segue o padrão brasileiro de três pinos (10A / 220V).</p> <ul style="list-style-type: none"> Mesa de trabalho recortada, destacada do equipamento indicada para trabalhos com LUPA e MICROSCÓPIOS. <p>Peso aproximado:125 kg</p> <p>Dimensões externas (aproximadas): Altura com base: 1.940 mm Altura sem base: 1.110 mm Largura total: 1.270 mm Profundidade: 740 mm</p> <p>Dimensões da área de trabalho (aproximadas): Altura: 610 mm Largura: 1.250 mm Profundidade: 460 mm Altura da superfície de trabalho em relação ao piso: 870 mm</p> <p>Especificações elétricas: Tensão de alimentação: 220 V Número de fases: Monofásico Frequência: 60 Hz Potência total: 500 W</p>					
---	--	--	--	--	--



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>O CONJUNTO E COMPOSTO POR: 01 Cabine fluxo Laminar (unidirecional) horizontal; 01 Kit de Lâmpada UV e Branca; 01 Bico de Gás; 01 Tomada Auxiliar 110/220 Volts; 01 Manual de Operação em português. Cota principal</p>					
6	<p>Cabine de Fluxo Unidirecional (Laminar) Horizontal - O equipamento permite o trabalho com máxima segurança, possuindo área de trabalho classificada como ISO Classe 5, conforme NBR ISO 14644-1 (antiga Classe 100 de acordo com o Federal Standard 209E). O fluxo de ar é horizontal, com velocidade média de 0,45 m/s ± 0,05, garantindo total proteção ao produto manipulado, inclusive contra contaminações. Atende integralmente aos requisitos e exigências da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); A estrutura é construída em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura à base de poliuretano, assegurando durabilidade e resistência. Possui paredes laterais em vidro temperado e motoventiladores de insuflamento equipados com proteção térmica, que garantem operação estável e segura; A iluminação interna é composta por lâmpadas fluorescentes posicionadas de forma a oferecer ampla visibilidade da área de trabalho. O equipamento conta com tela de proteção em alumínio para o filtro HEPA de insuflamento, assegurando a integridade do sistema de filtragem; O sistema de filtragem é composto por filtro HEPA classe ISO 45H, conforme NBR ISO 29463-1 (antigo H14), com eficiência de 99,995% para partículas maiores que 0,3 µm, e pré-filtro sintético plissado classe ISO Coarse 92%, conforme ABNT NBR ISO 16890-1:2018 (antiga Classe G4 da ABNT NBR 16.101:2012); A base de apoio é fabricada em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura em poliuretano, dotada de rodízios giratórios com freio para facilitar a movimentação. O painel elétrico contém botão de acionamento liga/desliga e potenciômetro para ajuste fino da velocidade do motoventilador; O equipamento apresenta nível de ruído inferior a 70 dBA e fusíveis de proteção para maior segurança elétrica. O plugue elétrico segue o padrão brasileiro de três pinos (10A / 220V).</p> <ul style="list-style-type: none"> Mesa de trabalho recortada, destacada do equipamento indicada para trabalhos com LUPA e MICROSCÓPIOS. <p>Peso aproximado:125 kg</p>	627737	unid	1	44.821,67	44.821,67



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>Dimensões externas (aproximadas): Altura com base: 1.940 mm Altura sem base: 1.110 mm Largura total: 1.270 mm Profundidade: 740 mm</p> <p>Dimensões da área de trabalho (aproximadas): Altura: 610 mm Largura: 1.250 mm Profundidade: 460 mm Altura da superfície de trabalho em relação ao piso: 870 mm</p> <p>Especificações elétricas: Tensão de alimentação: 220 V Número de fases: Monofásico Frequência: 60 Hz Potência total: 500 W</p> <p>O CONJUNTO E COMPOSTO POR: 01 Cabine fluxo Laminar (unidirecional) horizontal; 01 Kit de Lâmpada UV e Branca; 01 Bico de Gás; 01 Tomada Auxiliar 110/220 Volts; 01 Manual de Operação em português. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 5</p>					
7	<p>Analizador eletrônico para medição de gases da incubadora - O equipamento é utilizado em laboratórios que operam com incubadoras de CO₂ e O₂, sendo indicado para atividades que exigem checagem e monitoramento precisos das concentrações gasosas. O analisador apresenta alta precisão nas leituras de CO₂ e permite medições adicionais de O₂ (0– 100%), umidade relativa (0–100%) e temperatura (0–50 °C), conforme configuração dos sensores. O sistema realiza leituras simultâneas de CO₂, O₂, temperatura e umidade relativa, com tempo de resposta inferior a um minuto, assegurando agilidade e confiabilidade nas aferições. Possui grande capacidade de armazenamento de dados, com possibilidade de transferência e download de registros para acompanhamento e análise das medições realizadas; O equipamento dispõe de sondas de temperatura duplas, que permitem ajuste e estabilização das condições térmicas da incubadora, além de possibilitar a análise de variações de temperatura durante o processo de cultivo. É projetado para operação rápida, precisa e de fácil utilização, atendendo às exigências de controle ambiental em sistemas de produção in vitro de embriões e em outros procedimentos</p>	629389	unid	3	21.704,99	65.114,97



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

laboratoriais que demandam condições gasosas controladas. A finalidade de uso consiste em realizar a aferição periódica e a calibração das incubadoras de CO₂, garantindo a estabilidade e a precisão das condições gasosas e térmicas utilizadas nos processos de maturação oocitária, fertilização e cultivo embrionário. O uso do equipamento assegura a confiabilidade dos parâmetros de incubação e contribui para a qualidade dos resultados obtidos nas etapas da produção in vitro de embriões. O sistema é alimentado por bateria de íon-lítio (Li-Ion), com duração de até 12 horas (10 horas com bomba de amostragem), vida útil aproximada de 600 ciclos e tempo de recarga de cerca de 4 horas. O carregamento ocorre por meio de fonte de alimentação externa de 5 Vdc, com circuito interno de carga e possibilidade de alimentação alternativa também em 5 Vdc; A estrutura é confeccionada em ABS/polipropileno com inserções de borracha de silicone, proporcionando resistência mecânica e durabilidade. O teclado é composto por 17 teclas de borracha de silicone com revestimento em resina, garantindo ergonomia e precisão no acionamento; A interface deve contar com tela de cristal líquido (LCD) de 128 x 64 pixels, com retroiluminação LED RGB, que assegura boa visibilidade das informações em diferentes condições de iluminação. O sistema possui filtros de amostra de gás, tubo secador integrado para remoção de umidade e filtro coletor de água em PTFE substituível pelo usuário, garantindo pureza e segurança nas medições.

Condições de operação

- Temperatura de operação: 0 °C a 50 °C
- Umidade relativa: 0 – 95% sem condensação (sonda de UR: 0 – 100% sem condensação)
- Pressão barométrica: ± 500 mbar em relação à pressão de calibração

Características físicas

- Peso: aproximadamente 495 g
- Dimensões: 165 mm (C) x 100 mm (L) x 55 mm (P)
- Temperatura (opcional): x 2 usando sondas opcionais 0°C a +50°C
- Precisão de temperatura, típica: ± 0,1°C de 32 a 44°C, ± 0,2°C no restante da faixa
- Pressão barométrica: 800 - 1200 mbar
- Medição de UR (opcional): Sonda



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>de UR 0 -100% UR sem condensação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precisão de UR: $\pm 1,5\%$ UR em toda a faixa • Alarme visual e sonoro Níveis de alarme de CO₂ e O₂ selecionáveis pelo usuário • Comunicações: Miniconector USB tipo B, classe de dispositivo HID <p>Armazenamento de dados 1000 conjuntos de leitura + 270 eventos. Exclusiva ME/EP</p>					
8	<p>Microscópio Estereoscópico - para o apoio às atividades de micromanipulação, seleção e avaliação morfológica de oócitos e embriões nos procedimentos de produção <i>in vitro</i> de embriões realizados no laboratório. O equipamento assegura visualização tridimensional com alta definição, condições de trabalho ergonômicas e controle preciso da ampliação, fatores indispensáveis para garantir eficiência, segurança e qualidade dos resultados nas etapas de manipulação celular e reprodutiva.</p> <p>Características técnicas: Microscópio estereoscópico zoom 7.5:1; magnificações com variação mínima de 6,7x e 50x;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incluso par de ocular de 10x com campo de 22 mm; • Iluminação LED diascópico integrado à estativa, composto de sistema óptico de zoom contínuo com variação mínima de magnificações entre 0,67x e 5,0x e escalonamento tipo click-stop com fatores intermediários; • Coluna com 29 cm de altura; • Base com dimensões mínimas de 21 cm x 30 cm; • Botões para foco (coaxial) macrométrico bilaterais, por pinhão e cremalheira; • Ajuste de tensão mecânica; • Botões de ajuste contínuo do fator de zoom bilaterais com escala graduada; Tubo trinocular/binocular com ajuste de distância interpupilar com variação mínima de 55 a 75 mm; Ângulo de visão com o plano horizontal de 45°; Distância de trabalho livre mínima de 115 mm; Iluminação diascópica (refletida) por LED tipo "branco luz do dia", de aproximadamente 6.500°K, inclusa de espelho para indução de contraste sobre a amostra, com durabilidade aproximada de 25.000 horas; incluindo controlador; 	440794	unid	3	33.598,98	100.796,94



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<ul style="list-style-type: none"> · Fonte de alimentação externa com entrada bivolt automática 100-240 V AC; · Possibilidade de upgrade futuro para acessórios para campo escuro, adaptação de sistema de foto documentação e aumento da magnificação para até 250x com a troca de lentes frontais e oculares; · Base altamente ergonômica com baixa espessura, facilitando trabalhos de longa duração (inclusas abas de sustentação de mãos do profissional, para apoio e maior precisão para trabalhos em embriologia). · Capa de proteção; Hermético; · Manual de instruções; Cota principal 					
9	<p>Microscópio Estereoscópico - para o apoio às atividades de micromanipulação, seleção e avaliação morfológica de oócitos e embriões nos procedimentos de produção <i>in vitro</i> de embriões realizados no laboratório. O equipamento assegura visualização tridimensional com alta definição, condições de trabalho ergonômicas e controle preciso da ampliação, fatores indispensáveis para garantir eficiência, segurança e qualidade dos resultados nas etapas de manipulação celular e reprodutiva.</p> <p>Características técnicas: Microscópio estereoscópico zoom 7.5:1; magnificações com variação mínima de 6,7x e 50x;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Incluso par de ocular de 10x com campo de 22 mm; · Iluminação LED diascópico integrado à estativa, composto de sistema óptico de zoom contínuo com variação mínima de magnificações entre 0,67x e 5,0x e escalonamento tipo click-stop com fatores intermediários; · Coluna com 29 cm de altura; · Base com dimensões mínimas de 21 cm x 30 cm; · Botões para foco (coaxial) macrométrico bilaterais, por pinhão e cremalheira; · Ajuste de tensão mecânica; · Botões de ajuste contínuo do fator de zoom bilaterais com escala graduada; Tubo trinocular/binocular com ajuste de distância interpupilar com variação mínima de 55 a 75 mm; Ângulo de visão com o plano horizontal de 45°; Distância de trabalho livre mínima de 115 mm; Iluminação diascópica 	440794	unid	1	33.598,98	33.598,98



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>(refletida) por LED tipo “branco luz do dia”, de aproximadamente 6.500 K, inclusa de espelho para indução de contraste sobre a amostra, com durabilidade aproximada de 25.000 horas; incluindo controlador;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Fonte de alimentação externa com entrada bivolt automática 100-240 V AC; · Possibilidade de upgrade futuro para acessórios para campo escuro, adaptação de sistema de foto documentação e aumento da magnificação para até 250x com a troca de lentes frontais e oculares; · Base altamente ergonômica com baixa espessura, facilitando trabalhos de longa duração (inclusas abas de sustentação de mãos do profissional, para apoio e maior precisão para trabalhos em embriologia). · Capa de proteção; Hermético; <p>Manual de instruções; Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 8</p>					
10	<p>Microscópio Biológico Binocular - Sistema óptico infinito;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Sistema de iluminação por LED de alta transmissão, cor branca, com a adição da lente “Fly eye” (Olho de Mosca) que fornece luz homogênea em todo campo de visão; · Tubo binocular com inclinação de 30° e distância interpupilar ajustável de 50- 75mm; · Lentes oculares 10X (com 20mm de campo de visão); · Trava para evitar que o tubo se desprenda do corpo do microscópio; · Trava para bloqueio da ocular que evita que as oculares sejam facilmente removidas; · Revólver porta-objetivas quádruplo voltado para dentro da estativa, facilitando as mudanças das objetivas e a acessibilidade da amostra; · Objetivas Plan Acromáticas 4X; 10X; 40X; 100X; 4X (0,1 / 25 mm) 10X (0,25 / 6,7 mm) 40X (0,65 / 0,6 mm) 100X Oil (1,25/0,14 mm) · Tratamento antifungo no sistema óptico; · Botões de foco grosso e fino coaxiais, localizados em ambos os lados do microscópio. Botão de ajuste de foco macrométrico com 37,7mm por 	601089	unid	3	12.049,72	36.149,16



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>rotação. Botão de ajuste de foco micrométrico com 0,2mm por rotação. •Macrométrico com anel de ajuste de torque;</p> <p>Botão de limite de altura da platina para predefinição de melhor foco durante altas magnificações que evitam que a platina seja acidentalmente elevada e quebre lâminas de vidro;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Platina mecânica retangular com suporte de amostra e escala de vernier, curso transversal: 76(X) x 30 (Y) mm;Condensador 0.1-1.25 fixo, com códigos de cores de localização correspondentes a cor de cada objetiva para facilitar o posicionamento da abertura do condensador e obter o melhor desempenho óptico; • Botão liga / desliga e controles de brilho de iluminação localizados na parte da frente do microscópio para fácil visibilidade e acesso; • Espaço de armazenamento de cabos na parte traseira; • Peso reduzido (aproximadamente 6kg) e vários pontos de transporte para facilitar o levantamento e movimentação em prateleiras e espaço de trabalho; • Método de observação: Campo Claro; • Guia rápido online intuitivo com acesso por QR code. <p>Exclusiva ME/EPP</p>					
11	<p>Microcentrifuga compacta de alta velocidade:</p> <p>Um motor sem escovas e livre de manutenção fornece aceleração e desaceleração extremamente rápidas do rotor de 12 lugares.</p> <p>A velocidade e o tempo são definidos com os botões de controle no painel frontal da unidade. Um botão "Rápido" permite corridas momentâneas. Um fluxo contínuo de ar ambiente através da câmara do rotor mantém o rotor e as amostras frias;com um rotor de 12 lugares para tubos de 1,5/2,0 mL. Tubos menores são acomodados por adaptadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Volume máximo de 12 x 2 mL; • Detector de desequilíbrio com parada automática para operação segura; • Motor DC sem escova para desempenho livre de manutenção; • Bloqueio da tampa de segurança - a tampa abre automaticamente no fim da corrida; • Painel digital com indicador de velocidade e tempo; <p>Configuração de RPM de 500-15000 RPM com precisão de velocidade de 100 RPM;</p>	415012	unid	21	9.793,64	205.666,44



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<ul style="list-style-type: none"> Mudança da funcionalidade de RPM para RCF com um toque; Adaptadores para tubos de 0,1 / 0,2 e 0,5 mL; Liberação de emergência da tampa durante falta de energia; Diagnóstico interno automático e exibição de erros; Operação silenciosa. Cota principal 					
12	<p>Microcentrifuga compacta de alta velocidade: Um motor sem escovas e livre de manutenção fornece aceleração e desaceleração extremamente rápidas do rotor de 12 lugares. A velocidade e o tempo são definidos com os botões de controle no painel frontal da unidade. Um botão "Rápido" permite corridas momentâneas. Um fluxo contínuo de ar ambiente através da câmara do rotor mantém o rotor e as amostras frias; com um rotor de 12 lugares para tubos de 1,5/2,0 mL. Tubos menores são acomodados por adaptadores</p> <ul style="list-style-type: none"> Volume máximo de 12 x 2 mL; Detector de desequilíbrio com parada automática para operação segura; Motor DC sem escova para desempenho livre de manutenção; Bloqueio da tampa de segurança - a tampa abre automaticamente no fim da corrida; Painel digital com indicador de velocidade e tempo; <p>Configuração de RPM de 500-15000 RPM com precisão de velocidade de 100 RPM;</p> <ul style="list-style-type: none"> Mudança da funcionalidade de RPM para RCF com um toque; Adaptadores para tubos de 0,1 / 0,2 e 0,5 mL; Liberação de emergência da tampa durante falta de energia; Diagnóstico interno automático e exibição de erros; Operação silenciosa. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 11 	415012	unid	6	9.793,64	58.761,84
13	<p>Cilindro de gases medicinal: Para armazenamento da mistura gasosa que abastece a incubadora de cultivo <i>in vitro</i> de embrião.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Capacidade hidráulica: 50L/10 metros cúbicos (m³); Pressão de serviço: 200 bar; Altura: 1500 mm;</p>	361505	unid	6	2.902,20	17.413,20



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	Diâmetro externo: 229mm; Rosca de entrada: 3/4-14NGT; Peso: 58kg. Exclusiva ME/EPP					
14	<p>Mesa aquecedora- utilizada em laboratórios para a manipulação de Oócitos e Embriões, fabricada em alumínio e PMMA, garante grande estabilidade da temperatura em toda sua superfície. Deve possuir controlador incorporado ao equipamento, reduzindo o volume de cabos e conexões, além de ocupar um menor espaço em sua bancada de trabalho, aumentando o conforto visual e facilitando o trabalhos no campo ou em laboratório. Conta com display gráfico OLED.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS Acabamento: Alumínio anodizado e PMMA Display: OLED Faixa de ajuste: 34°C à 39°C Precisão de juste: 0,1°C Dimensões: 330 mm x 220 mm x 11 mm Peso: 1,9 Kg Oscilação máxima de temperatura: + - 0,2°C Tensão de entrada: 12V 5ª Fonte de Alimentação: Inclusa (Entrada: 90-240Vac 50/60Hz - Saída: 12V 5A) Conexão de Alimentação: P4 5x2.1mm Consumo máximo de energia: 55W Condições ambientais de operação: 0°C a +34°C / Umidade 10% a 75% / 0,7 a 1,2 atm. Exclusiva ME/EPP</p>	440324	unid	6	2.159,04	12.954,24
15	<p>Regulador de Pressão Gasosa especial: latão forjado simples-Reguladores de pressão simples estágio; Corpo totalmente forjado em latão; Válvula de segurança externa; Destinados ao uso em sistemas de alta pressão</p> <p>Especificações * Faixa de Temperatura: -40 a 60 % * Manômetros: 2" * Escalas: psi e bar * Estanqueidade: 1 x 108 atm cm? He * Coeficiente de Vazão: 0,16 *</p> <p>Materiais * Corpo e Capa: Latão forjado e cromado *Diafragma: Aço inoxidável 316L *Sede: PTFE® * Selos: PTFE®</p>	631559	unid	6	1.476,89	8.861,34



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	* Filtro: Bronze sinterizado - 40 microns * Assento Encapsulado: Bronze. Exclusiva ME/EPP					
16	<p>Banho-maria digital - uma banheira de tamanho individual, construída em aço inoxidável resistente à corrosão. A câmara sem emendas tem capacidade mínima de 7,51 litros de água. A temperatura pode ser ajustada entre +10 °C e 100 °C, sendo facilmente monitorada no visor digital.</p> <p>Calibração: Calibração em 2 pontos Controlador: ecrã gráfico a cores intuitivo de 3,5" com ecrã tátil Controlador: visualização digital da temperatura definida e real e do tempo (restante) do programa Controle de temperatura: sistema de segurança em dois estágios para evitar sobretemperatura Controle de temperatura: alarme de sobretemperatura regulável individualmente, visual e acústico Controle de temperatura: Limitador de temperatura independente para desligar o aquecimento em caso de falha</p> <p>Sistema de autodiagnóstico: controlador de temperatura PID com microprocessador e sistema integrado de autodiagnóstico com indicador de falhas Sistema de drenagem: sistema inovador de drenagem fácil de esvaziar</p> <p>Temporizador: temporizador digital de 1 min. até 99 horas 59 min., visual e acústico</p> <p>Interior: Bandeja em aço inoxidável, sem cantos e bordas para facilitar a limpeza, incl. dreno central (sem instalações perturbadoras).</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Temperatura: *MÁX: 100 °C *MÍN: 10 °C *Volume: no mínimo 7,5 l L *Largura: 217 mm *Altura: 150 mm *Comprimento: 277 mm. Exclusiva ME/EPP</p>	239687	unid	3	2.698,12	8.094,36
17	<p>Aquecedor de Tubos MISTO - Segurança térmica para os procedimentos que necessitam de aquecimento do material biológico e de soluções laboratoriais. O equipamento deve possuir um sensor eletrônico que mantém a temperatura durante o trabalho, com tolerância de $\pm 0,2^{\circ}\text{C}$ de variação térmica. Capacidade: 4 Tubos de 50 ml, 4 Tubos de 15 ml, 6 Tubos de 5 ml. Exclusiva ME/EPP</p>	605833	unid	3	2.208,67	6.626,01



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

18	<p>Micropipeta monocanal 0,5 a 10 µL - convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 0,5 a 10 µL ; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>A. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>B. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>C. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>D. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>E. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>F. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>G. Ejetor de ponteira.</p> <p>H. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica.</p> <p>Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) • Aço inoxidável.</p> <p>Exclusiva ME/EPP</p>	409082	unid	3	449,96	1.349,88
19	<p>Micropipeta monocanal 2 a 20 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus</p>	409083	unid	3	370,76	1.112,28



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 2 a 20 µL ; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>I. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>J. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>K. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>L. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>M. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>N. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>O. Ejetor de ponteira.</p> <p>P. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica.</p> <p>Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável</p> <p>Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) •</p> <p>P. Aço inoxidável. Exclusiva ME/EPP</p>					
20	<p>Micropipeta monocal 20 a 200 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p>	409084	unid	3	349,69	1.049,07



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 20 a 200 µL; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>Q. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>R. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>S. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>T. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável. Exclusiva ME/EPP</p>					
21	<p>Micropipeta monocanal 100 a 1000 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 100 a 1000 µL; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>Y. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>Z. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>AA. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>BB. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p>	410273	unid	3	347,08	1.041,24



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>CC. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>DD. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>EE. Ejetor de ponteira.</p> <p>FF. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica.</p> <p>Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetil (POM) • Aço inoxidável Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) •</p> <p>FF. Aço inoxidável. Exclusiva ME/EPP</p>					
22	<p>Ponteira universal com filtro 0,1 a 10 µL: 01 rack de ponteiras 10 ul com 96 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções. Utilizada em procedimentos que requeiram aspirar e transferir um volume preciso de solução de um local a outro. Ponteira universal, com filtro, de cor neutra, estéril, com capacidade de 0,1 a 10µL. Comercializada em rack.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Universal; • Com filtro; • Cor neutra; • Produzida em Polipropileno; • Apirogênica; • Livre de Rnase/Dnase; • Variação disponível: <p>Capacidade (volume capaz de aspirar)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comercializadas em racks com 96 unidades; • Caixa com 10 racks; Exclusiva ME/EPP 	621867	unid	30	148,56	4.456,80
23	<p>Ponteira universal com filtro 1 a 200 µL: 01 rack de ponteiras 1µL - 200ul com 96 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções em procedimentos que requeiram maior proteção contra contaminação. Utilizada em aplicações como PCR, sequenciamento de DNA e outras técnicas que envolvem o</p>	455928	unid	30	354,97	10.649,10



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<p>uso de materiais em vapores, radioativos, perigosos ou corrosivos. Universal;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor neutra; • com filtro; • Produzida em Polipropileno; • Apirogênica; • Livre de Rnase/Dnase; • Variações disponíveis: • Esterilidade (estéril) <p>Forma de apresentação comercial (rack) Referência comercializada em rack: 96 unidades/rack (caixa com 10 racks, totalizando 960 unidades);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de lote na embalagem para rastreabilidade do produto. Exclusiva ME/EPP 					
24	<p>Ponteira universal com filtro 100 a 1000 µL: 01 rack de ponteiros 100 µL - 1000µL com 100 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções em procedimentos que requeiram maior proteção contra contaminação. Utilizada em aplicações como PCR, sequenciamento de DNA e outras técnicas que envolvem o uso de materiais em vapores, radioativos, perigosos ou corrosivos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Universal; • Cor neutra; • Com filtro; • Produzida em Polipropileno; • Apirogênica; • Livre de Rnase/Dnase; • Variações disponíveis: • Esterilidade (estéril) • Forma de apresentação comercial (rack) • Referência comercializada em rack: 100 unidades/rack (caixa com 10 racks, totalizando 1.000 unidades); • Identificação de lote na embalagem para rastreabilidade do produto. Exclusiva ME/EPP 	434424	unid	30	371,33	11.139,90
25	<p>Suporte giratório para micropipetadores 06 posições: 01 (um) Suporte giratório (carrossel) para micropipetadores, com capacidade para 06 unidades monocanal. Apoio e armazenamento de micropipetadores. Utilizado em laboratórios que fazem uso de micropipetadores em sua rotina de trabalho.</p>	428981	unid	3	291,89	875,67



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

	<ul style="list-style-type: none"> Fabricado em plástico resistente; Possui 06 posições; Comporta micropipetadores monocanais. Comercializado individualmente. Exclusiva ME/EPP 					
26	<p>Rack de Alumínio para Tubos de ensaio: Rack de Alumínio, Adequado para laboratórios. Rack 24 tubos: 4 x 15 ml - 12 x 5 ml - 8 x 0,8 ml. Exclusiva ME/EPP</p>	479649	unid	6	523,60	3.141,60
27	<p>Grupo Gerador 29 kVA- 380 / 220 Vca em 60Hz (Motor, Gerador, Quadro de Comando, Com Disjuntor de Proteção) em Contêiner Super Silenciado Leve 75 dB(A) @ 1,5m com Chave de Transferência 50A: um grupo gerador diesel, montado em contêiner, com potência de 32 / 29 kVA- 26 / 23 kWe (Emergência / Principal), trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 380 / 220 Vca em 60 Hz, para funcionamento singelo e automático, Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> MOTOR BAUDOUIN, 4 cilindros, 4 tempos e refrigerado a água por radiador, aspiração natural, alternador para carga de bateria e motor de partida em 12 Vcc, regulagem eletrônica de velocidade. GERADOR WEG, sem escovas (Brushless), classe de isolamento H, com impregnação a vácuo, ligação estrela com neutro acessível, dotado com excitatriz rotativa e regulador eletrônico de tensão, grau de proteção IP23. QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, dotado de microcontrolador, montado internamente ao contêiner e isolado da máquina. Operação automática e manual. Executa supervisão de sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal (rede), dotado de disjuntor de proteção. CHAVE DE TRANSFERÊNCIA composta por contatores, tripolares, na capacidade de 50 A, montada junto ao comando. <p>CONTÊINER SUPER SILENCIADO LEVE (SSL) para um nível de ruído médio de 75 dB(A) @ 1,5m, tanque de combustível metálico com reservatório interno em polietileno, na capacidade de 42 litros, conforme norma ABNT NBR 16684, instalado na base tipo estanque, própria para contenção de líquidos. Composto por painéis laterais, teto e portas para acesso ao motor e quadro elétrico, fabricados em</p>	359730	unid	3	48.077,85	144.233,55



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)


	chapas e perfis de aço galvanizado com pintura eletrostática na cor branca. Cota principal					
28	<p>Grupo Gerador 29 kVA- 380 / 220 Vca em 60Hz (Motor, Gerador, Quadro de Comando, Com Disjuntor de Proteção) em Contêiner Super Silenciado Leve 75 dB(A) @ 1,5m com Chave de Transferência 50A: um grupo gerador diesel, montado em contêiner, com potência de 32 / 29 kVA- 26 / 23 kWe (Emergência / Principal), trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 380 / 220 Vca em 60 Hz, para funcionamento singelo e automático, Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ♦ MOTOR BAUDOQUIN, 4 cilindros, 4 tempos e refrigerado a água por radiador, aspiração natural, alternador para carga de bateria e motor de partida em 12 Vcc, regulagem eletrônica de velocidade. ♦ GERADOR WEG, sem escovas (Brushless), classe de isolamento H, com impregnação a vácuo, ligação estrela com neutro acessível, dotado com excitatriz rotativa e regulador eletrônico de tensão, grau de proteção IP23. ♦ QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, dotado de microcontrolador, montado internamente ao contêiner e isolado da máquina. Operação automática e manual. Executa supervisão de sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal (rede), dotado de disjuntor de proteção. ♦ CHAVE DE TRANSFERÊNCIA composta por contatores, tripolares, na capacidade de 50 A, montada junto ao comando. <p>CONTÊINER SUPER SILENCIADO LEVE (SSL) para um nível de ruído médio de 75 dB(A) @ 1,5m, tanque de combustível metálico com reservatório interno em polietileno, na capacidade de 42 litros, conforme norma ABNT NBR 16684, instalado na base tipo estanque, própria para contenção de líquidos. Composto por painéis laterais, teto e portas para acesso ao motor e quadro elétrico, fabricados em chapas e perfis de aço galvanizado com pintura eletrostática na cor branca. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 27</p>	359730	unid	1	48.077,85	48.077,85
29	Nobreak 3200 VA Bivolt - para ambientes críticos que exigem energia estável e confiável para operação contínua de equipamentos sensíveis.	389397	unid	10	4.946,40	49.464,00



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

<ul style="list-style-type: none"> • Potência de 3200VA / 1984W, ideal para múltiplos equipamentos simultâneos • Forma de onda senoidal pura, indicada para fontes PFC ativo • Tecnologia Line Interactive com regulação de tensão em tempo real • Gerenciamento via software Power View (USB e RS-232) • Compatível com Windows, Linux e MacOS • Design robusto, com excelente desempenho em aplicações profissionais Recursos adicionais: • DSP: processador digital de sinais para melhor desempenho • Recarga inteligente em 4 estágios com Strong Charger • Função DC Start: liga o nobreak mesmo sem energia na rede • True RMS: precisão na medição e regulação elétrica • Autodiagnóstico de bateria e bargraph de LEDs informativos • Alarmes visuais e sonoros para eventos críticos <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potência: 3200VA (1984W) • Tensão de entrada: 220V monovolt • Tensão de saída: 220V • Fator de potência: 0,62 • Forma de onda: Senoidal pura • Conexões: 10 tomadas NBR 14136 (6x 10A + 4x 20A) • Dimensões: 38 x 22 x 55 cm (A x L x P) • Peso: 34,65 kg • Autonomia: até 2h30min com carga leve, expansível até 15h <p>Garantia: 12 meses. Exclusiva ME/EPP</p>					
TOTAL GLOBAL (R\$)					1.522.489,78

Especificações técnicas

Item	Especificação	Representação
1 e 2	<p>Incubadora de CO₂ com jaqueta de água, destinada a aplicações laboratoriais de cultivo celular e produção in vitro de embriões, projetada para garantir controle preciso de temperatura, umidade e concentração de CO₂, mantendo ambiente livre de contaminação e com estabilidade térmica otimizada; Deve possuir sistema de filtragem HEPA, capaz de filtrar continuamente todo o volume interno da câmara a cada 60 segundos, atingindo ISO Classe 5 em até cinco minutos após a abertura da porta, assegurando ambiente limpo e minimizando contaminações; O equipamento deve dispor de porta dupla em vidro com lâmina transparente de aquecimento patenteada, que minimiza a condensação e permite recuperação rápida da temperatura interna. Deve conter display touchscreen para visualização e controle de todos os parâmetros operacionais, incluindo temperatura, nível de CO₂ e umidade, permitindo operação intuitiva e segura; A incubadora deve ser equipada com jaqueta d'água com parede tripla, garantindo máxima proteção térmica e rápida recuperação após abertura de porta. Deve possuir volume interno mínimo de 184 litros, interior em aço inoxidável com cantos arredondados para facilitar a higienização, vedação da porta interna removível para limpeza e desinfecção, e orifício de acesso para amostragem da câmara com filtro; Deve possuir porta reversível,</p>	 A imagem mostra uma incubadora de CO2 de cor branca com detalhes em azul. No topo da porta, há um painel de controle touchscreen que exibe informações como temperatura (37.0), nível de CO2 (5.0) e umidade (0.0). A porta é composta por duas camadas de vidro com uma lâmina de aquecimento entre elas. Há um orifício de acesso na parte inferior da porta. O equipamento é projetado para ser usado em laboratório para cultivo celular e produção de embriões.

<p>contato para alarme remoto, sensor de nível na câmara da jaqueta d'água e possibilidade de instalação de sensor adicional para medição de umidade relativa. Deve ainda contar com sensor de temperatura duplo e sensor TC de alta tecnologia com compensação automática de umidade e tempo de recuperação de 8 minutos; O equipamento deve possuir interface USB para conexão a computador e software dedicado para registro, transferência e armazenamento de dados operacionais; Volume interno: 184 litros; Jaqueta d'água com parede tripla; Sistema de filtragem HEPA (renovação total do ar a cada 60 segundos); Nível de limpeza: ISO Classe 5 em até 5 minutos após abertura da porta; Faixa de temperatura: ambiente +5°C a 55 °C; Precisão de temperatura: ± 0,1 °C; Uniformidade de temperatura: ± 0,2 °C; Faixa de controle de CO₂: 0 a 20%; Precisão de CO₂: ± 0,1%; Umidade relativa: 95% a 37 °C; Sensor de temperatura duplo; Sensor TC com compensação automática de umidade; Interface USB e software para gerenciamento de dados; Porta reversível e contato para alarme remoto; 03 prateleiras de aço inox perfuradas, com opção para até 16 prateleiras; Dimensões internas (A × L × C): 68,1 × 54,1 × 50,8 cm; Dimensões externas (A × L × C): 100,3 × 66 × 63,7 cm; Dimensões embalado (P × L × A): 81 × 79 × 120 cm; Peso líquido/bruto: 120,2/140,5 kg; Alimentação elétrica: 230 V / 50–60 Hz; Equipamento registrado na ANVISA</p>	
--	--

3 e 4

Incubadora de Bancada CO₂ e O₂. A incubadora de bancada deve ser destinada a aplicações laboratoriais de maturação de oócitos, fertilização in vitro, cultivo de embriões e células, garantindo controle preciso de temperatura, pressão e atmosfera gasosa. O equipamento deve possuir sistema eletrônico microprocessado, capaz de manter as grandezas físicas com alta estabilidade, mesmo após abertura e fechamento das tampas, permitindo rápida recuperação da atmosfera interna e mínima variação dos parâmetros críticos; O equipamento deve apresentar câmaras de cultivo em tamanho reduzido, com sistema eficiente de vedação, assegurando rápida recuperação e manutenção da atmosfera gasosa após abertura. Sua estrutura em alumínio anodizado e aço inoxidável deve propiciar design funcional, elegância, resistência e facilidade de limpeza, garantindo condições ideais de higiene interna e externa; A interface de operação deve incluir tela colorida de 4,3 polegadas (TFT-LCD) com resolução de 480 × 272 pixels, permitindo interação direta entre usuário e programação por meio de toques na tela. O equipamento deve possuir função USB “bootloader”, que possibilite atualização de software de forma prática, e permitir monitoramento remoto via aplicativo compatível com dispositivos móveis, assegurando controle contínuo do funcionamento mesmo fora do laboratório; O equipamento deve dispor de alarmas visuais exibidos no display, garantindo a segurança operacional. Deve possuir faixa de



temperatura de trabalho de 34 a 45 °C, com precisão de $\pm 0,5$ °C, intervalo extra de pressão de 1 a 50 mmHg, e pressão de entrada do gás de 9 a 11 Psi (0,6 a 0,8 kgf/cm²). A potência máxima do equipamento deve ser 200 W, com alimentação DC de 12 V – 16,66 A e alimentação AC compatível com 100–240 V~, 3–1 A, 50/60 Hz.; O equipamento deve garantir recuperação rápida da atmosfera interna, mesmo após abertura, assegurando condições estáveis para o cultivo celular. Deve possuir câmaras projetadas para manutenção uniforme da pressão e temperatura, minimizando riscos de contaminação e assegurando alto rendimento em protocolos de reprodução in vitro;

Dimensões (CxLxA): 565x400x180mm; Peso bruto: 22 kg;

Acessórios/componentes:

- 1 Cabo de alimentação.
- 1 Chicote pneumático com conectores valvulado de engate rápido.
- 1 Fonte de alimentação elétrica.
- 3 Pares (extras) de mangueiras do sistema de pré-aquecimento.
- 3 Pares (extras) de “anéis” de vedação para rolhas .
- 8 Racks de alumínio para microtubos de cultivo.
- 3 Sistemas de pré-aquecimento de gás.

5 e 6

Cabina de Fluxo Unidirecional (Laminar) Horizontal - O equipamento permite o trabalho com máxima segurança, possuindo área de trabalho classificada como ISO Classe 5, conforme NBR ISO 14644-1 (antiga Classe 100 de acordo com o Federal Standard 209E). O fluxo de ar é horizontal, com velocidade média de $0,45 \text{ m/s} \pm 0,05$, garantindo total proteção ao produto manipulado, inclusive contra contaminações. Atende integralmente aos requisitos e exigências da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); A estrutura é construída em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura à base de poliuretano, assegurando durabilidade e resistência. Possui paredes laterais em vidro temperado e motoventiladores de insuflamento equipados com proteção térmica, que garantem operação estável e segura; A iluminação interna é composta por lâmpadas fluorescentes posicionadas de forma a oferecer ampla visibilidade da área de trabalho. O equipamento conta com tela de proteção em alumínio para o filtro HEPA de insuflamento, assegurando a integridade do sistema de filtragem; O sistema de filtragem é composto por filtro HEPA classe ISO 45H, conforme NBR ISO 29463-1 (antigo H14), com eficiência de 99,995% para partículas maiores que $0,3 \mu\text{m}$, e pré-filtro sintético plissado classe ISO Coarse 92%, conforme ABNT NBR ISO 16890-1:2018 (antiga Classe G4 da ABNT NBR 16.101:2012); A base de apoio é fabricada em aço carbono com




<p>tratamento anticorrosivo e pintura em poliuretano, dotada de rodízios giratórios com freio para facilitar a movimentação. O painel elétrico contém botão de acionamento liga/desliga e potenciômetro para ajuste fino da velocidade do motoventilador;O equipamento apresenta nível de ruído inferior a 70 dBA e fusíveis de proteção para maior segurança elétrica. O plugue elétrico segue o padrão brasileiro de três pinos (10A / 220V).</p> <ul style="list-style-type: none">• O Mesa de trabalho recortada, destacada do equipamento indicada para trabalhos com LUPA e MICROSCÓPIOS. <p>Peso aproximado:125 kg</p> <p>Dimensões externas (aproximadas):</p> <p>Altura com base: 1.940 mm Altura sem base: 1.110 mm</p> <p>Largura total: 1.270 mm Profundidade: 740 mm</p> <p>Dimensões da área de trabalho (aproximadas):</p> <p>Altura: 610 mm</p> <p>Largura: 1.250 mm</p> <p>Profundidade: 460 mm</p> <p>Altura da superfície de trabalho em relação ao piso: 870 mm</p> <p>Especificações elétricas: Tensão de alimentação: 220 V Número de fases: Monofásico Frequência: 60 Hz</p> <p>Potência total: 500 W</p>	
---	--


	<p>O CONJUNTO E COMPOSTO POR:</p> <p>01 Cabine fluxo Laminar (unidirecional) horizontal; 01 Kit de Lâmpada UV e Branca; 01 Bico de Gás; 01 Tomada Auxiliar 110/220 Volts; 01 Manual de Operação em português.</p>	
7	<p>Analizador eletrônico para medição de gases da incubadora- O equipamento é utilizado em laboratórios que operam com incubadoras de CO₂ e O₂, sendo indicado para atividades que exigem checagem e monitoramento precisos das concentrações gasosas. O analisador apresenta alta precisão nas leituras de CO₂ e permite medições adicionais de O₂ (0– 100%), umidade relativa (0–100%) e temperatura (0–50 °C), conforme configuração dos sensores.O sistema realiza leituras simultâneas de CO₂, O₂, temperatura e umidade relativa, com tempo de resposta inferior a um minuto, assegurando agilidade e confiabilidade nas aferições. Possui grande capacidade de armazenamento de dados, com possibilidade de transferência e download de registros para acompanhamento e análise das medições realizadas;O equipamento dispõe de sondas de temperatura duplas, que permitem ajuste e estabilização das condições térmicas da incubadora, além de possibilitar a análise de variações de temperatura durante o processo de cultivo. É projetado para operação rápida, precisa e de fácil utilização, atendendo às exigências de controle ambiental em sistemas de produção in vitro</p>	

de embriões e em outros procedimentos laboratoriais que demandam condições gasosas controladas. A finalidade de uso consiste em realizar a aferição periódica e a calibração das incubadoras de CO₂, garantindo a estabilidade e a precisão das condições gasosas e térmicas utilizadas nos processos de maturação oocitária, fertilização e cultivo embrionário. O uso do equipamento assegura a confiabilidade dos parâmetros de incubação e contribui para a qualidade dos resultados obtidos nas etapas da produção in vitro de embriões. O sistema é alimentado por bateria de íon-lítio (Li-Ion), com duração de até 12 horas (10 horas com bomba de amostragem), vida útil aproximada de 600 ciclos e tempo de recarga de cerca de 4 horas. O carregamento ocorre por meio de fonte de alimentação externa de 5 Vdc, com circuito interno de carga e possibilidade de alimentação alternativa também em 5 Vdc; A estrutura é confeccionada em ABS/polipropileno com inserções de borracha de silicone, proporcionando resistência mecânica e durabilidade. O teclado é composto por 17 teclas de borracha de silicone com revestimento em resina, garantindo ergonomia e precisão no acionamento; A interface conta com tela de cristal líquido (LCD) de 128 × 64 pixels, com retroiluminação LED RGB, que assegura boa visibilidade das informações em diferentes condições de iluminação. O sistema possui filtros de amostra de gás, tubo secador integrado para remoção de umidade e filtro coletor de água em PTFE


	<p>substituível pelo usuário, garantindo pureza e segurança nas medições.</p> <p>Condições de operação</p> <ul style="list-style-type: none">• Temperatura de operação: 0 °C a 50 °C• Umidade relativa: 0 – 95% sem condensação (sonda de UR: 0 – 100% sem condensação)• Pressão barométrica: ± 500 mbar em relação à pressão de calibração <p>Características físicas</p> <ul style="list-style-type: none">• Peso: aproximadamente 495 g• Dimensões: 165 mm (C) × 100 mm (L) × 55 mm (P)• Temperatura (opcional): x 2 usando sondas opcionais 0°C a +50°C• Precisão de temperatura, típica: ± 0,1°C de 32 a 44°C, ± 0,2°C no restante da faixa• Pressão barométrica: 800 - 1200 mbar• Medição de UR (opcional): Sonda de UR 0 -100% UR sem condensação• Precisão de UR: ± 1,5% UR em toda a faixa• Alarme visual e sonoro Níveis de alarme de CO2 e O2 selecionáveis pelo usuário	
--	--	--


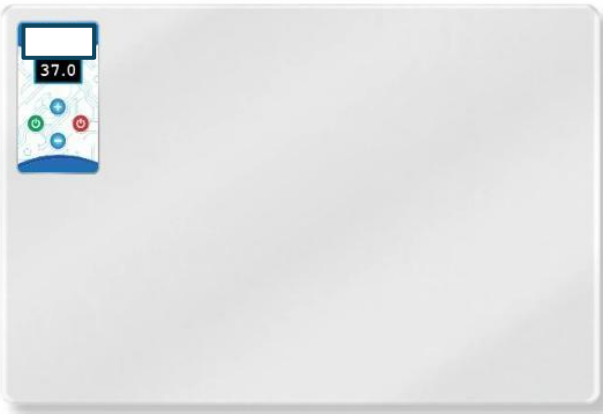
	<ul style="list-style-type: none">• Comunicações: Miniconector USB tipo B, classe de dispositivo HID <p>Armazenamento de dados 1000 conjuntos de leitura + 270 eventos</p>	
8 e 9	<p>Microscópio Estereoscópico-para o apoio às atividades de micromanipulação, seleção e avaliação morfológica de oócitos e embriões nos procedimentos de produção in vitro de embriões realizados no laboratório. O equipamento assegura visualização tridimensional com alta definição, condições de trabalho ergonômicas e controle preciso da ampliação, fatores indispensáveis para garantir eficiência, segurança e qualidade dos resultados nas etapas de manipulação celular e reprodutiva.</p> <p>Características técnicas:</p> <p>Microscópio estereoscópico zoom 7.5:1; magnificações com variação mínima de 6,7x e 50x;</p> <ul style="list-style-type: none">· Incluso par de ocular de 10x com campo de 22 mm;· Iluminação LED diascópico integrado à estativa, composto de sistema óptico de zoom contínuo com variação mínima de magnificações entre 0,67x e 5,0x e escalonamento tipo click-stop com fatores intermediários;· Coluna com 29 cm de altura;· Base com dimensões mínimas de 21 cm x 30 cm;· Botões para foco (coaxial) macrométrico bilaterais, por pinhão e cremalheira;	


	<ul style="list-style-type: none">· Ajuste de tensão mecânica;· Botões de ajuste contínuo do fator de zoom bilaterais com escala graduada; Tubo trinocular/binocular com ajuste de distância interpupilar com variação mínima de 55 a 75 mm; Ângulo de visão com o plano horizontal de 45°; Distância de trabalho livre mínima de 115 mm; Iluminação diascópica (refletida) por LED tipo “branco luz do dia”, de aproximadamente 6.500°K, inclusa de espelho para indução de contraste sobre a amostra, com durabilidade aproximada de 25.000 horas; incluindo controlador;· Fonte de alimentação externa com entrada bivolt automática 100-240 V AC;· Possibilidade de upgrade futuro para acessórios para campo escuro, adaptação de sistema de foto documentação e aumento da magnificação para até 250x com a troca de lentes frontais e oculares;· Base altamente ergonômica com baixa espessura, facilitando trabalhos de longa duração (inclusas abas de sustentação de mãos do profissional, para apoio e maior precisão para trabalhos em embriologia).· Capa de proteção; Hermético;· Manual de instruções;	
--	---	--

10	<p>Microscópio Biológico Binocular-</p> <p>Sistema óptico infinito;</p> <ul style="list-style-type: none">• Sistema de iluminação por LED de alta transmissão, cor branca, com a adição da lente “Fly eye” (Olho de Mosca) que fornece luz homogênea em todo campo de visão;• Tubo binocular com inclinação de 30° e distância interpupilar ajustável de 50- 75mm;• Lentes oculares 10X (com 20mm de campo de visão);• Trava para evitar que o tubo se desprenda do corpo do microscópio;• Trava para bloqueio da ocular que evita que as oculares sejam facilmente removidas;• Revólver porta-objetivas quádruplo voltado para dentro da estativa, facilitando as mudanças das objetivas e a acessibilidade da amostra;• Objetivas Plan Acromáticas 4X; 10X; 40X; 100X; <p>4X (0,1 / 25 mm) 10X (0,25 / 6,7 mm) 40X (0,65 / 0,6 mm) 100X Oil (1,25/0,14 mm)</p> <ul style="list-style-type: none">• Tratamento antifungo no sistema óptico;• Botões de foco grosso e fino coaxiais, localizados em ambos os lados do microscópio. Botão de ajuste de foco macrométrico com 37,7mm por rotação. Botão de ajuste de foco micrométrico com 0,2mm por rotação. •Macrométrico com anel de ajuste de torque;	
----	---	--


	<p>Botão de limite de altura da platina para predefinição de melhor foco durante altas magnificações que evitam que a platina seja acidentalmente elevada e quebre lâminas de vidro;</p> <ul style="list-style-type: none">•Platina mecânica retangular com suporte de amostra e escala de vernier, curso transversal: 76(X) x 30 (Y) mm;Condensador 0.1-1.25 fixo, com códigos de cores de localização correspondentes a cor de cada objetiva para facilitar o posicionamento da abertura do condensador e obter o melhor desempenho óptico;•Botão liga / desliga e controles de brilho de iluminação localizados na parte da frente do microscópio para fácil visibilidade e acesso;•Espaço de armazenamento de cabos na parte traseira;•Peso reduzido (aproximadamente 6kg) e vários pontos de transporte para facilitar o levantamento e movimentação em prateleiras e espaço de trabalho;•Método de observação: Campo Claro;•Guia rápido online intuitivo com acesso por QR code.	
--	---	--


<p>11 e 12</p>	<p>Microcentrifuga -compacta de alta velocidade:</p> <p>Um motor sem escovas e livre de manutenção fornece aceleração e desaceleração extremamente rápidas do rotor de 12 lugares.</p> <p>A velocidade e o tempo são definidos com os botões de controle no painel frontal da unidade. Um botão "Rápido" permite corridas momentâneas. Um fluxo contínuo de ar ambiente através da câmara do rotor mantém o rotor e as amostras frias; com um rotor de 12 lugares para tubos de 1,5/2,0 mL. Tubos menores são acomodados por adaptadores</p> <ul style="list-style-type: none">• Volume máximo de 12 x 2 mL;• Detector de desequilíbrio com parada automática para operação segura;• Motor DC sem escova para desempenho livre de manutenção;• Bloqueio da tampa de segurança - a tampa abre automaticamente no fim da corrida;• Painel digital com indicador de velocidade e tempo; <p>Configuração de RPM de 500-15000 RPM com precisão de velocidade de 100 RPM;</p> <ul style="list-style-type: none">• Mudança da funcionalidade de RPM para RCF com um toque;• Adaptadores para tubos de 0,1 / 0,2 e 0,5 mL;• Liberação de emergência da tampa durante falta de energia;• Diagnóstico interno automático e exibição de erros;• Operação silenciosa	 <p>A microcentrifuga compacta de alta velocidade, com um painel digital azul na frente que mostra '1500' e '99'. O aparelho é branco e possui um rotor no topo. Há dois retângulos verdes sobrepostos no painel: um na parte superior e outro na parte inferior.</p>
--------------------	---	---


13	<p>Cilindro de gases Medicinal:Para armazenamento da mistura gasosa que abastece a incubadora de cultivo in vitro de embrião</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:</p> <p>Capacidade hidráulica: 50L / 10 metros cúbicos (m³); Pressão de serviço: 200bar; Altura: 1500mm;</p> <p>Diâmetro externo: 229mm; Rosca de entrada: 3/4-14NGT; Peso: 58kg</p>	
14	<p>Mesa aquecedora- utilizada em laboratórios para a manipulação de Oócitos e Embriões, fabricada em alumínio e PMMA, garante grande estabilidade da temperatura em toda sua superfície. Deve possuir controlador incorporado ao equipamento, reduzindo o volume de cabos e conexões, além de ocupar um menor espaço em sua bancada de trabalho, aumentando o conforto visual e facilitando o trabalhos no campo ou em laboratório. Conta com display gráfico OLED.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS</p> <p>Acabamento: Alumínio anodizado e PMMA</p> <p>Display: OLED</p> <p>Faixa de ajuste: 34°C à 39°C Precisão de ajuste: 0,1°C</p> <p>Dimensões: 330 mm x 220 mm x 11 mm</p> <p>Peso: 1,9 Kg</p> <p>Oscilação máxima de temperatura: + - 0,2°C</p>	

	<p>Tensão de entrada: 12V 5^a</p> <p>Fonte de Alimentação: Inclusa (Entrada: 90-240Vac 50/60Hz - Saída: 12V 5A)</p> <p>Conexão de Alimentação: P4 5x2.1mm Consumo máximo de energia: 55W Condições ambientais de operação: 0°C a +34°C / Umidade 10% a 75% / 0,7 a 1,2 atm</p>	
15	<p>Regulador de Pressão Gasosa especial: latão forjado simples-Reguladores de pressão simples estágio; Corpo totalmente forjado em latão; Válvula de segurança externa; Destinados ao uso em sistemas de alta pressão.</p> <p>Especificações</p> <ul style="list-style-type: none">* Faixa de Temperatura: -40 a 60 %* Manômetros: 2"* Escalas: psi e bar* Estanqueidade: 1 x 10⁸ atm cm/He* Coeficiente de Vazão: 0,16 <p>Materiais</p> <ul style="list-style-type: none">* Corpo e Capa: Latão forjado e cromado* Diafragma: Aço inoxidável 316L* Sede: PTFE®* Selos: PTFE®* Filtro: Bronze sinterizado - 40 microns* Assento Encapsulado: Bronze	


16	<p>Banho-maria digital - uma banheira de tamanho individual, construída em aço inoxidável resistente à corrosão. A câmara sem emendas tem capacidade para até 7,51 litros de água. A temperatura pode ser ajustada entre +10 °C e 100 °C, sendo facilmente monitorada no visor digital.</p> <p>Calibração: Calibração em 2 pontos Controlador: ecrã gráfico a cores intuitivo de 3,5" com ecrã táctil Controlador: visualização digital da temperatura definida e real e do tempo (restante) do programa</p> <p>Controle de temperatura: sistema de segurança em dois estágios para evitar sobretemperatura</p> <p>Controle de temperatura: alarme de sobretemperatura regulável individualmente, visual e acústico</p> <p>Controle de temperatura: Limitador de temperatura independente para desligar o aquecimento em caso de falha</p> <p>Sistema de autodiagnóstico: controlador de temperatura PID com microprocessador e sistema integrado de autodiagnóstico com indicador de falhas</p> <p>Sistema de drenagem: sistema inovador de drenagem fácil de esvaziar</p> <p>Temporizador: temporizador digital de 1 min. até 99 horas 59 min., visual e acústico</p> <p>Interior: Bandeja em aço inoxidável, sem cantos e bordas para facilitar a limpeza, incl. dreno central (sem instalações</p>	 A digital water bath with a stainless steel interior and a digital display showing 37.5°C. The device is white with a black base and a digital display on the front panel. The lid is open, revealing the stainless steel interior. The display shows a temperature of 37.5°C. There is a small white knob on the right side of the front panel.
----	---	---


	<p>perturbadoras).</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:</p> <p>Temperatura:</p> <p>*MÁX: 100 °C</p> <p>*MÍN: 10 °C</p> <p>*Volume:7,5 lL</p> <p>*Largura:217 mm</p> <p>*Altura:150 mm</p> <p>*Comprimento:277 mm</p>	
17	<p>Aquecedor de Tubos MISTO- Segurança térmica para os procedimentos que necessitam de aquecimento do material biológico e de soluções laboratoriais.O equipamento deve possuir um sensor eletrônico que mantém a temperatura durante o trabalho, com tolerância de $\pm 0,2^{\circ}\text{C}$ de variação térmica. Capacidade: 4 Tubos de 50 ml, 4 Tubos de 15 ml, 6 Tubos de 5 ml</p>	 Aquecedor de Tubos MISTO: Um equipamento de laboratório de cor cinza com uma superfície superior preta contendo nove orifícios para tubos. Possui um painel de controle na frente com um visor digital, botões de função e um botão de emergência vermelho. Um adesivo amarelo está colado no canto superior esquerdo do painel.

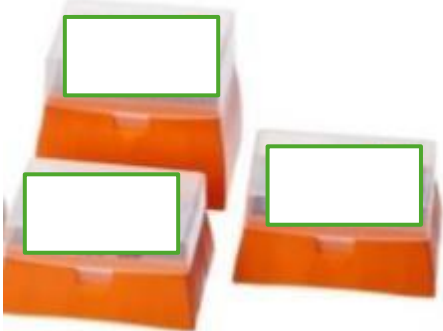
18	<p>Micropipeta 0,5 a 10 µL monocanal- convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras). O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none">• Micropipeta 0,5 a 10 µL ;• Manual de Instruções• 1 Certificado de Controlo de Qualidade• 1 Chave de calibração• 1 Suporte do micropipetador• 1 Lubrificante (micropipetador de canal único)• 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>A. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>B. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>C. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>D. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>E. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>F. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que</p>	
----	--	--


	<p>indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>G. Ejetor de ponteira.</p> <p>H. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica.</p> <p>Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável</p> <p>Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) • Aço inoxidável</p>	
19	<p>Micropipeta monocal 2 a 20 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras). O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none">• Micropipeta 2 a 20 µL ;• Manual de Instruções• 1 Certificado de Controle de Qualidade• 1 Chave de calibração• 1 Suporte do micropipetador• 1 Lubrificante (micropipetador de canal único)• 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul,	


<p>vermelho)</p> <p>Características técnicas:</p> <p>I. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>J. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>K. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>L. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>M. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>N. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>O. Ejetor de ponteira.</p> <p>P. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica.</p> <p>Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) •</p>	
--	--



	P. Aço inoxidável	
20	<p>Micropipeta monocal 20 a 200 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras). O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none">• Micropipeta 20 a 200 µL;• Manual de Instruções• 1 Certificado de Controlo de Qualidade• 1 Chave de calibração• 1 Suporte do micropipetador• 1 Lubrificante (micropipetador de canal único)• 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>Q. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>R. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>S. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>T. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p>	

21	<p>Micropipeta monocal 100 a 1000 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras). O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none">• Micropipeta 100 a 1000 µL;• Manual de Instruções• 1 Certificado de Controlo de Qualidade• 1 Chave de calibração• 1 Suporte do micropipetador• 1 Lubrificante (micropipetador de canal único)• 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>Y. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>Z. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>AA. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>BB. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>CC. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p>	
----	--	--

	<p>DD. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>EE. Ejetor de ponteira.</p> <p>FF. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica.</p> <p>Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável</p> <p>Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) •</p> <p>FF. Aço inoxidável</p>	
22	<p>Ponteira universal com filtro -0.2 a 10μL:</p> <p>01 rack de ponteiras 10ul com 96 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções. Utilizada em procedimentos que requeiram aspirar e transferir um volume preciso de solução de um local a outro.</p> <p>Ponteira universal, com filtro, de cor neutra, estéril, com capacidade de 0,2 a 10μL. Comercializada em rack.</p> <ul style="list-style-type: none">• Universal;• Com filtro;• Cor neutra;	

	<ul style="list-style-type: none">• Produzida em Polipropileno;• Apirogênica;• Livre de Rnase/Dnase;• Variação disponível: Capacidade (volume capaz de aspirar) <ul style="list-style-type: none">• Comercializadas em racks com 96 unidades;• Caixa com 10 racks;	
23	<p>Ponteira universal com filtro 1 µL - 200µL:01 rack de ponteiras 1µL - 200ul com 96 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções em procedimentos que requeiram maior proteção contra contaminação.</p> <p>Utilizada em aplicações como PCR, sequenciamento de DNA e outras técnicas que envolvem o uso de materiais em vapores, radioativos, perigosos ou corrosivos.</p> <p>Universal;</p> <ul style="list-style-type: none">• Cor neutra;• com filtro;• Produzida em Polipropileno;• Apirogênica;• Livre de Rnase/Dnase;• Variações disponíveis:• Esterilidade (estéril)	

	<p>Forma de apresentação comercial (rack) Referência comercializada em rack: 96 unidades/rack (caixa com 10 racks, totalizando 960 unidades);</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação de lote na embalagem para rastreabilidade do produto.	
24	<p>Ponteira universal com filtro – 100 µL 1000µL:01 rack de ponteiros 100 µL - 1000µL com 100 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções em procedimentos que requeiram maior proteção contra contaminação.</p> <p>Utilizada em aplicações como PCR, sequenciamento de DNA e outras técnicas que envolvem o uso de materiais em vapores, radioativos, perigosos ou corrosivos.</p> <ul style="list-style-type: none">• Universal;• Cor neutra;• Com filtro;• Produzida em Polipropileno;• Apirogênica;• Livre de Rnase/Dnase;• Variações disponíveis:• Esterilidade (estéril)• Forma de apresentação comercial (rack)• Referência comercializada em rack: 100 unidades/rack (caixa com 10 racks, totalizando 1.000 unidades);	

	<ul style="list-style-type: none">• Identificação de lote na embalagem para rastreabilidade do produto.	
25	<p>Suporte giratório para micropipetadores 06 posições: 01 (um)</p> <p>Suporte giratório (carrossel) para micropipetadores, com capacidade para 06 unidades monocanal. Apoio e armazenamento de micropipetadores. Utilizado em laboratórios que fazem uso de micropipetadores em sua rotina de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none">• Fabricado em plástico resistente;• Possui 06 posições;• Comporta micropipetadores monocanais.• Comercializado individualmente	 A white plastic rotating stand for micropipettes. It has a central vertical post with a circular base and a circular top. Six horizontal arms extend from the top, each ending in a small circular platform to hold a micropipette tip.
26	<p>Rack de Alumínio para Tubos de ensaio:Rack de Alumínio,</p> <p>Adequado para laboratórios</p> <p>Rack 24 Tubos 4 x 15 ml - 12 x 5 ml - 8 x 0,8 ml</p>	 A blue aluminum test tube rack. It is a rectangular block with a grid of circular holes for holding test tubes. The holes are arranged in three rows and eight columns.


27 e
28

Grupo Gerador 29 kVA- 380 / 220 Vca em 60Hz (Motor, Gerador, Quadro de Comando, Com Disjuntor de Proteção) em Contêiner Super Silenciado Leve 75 dB(A) @ 1,5m com Chave de Transferência 50A: um grupo gerador diesel, **montado em contêiner**, com potência de **32 / 29 kVA- 26 / 23 kWe (Emergência / Principal)**, trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de **380 / 220 Vca em 60 Hz**, para funcionamento singelo e automático, **Composto de:**

MOTOR BAUDOUIN, 4 cilindros, 4 tempos e refrigerado a água por radiador, aspiração natural, alternador para carga de bateria e motor de partida em 12 Vcc, regulagem eletrônica de velocidade.

- ♦ **GERADOR WEG**, sem escovas (Brushless), classe de isolamento H, com impregnação a vácuo, ligação estrela com neutro acessível, dotado com excitatriz rotativa e regulador eletrônico de tensão, grau de proteção IP23.
- ♦ **QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO**, dotado de microcontrolador, montado internamente ao contêiner e isolado da máquina. Operação automática e manual. Executa supervisão de sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal (rede), dotado de disjuntor de proteção.
- ♦ **CHAVE DE TRANSFERÊNCIA**



	<p>composta por contatores, tripolares, na capacidade de 50 A, montada junto ao comando.</p> <ul style="list-style-type: none">♦ CONTÊINER SUPER SILENCIADO LEVE (SSL) para um nível de ruído médio de 75 dB(A) @ 1,5m, tanque de combustível metálico com reservatório interno em polietileno, na capacidade de 42 litros, conforme norma ABNT NBR 16684, instalado na base tipo estanque, própria para contenção de líquidos. Composto por painéis laterais, teto e portas para acesso ao motor e quadro elétrico, fabricados em chapas e perfis de aço galvanizado com pintura eletrostática na cor branca.	
29	<p>Nobreak 3200VA Bivolt-para ambientes críticos que exigem energia estável e confiável para operação contínua de equipamentos sensíveis.</p> <ul style="list-style-type: none">• Potência de 3200VA / 1984W, ideal para múltiplos equipamentos simultâneos• Forma de onda senoidal pura, indicada para fontes PFC ativo• Tecnologia Line Interactive com regulação de tensão em tempo real• Gerenciamento via software Power View (USB e RS-232)• Compatível com Windows, Linux e MacOS• Design robusto, com excelente desempenho em aplicações profissionais Recursos adicionais:• DSP: processador digital de sinais para melhor desempenho• Recarga inteligente em 4 estágios com Strong Charger	

<ul style="list-style-type: none">• Função DC Start: liga o nobreak mesmo sem energia na rede• True RMS: precisão na medição e regulação elétrica• Autodiagnóstico de bateria e bargraph de LEDs informativos• Alarmes visuais e sonoros para eventos críticos <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Potência: 3200VA (1984W)• Tensão de entrada: 220V monovolt• Tensão de saída: 220V• Fator de potência: 0,62• Forma de onda: Senoidal pura• Conexões: 10 tomadas NBR 14136 (6x 10A + 4x 20A)• Dimensões: 38 x 22 x 55 cm (A x L x P)• Peso: 34,65 kg• Autonomia: até 2h30min com carga leve, expansível até 15h• Garantia: 18 meses	
--	--



NÚMERO: 03/2025 – 7ª GRR/UDT

DATA: 26/11/2025

1. ORIGEM/ÁREA REQUISITANTE: 7ª GRR/UDT

2. REFERÊNCIA: Processo nº 59570.001184/2025-70

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A elaboração deste Estudo, visa subsidiar a abertura de processo licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços – SRP, menor preço por item, visando o fornecimento, transporte, carga e descarga de Equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e, eventualmente, outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR.

A principal função de um laboratório de reprodução animal é otimizar a eficiência reprodutiva e genética de animais através de pesquisas e aplicações de biotecnologias, como inseminação artificial, produção e criopreservação de embriões. Nesse espaço também é realizado exames para diagnósticos reprodutivos, como espermogramas e ultrassonografias, além de oferecer serviços de melhoramento genético e conservação de material genético.

Dessa forma, a aquisição de equipamentos para melhorar a estrutura do laboratório de reprodução animal da Universidade Federal do Piauí proporcionará aos seus usuários um ambiente adequado para desenvolver suas pesquisas, contribuindo assim para o desenvolvimento da pecuária no estado do Piauí e, conseqüentemente, do país.

A partir da concepção e da visão do espaço a ser trabalhado como um território que apresenta suas vocações naturais e identidades culturais, a Companhia vem ampliando as suas ações apoiando organizações de produtores, por meio do Programa de Arranjos Produtivos Locais (APL), com a estruturação das cadeias produtivas da fruticultura, horticultura, apicultura, ovinocaprinocultura, bovinocultura, aquicultura, pesca, economia criativa entre outras, com foco na agricultura familiar.

A contratação do fornecimento dos itens objeto da presente licitação justifica-se em razão do interesse público em promover melhoria nas condições de trabalho dos pesquisadores da área da reprodução animal no estado do Piauí. A aquisição dos equipamentos para sua posterior doação é uma ação essencial, pois além de garantir um ambiente adequado aos pesquisadores, contribuirá de forma direta para o crescimento da pecuária no estado.

A partir da expansão da área de atuação a CODEVASF, mais parlamentares tem alocado recursos de emendas parlamentares para apoiar as ações de revitalização das bacias hidrográficas e de apoio a estruturação de atividades produtivas, voltadas ao desenvolvimento regional sustentável. Neste sentido, torna-se necessária a realização de licitações pela Sede e Superintendências Regionais para aquisição de diversos materiais e equipamentos para atender as necessidades e demandas das comunidades das antigas e novas áreas de atuação da CODEVASF, garantindo assim, a possibilidade de uso de tecnologias, com redução considerável de custos, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade de vida para as populações atendidas. No Piauí, além dos recursos da LOA e de Créditos Suplementares, a alocação de recursos para desenvolver ações por meio de emendas parlamentares se dá desde a implantação da 7ª SR em 2001, onde desde então toda a bancada tem destinado anualmente recursos para ações de desenvolvimento via CODEVASF.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A CODEVASF, a partir da Lei nº 14.053, de 08 de setembro de 2020, passou a atuar nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú,



Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu, Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe.

Dentre as áreas técnicas da empresa, a Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial da CODEVASF, por meio da Gerência de Desenvolvimento Territorial – AR/GDT, tem como competência definir diretrizes para a gestão de projetos e ações de revitalização das bacias, coordenação das ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, setor privado e sociedade civil organizada envolvidos na revitalização e na gestão territorial das bacias, assim como desenvolvimento de projetos e ações de apoio a arranjos e atividades produtivas, na sua área de atuação. Tais atribuições se estendem aos seus rebates nas Superintendências Regionais – SR's, através das respectivas Gerências de Revitalização - GRR's que desenvolvem suas ações mediante as demandas locais, priorizando sempre o apoio às atividades produtivas que apresentem potencialmente viabilidade técnica e econômica.

Neste sentido, o apoio às instituições parceiras é uma das estratégias da CODEVASF para estimular alternativas que viabilizem o desenvolvimento e o progresso em sua área de atuação. Esse apoio possibilita o desenvolvimento econômico, social e científico do país, além da valorização do capital humano e da governança local e pode ocorrer tanto no fortalecimento e estruturação das governanças bem como na forma de fortalecimento de estruturas da instituição parceira, por meio do fornecimento de implementos, materiais, insumos e construção de estruturas necessárias ao bom desenvolvimento de suas atividades. Além disso, com a aquisição de equipamentos e materiais para as instituições parceiras, garante-se assim, a possibilidade de uso de novas tecnologias, proporcionando sustentabilidade, aumento da produtividade e uma melhor qualidade nos serviços prestados para a sociedade.

O apoio a outras instituições públicas ocorre de forma continuada ao longo da área da atuação da CODEVASF, por se tratar de ações estratégicas, tendo em vista que a união de forças com outros entes que têm os mesmos objetivos é algo indispensável para atingir os objetivos almejados pela empresa. Neste sentido, a aquisição de equipamentos para promover a melhoria do Laboratório de reprodução animal da Universidade Federal do Piauí – UFPI, torna-se essencial para garantir um ambiente propício ao desenvolvimento das principais atividades desenvolvidas nesse espaço, como a inseminação artificial, a produção in vitro de embriões (FIV), a criopreservação de sêmen e embriões, e a transferência de embriões, tanto em ambientes de pesquisa quanto em propriedades rurais, contribuindo assim para o desenvolvimento científico do estado do Piauí e, conseqüentemente, do país.

Figura 01: Algumas das atividades produtivas apoiadas pela CODEVASF



O apoio as entidades parceiras ocorrem de forma continuada ao longo da área da atuação da CODEVASF, por se tratar de ações dinâmicas, tendo em vista que as atividades que visam o desenvolvimento regional são priorizadas. Neste sentido, a aquisição de equipamentos para melhorar a estrutura do Laboratório de reprodução animal da UFPI será fundamental para a promoção de um ambiente laboral mais íntegro, seguro e saudável para seus usuários, resultando assim em aumento da produtividade e uma melhor qualidade dos serviços prestados à sociedade piauiense.

5. DESCRIÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM FORNECIDAS:

Desde a instalação da 7ª Superintendência Regional, em 2001, mediante demandas a CODEVASF tem fomentado nos estados do Piauí e Ceará, sua área de atuação até 2020 (atualmente só Piauí - Lei nº 14.053/2020), o fortalecimento das atividades produtivas assistindo famílias e comunidades organizadas como pessoas jurídicas (associações de criadores e de produtores comunitários, cooperativas, colônias de pescadores, instituições de ensino tecnológico/agropecuário, entre outras) tendo como foco principal a promoção social, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento científico. Desse modo, como forma de apoiar essas instituições, estrategicamente, a CODEVASF tem promovido seu fortalecimento, conforme demonstrado no Anexo deste ETP que destaca as ações da 7ª SR realizadas no período de 2010 a 2024, em que foram investimentos da ordem de R\$ 64,2 milhões de reais, beneficiando diretamente 21.728 famílias, o que equivale a uma população estimada de aproximadamente 108.640 pessoas assistidas.

De acordo com o exposto e considerando algumas potencialidades do Estado, o quantitativo dos itens a serem licitados por meio desta licitação, que irão viabilizar a aquisição de Equipamentos para atender a demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e eventualmente outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR, encontram-se conforme equipamentos listados no Anexo II do TR do Processo eletrônico nº 59570.001184/2025-70.



Tabela 01: Quantitativo e descrição dos materiais e equipamentos

1. Equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e, eventualmente, outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR			
Item	Descrição	UNID	QUAN
1	Incubadora de CO ₂	unid	3
2	Incubadora de CO ₂	unid	1
3	Incubadora de Bancada CO ₂ e O ₂	unid	3
4	Incubadora de Bancada CO ₂ e O ₂	unid	1
5	Cabine de Fluxo Unidirecional (Laminar) Horizontal	unid	3
6	Cabine de Fluxo Unidirecional (Laminar) Horizontal	unid	1
7	Analizador eletrônico para medição de gases da incubadora	unid	3
8	Microscópio Estereoscópico Trinocular	unid	3
9	Microscópio Estereoscópico Trinocular	unid	3
10	Microscópio Biológico Binocular	unid	3
11	Microcentrifuga compacta de alta velocidade	unid	21
12	Microcentrifuga compacta de alta velocidade	unid	6
13	Cilindro de gases medicinal	unid	6
14	Mesa aquecedora	unid	6
15	Regulador de Pressão Gasosa especial	unid	6
16	Banho-maria digital	unid	3
17	Aquecedor de Tubos MISTO	unid	3
18	Micropipeta monocanal 0,5 a 10 µL	unid	3
19	Micropipeta monocanal 2 a 20 µL	unid	3
20	Micropipeta monocanal 20 a 200 µL	unid	3
21	Micropipeta monocanal 100 a 1000 µL	unid	3
22	Ponteira universal com filtro 0,1 a 10 µL	unid	30
23	Ponteira universal com filtro 1 a 200 µL	unid	30
24	Ponteira universal com filtro 100 a 1000 µL	unid	30
25	Suporte giratório para micropipetadores 06 posições	unid	3
26	Rack de Alumínio para Tubos de ensaio	unid	6
27	Grupo Gerador 29 kVA- 380 / 220 Vca em 60Hz (Motor, Gerador, Quadro de Comando, Com Disjuntor de Proteção) em Contêiner Super Silenciado Leve 75 dB(A) @ 1,5m com Chave de Transferência 50A	unid	3
28	Grupo Gerador 29 kVA- 380 / 220 Vca em 60Hz (Motor, Gerador, Quadro de Comando, Com Disjuntor de Proteção) em Contêiner Super Silenciado Leve 75 dB(A) @ 1,5m com Chave de Transferência 50A	unid	1
29	Nobreak 3200 VA Bivolt	unid	10

6. ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

Para a pesquisa de preços visando à obtenção dos valores máximos estimados para a licitação foram utilizados como referência os seguintes documentos:

- Regimento Interno da CODEVASF;



- Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME;
- Norma de Pesquisa e Definições dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços

(N-440), Resolução CODEVASF nº 611 de 04/06/2025.

Dessa forma, foram realizados levantamentos de preços junto a fornecedores do mercado e a partir de licitações (Pregões) já realizadas, com consultas no Pannel de Preços e atualização utilizando os índices oficiais correspondentes.

A pesquisa de preços incluiu consultas em sítios eletrônicos especializados e contato direto com fornecedores, por meio de solicitação formal de cotação (e-mail ou presencial), respeitando o prazo máximo de 6 (seis) meses entre a data do orçamento e a data prevista para divulgação do edital. Foram consideradas, nas cotações, as condições comerciais praticadas, prazos de fabricação, execução ou entrega, incluindo, sempre que possível, os custos de transporte/frete até o local de entrega e as quantidades estimadas a serem contratadas.

Para a análise de custos dos itens, os preços unitários foram estimados por método matemático, aplicando-se o modelo previsto na Norma 440 da CODEVASF, com base em séries de preços obtidas no mercado. Foram priorizadas as exclusões de valores inexequíveis, excessivamente elevados ou inconsistentes, assegurando, assim, a definição de preços de referência condizentes com a realidade de mercado e alinhados às melhores práticas de gestão pública (Tabela 02). A composição de preço unitário – CPU está em conformidade com a Nota Técnica do Processo nº 59570.001184/2025-70.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CATMAT	UNID	QUAN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Incubadora de CO₂ com jaqueta de água, destinada a aplicações laboratoriais de cultivo celular e produção in vitro de embriões, projetada para garantir controle preciso de temperatura, umidade e concentração de CO ₂ , mantendo ambiente livre de contaminação e com estabilidade térmica otimizada; Deve possuir sistema de filtragem HEPA, capaz de filtrar continuamente todo o volume interno da câmara a cada 60 segundos, atingindo ISO Classe 5 em até cinco minutos após a abertura da porta, assegurando ambiente limpo e minimizando contaminações; O equipamento deve dispor de porta dupla em vidro com lâmina transparente de aquecimento patenteada, que minimiza a condensação e permite recuperação rápida da temperatura interna. Deve conter display touchscreen para visualização e controle de todos os parâmetros operacionais, incluindo temperatura, nível de CO ₂ e umidade, permitindo operação intuitiva e segura; A incubadora deve ser equipada com jaqueta d'água com parede tripla, garantindo máxima proteção térmica e rápida recuperação após abertura de porta. Deve possuir volume interno mínimo de 184 litros, interior em aço inoxidável com cantos arredondados para facilitar a higienização, vedação da porta interna removível para limpeza e desinfecção, e orifício de acesso para amostragem da câmara com filtro; Deve possuir porta reversível, contato para alarme remoto, sensor de nível na câmara da jaqueta d'água e possibilidade de instalação de sensor adicional para medição de	430062	unid	3	70.143,67	210.431,01



	<p>umidade relativa. Deve ainda contar com sensor de temperatura duplo e sensor TC de alta tecnologia com compensação automática de umidade e tempo de recuperação de 8 minutos; O equipamento deve possuir interface USB para conexão a computador e software dedicado para registro, transferência e armazenamento de dados operacionais; Volume interno: 184 litros; Jaqueta d'água com parede tripla; Sistema de filtragem HEPA (renovação total do ar a cada 60 segundos); Nível de limpeza: ISO Classe 5 em até 5 minutos após abertura da porta; Faixa de temperatura: ambiente +5°C a 55 °C; Precisão de temperatura: ± 0,1 °C; Uniformidade de temperatura: ± 0,2 °C; Faixa de controle de CO₂: 0 a 20%; Precisão de CO₂: ± 0,1%; Umidade relativa: 95% a 37 °C; Sensor de temperatura duplo; Sensor TC com compensação automática de umidade; Interface USB e software para gerenciamento de dados; Porta reversível e contato para alarme remoto; 03 prateleiras de aço inox perfuradas, com opção para até 16 prateleiras; Dimensões internas (A × L × C): 68,1 × 54,1 × 50,8 cm; Dimensões externas (A × L × C): 100,3 × 66 × 63,7 cm; Dimensões embalado (P × L × A): 81 × 79 × 120 cm; Peso líquido/bruto: 120,2/140,5 kg; Alimentação elétrica: 230 V / 50–60 Hz; Equipamento registrado na ANVISA. Cota principal</p>					
2	<p>Incubadora de CO₂ com jaqueta de água, destinada a aplicações laboratoriais de cultivo celular e produção in vitro de embriões, projetada para garantir controle preciso de temperatura, umidade e concentração de CO₂, mantendo ambiente livre de contaminação e com estabilidade térmica otimizada; Deve possuir sistema de filtragem HEPA, capaz de filtrar continuamente todo o volume interno da câmara a cada 60 segundos, atingindo ISO Classe 5 em até cinco minutos após a abertura da porta, assegurando ambiente limpo e minimizando contaminações; O equipamento deve dispor de porta dupla em vidro com lâmina transparente de aquecimento patenteada, que minimiza a condensação e permite recuperação rápida da temperatura interna. Deve conter display touchscreen para visualização e controle de todos os parâmetros operacionais, incluindo temperatura, nível de CO₂ e umidade, permitindo operação intuitiva e segura; A incubadora deve ser equipada com jaqueta d'água com parede tripla, garantindo máxima proteção térmica e rápida recuperação após abertura de porta. Deve possuir volume interno mínimo de 184 litros, interior em aço inoxidável com cantos arredondados para facilitar a higienização, vedação da porta interna removível para limpeza e desinfecção, e orifício de acesso para amostragem da câmara com filtro; Deve possuir porta reversível, contato para alarme remoto, sensor de nível na câmara da jaqueta d'água e possibilidade de instalação de sensor adicional para medição de umidade relativa. Deve ainda contar com sensor de temperatura duplo e sensor TC de alta tecnologia com compensação automática de umidade e tempo de recuperação de 8 minutos; O equipamento deve possuir interface USB para conexão a computador e software dedicado para registro, transferência e armazenamento de dados operacionais; Volume interno: 184 litros; Jaqueta d'água com parede tripla; Sistema de filtragem HEPA (renovação total do ar a cada 60 segundos); Nível de limpeza: ISO Classe 5 em até 5 minutos após abertura da porta; Faixa de temperatura: ambiente +5°C a 55 °C; Precisão de temperatura: ± 0,1 °C; Uniformidade de temperatura: ± 0,2 °C;</p>	430062	unid	1	70.143,67	70.143,67



	<p>Faixa de controle de CO₂: 0 a 20%; Precisão de CO₂: ± 0,1%; Umidade relativa: 95% a 37 °C; Sensor de temperatura duplo; Sensor TC com compensação automática de umidade; Interface USB e software para gerenciamento de dados; Porta reversível e contato para alarme remoto; 03 prateleiras de aço inox perfuradas, com opção para até 16 prateleiras; Dimensões internas (A × L × C): 68,1 × 54,1 × 50,8 cm; Dimensões externas (A × L × C): 100,3 × 66 × 63,7 cm; Dimensões embalado (P × L × A): 81 × 79 × 120 cm; Peso líquido/bruto: 120,2/140,5 kg; Alimentação elétrica: 230 V / 50–60 Hz; Equipamento registrado na ANVISA. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 1</p>					
3	<p>Incubadora de Bancada CO₂ e O₂ . A incubadora de bancada deve ser destinada a aplicações laboratoriais de maturação de oócitos, fertilização <i>in vitro</i>, cultivo de embriões e células, garantindo controle preciso de temperatura, pressão e atmosfera gasosa. O equipamento deve possuir sistema eletrônico microprocessado, capaz de manter as grandezas físicas com alta estabilidade, mesmo após abertura e fechamento das tampas, permitindo rápida recuperação da atmosfera interna e mínima variação dos parâmetros críticos; O equipamento deve apresentar câmaras de cultivo em tamanho reduzido, com sistema eficiente de vedação, assegurando rápida recuperação e manutenção da atmosfera gasosa após abertura. Sua estrutura em alumínio anodizado e aço inoxidável deve propiciar design funcional, elegância, resistência e facilidade de limpeza, garantindo condições ideais de higiene interna e externa; A interface de operação deve incluir tela colorida de 4,3 polegadas (TFT-LCD) com resolução de 480 × 272 pixels, permitindo interação direta entre usuário e programação por meio de toques na tela. O equipamento deve possuir função USB “bootloader”, que possibilite atualização de software de forma prática, e permitir monitoramento remoto via aplicativo compatível com dispositivos móveis, assegurando controle contínuo do funcionamento mesmo fora do laboratório; O equipamento deve dispor de alarmas visuais exibidos no display, garantindo a segurança operacional. Deve possuir faixa de temperatura de trabalho de 34 a 45 °C, com precisão de ±0,5 °C, intervalo extra de pressão de 1 a 50 mmHg, e pressão de entrada do gás de 9 a 11 Psi (0,6 a 0,8 kgf/cm²). A potência máxima do equipamento deve ser 200 W, com alimentação DC de 12 V – 16,66 A e alimentação AC compatível com 100–240 V~, 3–1 A, 50/60 Hz; O equipamento deve garantir recuperação rápida da atmosfera interna, mesmo após abertura, assegurando condições estáveis para o cultivo celular. Deve possuir câmaras projetadas para manutenção uniforme da pressão e temperatura, minimizando riscos de contaminação e assegurando alto rendimento em protocolos de reprodução <i>in vitro</i>;</p> <p>Dimensões (CxLxA): 565x400x180mm; Peso bruto: 22 kg;</p> <p>Acessórios/componentes:</p> <p>1 Cabo de alimentação.</p> <p>1 Chicote pneumático com conectores valvulado de engate rápido.</p> <p>1 Fonte de alimentação elétrica.</p>	430062	unid	3	58.000,00	174.000,00



	<p>3 Pares (extras) de mangueiras do sistema de pré-aquecimento.</p> <p>3 Pares (extras) de “anéis” de vedação para rolhas .</p> <p>8 Racks de alumínio para microtubos de cultivo.</p> <p>3 Sistemas de pré-aquecimento de gás. <i>Cota principal</i></p>					
4	<p>Incubadora de Bancada CO₂ e O₂ - A incubadora de bancada deve ser destinada a aplicações laboratoriais de maturação de oócitos, fertilização in vitro, cultivo de embriões e células, garantindo controle preciso de temperatura, pressão e atmosfera gasosa. O equipamento deve possuir sistema eletrônico microprocessado, capaz de manter as grandezas físicas com alta estabilidade, mesmo após abertura e fechamento das tampas, permitindo rápida recuperação da atmosfera interna e mínima variação dos parâmetros críticos; O equipamento deve apresentar câmaras de cultivo em tamanho reduzido, com sistema eficiente de vedação, assegurando rápida recuperação e manutenção da atmosfera gasosa após abertura. Sua estrutura em alumínio anodizado e aço inoxidável deve propiciar design funcional, elegância, resistência e facilidade de limpeza, garantindo condições ideais de higiene interna e externa; A interface de operação deve incluir tela colorida de 4,3 polegadas (TFT-LCD) com resolução de 480 × 272 pixels, permitindo interação direta entre usuário e programação por meio de toques na tela. O equipamento deve possuir função USB “bootloader”, que possibilite atualização de software de forma prática, e permitir monitoramento remoto via aplicativo compatível com dispositivos móveis, assegurando controle contínuo do funcionamento mesmo fora do laboratório; O equipamento deve dispor de alarmas visuais exibidos no display, garantindo a segurança operacional. Deve possuir faixa de temperatura de trabalho de 34 a 45 °C, com precisão de ±0,5 °C, intervalo extra de pressão de 1 a 50 mmHg, e pressão de entrada do gás de 9 a 11 Psi (0,6 a 0,8 kgf/cm²). A potência máxima do equipamento deve ser 200 W, com alimentação DC de 12 V – 16,66 A e alimentação AC compatível com 100–240 V~, 3–1 A, 50/60 Hz; O equipamento deve garantir recuperação rápida da atmosfera interna, mesmo após abertura, assegurando condições estáveis para o cultivo celular. Deve possuir câmaras projetadas para manutenção uniforme da pressão e temperatura, minimizando riscos de contaminação e assegurando alto rendimento em protocolos de reprodução <i>in vitro</i>;</p> <p>Dimensões (CxLxA): 565x400x180mm; Peso bruto: 22 kg;</p> <p>Acessórios/componentes:</p> <p>1 Cabo de alimentação.</p> <p>1 Chicote pneumático com conectores valvulado de engate rápido.</p> <p>1 Fonte de alimentação elétrica.</p> <p>3 Pares (extras) de mangueiras do sistema de pré-aquecimento.</p> <p>3 Pares (extras) de “anéis” de vedação para rolhas .</p> <p>8 Racks de alumínio para microtubos de cultivo.</p> <p>3 Sistemas de pré-aquecimento de gás. <i>Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 3</i></p>	430062	unid	1	58.000,00	58.000,00
5	<p>Cabine de Fluxo Unidirecional (Laminar) Horizontal - O equipamento permite o trabalho com máxima segurança, possuindo área de trabalho classificada como ISO Classe 5,</p>	627737	unid	3	44.821,67	134.465,01



	<p>conforme NBR ISO 14644-1 (antiga Classe 100 de acordo com o Federal Standard 209E). O fluxo de ar é horizontal, com velocidade média de 0,45 m/s \pm 0,05, garantindo total proteção ao produto manipulado, inclusive contra contaminações. Atende integralmente aos requisitos e exigências da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); A estrutura é construída em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura à base de poliuretano, assegurando durabilidade e resistência. Possui paredes laterais em vidro temperado e motoventiladores de insuflamento equipados com proteção térmica, que garantem operação estável e segura; A iluminação interna é composta por lâmpadas fluorescentes posicionadas de forma a oferecer ampla visibilidade da área de trabalho. O equipamento conta com tela de proteção em alumínio para o filtro HEPA de insuflamento, assegurando a integridade do sistema de filtragem; O sistema de filtragem é composto por filtro HEPA classe ISO 45H, conforme NBR ISO 29463-1 (antigo H14), com eficiência de 99,995% para partículas maiores que 0,3 μm, e pré-filtro sintético plissado classe ISO Coarse 92%, conforme ABNT NBR ISO 16890-1:2018 (antiga Classe G4 da ABNT NBR 16.101:2012); A base de apoio é fabricada em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura em poliuretano, dotada de rodízios giratórios com freio para facilitar a movimentação. O painel elétrico contém botão de acionamento liga/desliga e potenciômetro para ajuste fino da velocidade do motoventilador; O equipamento apresenta nível de ruído inferior a 70 dBA e fusíveis de proteção para maior segurança elétrica. O plugue elétrico segue o padrão brasileiro de três pinos (10A / 220V).</p> <ul style="list-style-type: none"> Mesa de trabalho recortada, destacada do equipamento indicada para trabalhos com LUPA e MICROSCÓPIOS. <p>Peso aproximado:125 kg</p> <p>Dimensões externas (aproximadas): Altura com base: 1.940 mm Altura sem base: 1.110 mm Largura total: 1.270 mm Profundidade: 740 mm</p> <p>Dimensões da área de trabalho (aproximadas): Altura: 610 mm Largura: 1.250 mm Profundidade: 460 mm Altura da superfície de trabalho em relação ao piso: 870 mm</p> <p>Especificações elétricas: Tensão de alimentação: 220 V Número de fases: Monofásico Frequência: 60 Hz Potência total: 500 W</p> <p>O CONJUNTO E COMPOSTO POR: 01 Cabine fluxo Laminar (unidirecional) horizontal; 01 Kit de Lâmpada UV e Branca; 01 Bico de Gás; 01 Tomada Auxiliar 110/220 Volts; 01 Manual de Operação em português. <i>Cota principal</i></p>					
6	<p>Cabine de Fluxo Unidirecional (Laminar) Horizontal - O equipamento permite o trabalho com máxima segurança, possuindo área de trabalho classificada como ISO Classe 5,</p>	627737	unid	1	44.821,67	44.821,67



	<p>conforme NBR ISO 14644-1 (antiga Classe 100 de acordo com o Federal Standard 209E). O fluxo de ar é horizontal, com velocidade média de 0,45 m/s \pm 0,05, garantindo total proteção ao produto manipulado, inclusive contra contaminações. Atende integralmente aos requisitos e exigências da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); A estrutura é construída em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura à base de poliuretano, assegurando durabilidade e resistência. Possui paredes laterais em vidro temperado e motoventiladores de insuflamento equipados com proteção térmica, que garantem operação estável e segura; A iluminação interna é composta por lâmpadas fluorescentes posicionadas de forma a oferecer ampla visibilidade da área de trabalho. O equipamento conta com tela de proteção em alumínio para o filtro HEPA de insuflamento, assegurando a integridade do sistema de filtragem; O sistema de filtragem é composto por filtro HEPA classe ISO 45H, conforme NBR ISO 29463-1 (antigo H14), com eficiência de 99,995% para partículas maiores que 0,3 μm, e pré-filtro sintético plissado classe ISO Coarse 92%, conforme ABNT NBR ISO 16890-1:2018 (antiga Classe G4 da ABNT NBR 16.101:2012); A base de apoio é fabricada em aço carbono com tratamento anticorrosivo e pintura em poliuretano, dotada de rodízios giratórios com freio para facilitar a movimentação. O painel elétrico contém botão de acionamento liga/desliga e potenciômetro para ajuste fino da velocidade do motoventilador; O equipamento apresenta nível de ruído inferior a 70 dBA e fusíveis de proteção para maior segurança elétrica. O plugue elétrico segue o padrão brasileiro de três pinos (10A / 220V).</p> <ul style="list-style-type: none"> Mesa de trabalho recortada, destacada do equipamento indicada para trabalhos com LUPA e MICROSCÓPIOS. <p>Peso aproximado:125 kg</p> <p>Dimensões externas (aproximadas): Altura com base: 1.940 mm Altura sem base: 1.110 mm Largura total: 1.270 mm Profundidade: 740 mm</p> <p>Dimensões da área de trabalho (aproximadas): Altura: 610 mm Largura: 1.250 mm Profundidade: 460 mm Altura da superfície de trabalho em relação ao piso: 870 mm</p> <p>Especificações elétricas: Tensão de alimentação: 220 V Número de fases: Monofásico Frequência: 60 Hz Potência total: 500 W</p> <p>O CONJUNTO E COMPOSTO POR: 01 Cabine fluxo Laminar (unidirecional) horizontal; 01 Kit de Lâmpada UV e Branca; 01 Bico de Gás; 01 Tomada Auxiliar 110/220 Volts; 01 Manual de Operação em português. <i>Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 5</i></p>					
7	<p>Analizador eletrônico para medição de gases da incubadora - O equipamento é utilizado em laboratórios que</p>	629389	unid	3	21.704,99	65.114,97



	<p>operam com incubadoras de CO₂ e O₂, sendo indicado para atividades que exigem checagem e monitoramento precisos das concentrações gasosas. O analisador apresenta alta precisão nas leituras de CO₂ e permite medições adicionais de O₂ (0– 100%), umidade relativa (0–100%) e temperatura (0– 50 °C), conforme configuração dos sensores. O sistema realiza leituras simultâneas de CO₂, O₂, temperatura e umidade relativa, com tempo de resposta inferior a um minuto, assegurando agilidade e confiabilidade nas aferições. Possui grande capacidade de armazenamento de dados, com possibilidade de transferência e download de registros para acompanhamento e análise das medições realizadas; O equipamento dispõe de sondas de temperatura duplas, que permitem ajuste e estabilização das condições térmicas da incubadora, além de possibilitar a análise de variações de temperatura durante o processo de cultivo. É projetado para operação rápida, precisa e de fácil utilização, atendendo às exigências de controle ambiental em sistemas de produção in vitro de embriões e em outros procedimentos laboratoriais que demandam condições gasosas controladas. A finalidade de uso consiste em realizar a aferição periódica e a calibração das incubadoras de CO₂, garantindo a estabilidade e a precisão das condições gasosas e térmicas utilizadas nos processos de maturação oocitária, fertilização e cultivo embrionário. O uso do equipamento assegura a confiabilidade dos parâmetros de incubação e contribui para a qualidade dos resultados obtidos nas etapas da produção in vitro de embriões. O sistema é alimentado por bateria de íon-lítio (Li-Ion), com duração de até 12 horas (10 horas com bomba de amostragem), vida útil aproximada de 600 ciclos e tempo de recarga de cerca de 4 horas. O carregamento ocorre por meio de fonte de alimentação externa de 5 Vdc, com circuito interno de carga e possibilidade de alimentação alternativa também em 5 Vdc; A estrutura é confeccionada em ABS/polipropileno com inserções de borracha de silicone, proporcionando resistência mecânica e durabilidade. O teclado é composto por 17 teclas de borracha de silicone com revestimento em resina, garantindo ergonomia e precisão no acionamento; A interface deve contar com tela de cristal líquido (LCD) de 128 × 64 pixels, com retroiluminação LED RGB, que assegura boa visibilidade das informações em diferentes condições de iluminação. O sistema possui filtros de amostra de gás, tubo secador integrado para remoção de umidade e filtro coletor de água em PTFE substituível pelo usuário, garantindo pureza e segurança nas medições.</p> <p>Condições de operação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Temperatura de operação: 0 °C a 50 °C • Umidade relativa: 0 – 95% sem condensação (sonda de UR: 0 – 100% sem condensação) • Pressão barométrica: ± 500 mbar em relação à pressão de calibração <p>Características físicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Peso: aproximadamente 495 g • Dimensões: 165 mm (C) × 100 mm (L) × 55 mm (P) • Temperatura (opcional): x 2 usando sondas opcionais 0°C a +50°C 					
--	---	--	--	--	--	--



	<ul style="list-style-type: none"> • Precisão de temperatura, típica: $\pm 0,1^{\circ}\text{C}$ de 32 a 44°C, $\pm 0,2^{\circ}\text{C}$ no restante da faixa • Pressão barométrica: 800 - 1200 mbar • Medição de UR (opcional): Sonda de UR 0 -100% UR sem condensação • Precisão de UR: $\pm 1,5\%$ UR em toda a faixa • Alarme visual e sonoro Níveis de alarme de CO_2 e O_2 selecionáveis pelo usuário • Comunicações: Miniconector USB tipo B, classe de dispositivo HID <p>Armazenamento de dados 1000 conjuntos de leitura + 270 eventos. Exclusiva ME/EP</p>					
8	<p>Microscópio Estereoscópico - para o apoio às atividades de micromanipulação, seleção e avaliação morfológica de oócitos e embriões nos procedimentos de produção <i>in vitro</i> de embriões realizados no laboratório. O equipamento assegura visualização tridimensional com alta definição, condições de trabalho ergonômicas e controle preciso da ampliação, fatores indispensáveis para garantir eficiência, segurança e qualidade dos resultados nas etapas de manipulação celular e reprodutiva.</p> <p>Características técnicas: Microscópio estereoscópico zoom 7.5:1; magnificações com variação mínima de 6,7x e 50x;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incluso par de ocular de 10x com campo de 22 mm; • Iluminação LED diascópico integrado à estativa, composto de sistema óptico de zoom contínuo com variação mínima de magnificações entre 0,67x e 5,0x e escalonamento tipo click-stop com fatores intermediários; • Coluna com 29 cm de altura; • Base com dimensões mínimas de 21 cm x 30 cm; • Botões para foco (coaxial) macrométrico bilaterais, por pinhão e cremalheira; • Ajuste de tensão mecânica; • Botões de ajuste contínuo do fator de zoom bilaterais com escala graduada; Tubo trinocular/binocular com ajuste de distância interpupilar com variação mínima de 55 a 75 mm; Ângulo de visão com o plano horizontal de 45°; Distância de trabalho livre mínima de 115 mm; Iluminação diascópica (refletida) por LED tipo “branco luz do dia”, de aproximadamente 6.500°K, inclusa de espelho para indução de contraste sobre a amostra, com durabilidade aproximada de 25.000 horas; incluindo controlador; • Fonte de alimentação externa com entrada bivolt automática 100-240 V AC; • Possibilidade de upgrade futuro para acessórios para campo escuro, adaptação de sistema de foto documentação e aumento da magnificação para até 250x com a troca de lentes frontais e oculares; • Base altamente ergonômica com baixa espessura, facilitando trabalhos de longa duração (inclusas abas de sustentação de mãos do profissional, para apoio e maior precisão para trabalhos em embriologia). • Capa de proteção; Hermético; 	440794	unid	3	33.598,98	100.796,94



	<ul style="list-style-type: none"> Manual de instruções; <i>Cota principal</i> 					
9	<p>Microscópio Estereoscópico - para o apoio às atividades de micromanipulação, seleção e avaliação morfológica de oócitos e embriões nos procedimentos de produção <i>in vitro</i> de embriões realizados no laboratório. O equipamento assegura visualização tridimensional com alta definição, condições de trabalho ergonômicas e controle preciso da ampliação, fatores indispensáveis para garantir eficiência, segurança e qualidade dos resultados nas etapas de manipulação celular e reprodutiva.</p> <p>Características técnicas: Microscópio estereoscópico zoom 7.5:1; magnificações com variação mínima de 6,7x e 50x;</p> <ul style="list-style-type: none"> Incluso par de ocular de 10x com campo de 22 mm; Iluminação LED diascópico integrado à estativa, composto de sistema óptico de zoom contínuo com variação mínima de magnificações entre 0,67x e 5,0x e escalonamento tipo click-stop com fatores intermediários; Coluna com 29 cm de altura; Base com dimensões mínimas de 21 cm x 30 cm; Botões para foco (coaxial) macrométrico bilaterais, por pinhão e cremalheira; Ajuste de tensão mecânica; Botões de ajuste contínuo do fator de zoom bilaterais com escala graduada; Tubo trinocular/binocular com ajuste de distância interpupilar com variação mínima de 55 a 75 mm; Ângulo de visão com o plano horizontal de 45°; Distância de trabalho livre mínima de 115 mm; Iluminação diascópica (refletida) por LED tipo “branco luz do dia”, de aproximadamente 6.500 K, inclusa de espelho para indução de contraste sobre a amostra, com durabilidade aproximada de 25.000 horas; incluindo controlador; Fonte de alimentação externa com entrada bivolt automática 100-240 V AC; Possibilidade de upgrade futuro para acessórios para campo escuro, adaptação de sistema de foto documentação e aumento da magnificação para até 250x com a troca de lentes frontais e oculares; Base altamente ergonômica com baixa espessura, facilitando trabalhos de longa duração (inclusas abas de sustentação de mãos do profissional, para apoio e maior precisão para trabalhos em embriologia). Capa de proteção; Hermético; <p>Manual de instruções; <i>Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 8</i></p>	440794	unid	1	33.598,98	33.598,98
10	<p>Microscópio Biológico Binocular - Sistema óptico infinito;</p> <ul style="list-style-type: none"> Sistema de iluminação por LED de alta transmissão, cor branca, com a adição da lente “Fly eye” (Olho de Mosca) que fornece luz homogênea em todo campo de visão; Tubo binocular com inclinação de 30° e distância interpupilar ajustável de 50- 75mm; Lentes oculares 10X (com 20mm de campo de visão); Trava para evitar que o tubo se desprenda do corpo do microscópio; 	601089	unid	3	12.049,72	36.149,16



	<ul style="list-style-type: none"> • Trava para bloqueio da ocular que evita que as oculares sejam facilmente removidas; • Revólver porta-objetivas quádruplo voltado para dentro da estativa, facilitando as mudanças das objetivas e a acessibilidade da amostra; • Objetivas Plan Acromáticas 4X; 10X; 40X; 100X; 4X (0,1 / 25 mm) 10X (0,25 / 6,7 mm) 40X (0,65 / 0,6 mm) 100X Oil (1,25/0,14 mm) • Tratamento antifungo no sistema óptico; • Botões de foco grosso e fino coaxiais, localizados em ambos os lados do microscópio. Botão de ajuste de foco macrométrico com 37,7mm por rotação. Botão de ajuste de foco micrométrico com 0,2mm por rotação. •Macrométrico com anel de ajuste de torque; Botão de limite de altura da platina para predefinição de melhor foco durante altas magnificações que evitam que a platina seja acidentalmente elevada e quebre lâminas de vidro; • Platina mecânica retangular com suporte de amostra e escala de vernier, curso transversal: 76(X) x 30 (Y) mm; Condensador 0.1-1.25 fixo, com códigos de cores de localização correspondentes a cor de cada objetiva para facilitar o posicionamento da abertura do condensador e obter o melhor desempenho óptico; • Botão liga / desliga e controles de brilho de iluminação localizados na parte da frente do microscópio para fácil visibilidade e acesso; • Espaço de armazenamento de cabos na parte traseira; • Peso reduzido (aproximadamente 6kg) e vários pontos de transporte para facilitar o levantamento e movimentação em prateleiras e espaço de trabalho; • Método de observação: Campo Claro; • Guia rápido online intuitivo com acesso por QR code. Exclusiva ME/EPP 					
11	<p>Microcentrifuga compacta de alta velocidade: Um motor sem escovas e livre de manutenção fornece aceleração e desaceleração extremamente rápidas do rotor de 12 lugares. A velocidade e o tempo são definidos com os botões de controle no painel frontal da unidade. Um botão "Rápido" permite corridas momentâneas. Um fluxo contínuo de ar ambiente através da câmara do rotor mantém o rotor e as amostras frias; com um rotor de 12 lugares para tubos de 1,5/2,0 mL. Tubos menores são acomodados por adaptadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Volume máximo de 12 x 2 mL; • Detector de desequilíbrio com parada automática para operação segura; • Motor DC sem escova para desempenho livre de manutenção; • Bloqueio da tampa de segurança - a tampa abre automaticamente no fim da corrida; • Painel digital com indicador de velocidade e tempo; 	415012	unid	21	9.793,64	205.666,44



	<p>Configuração de RPM de 500-15000 RPM com precisão de velocidade de 100 RPM;</p> <ul style="list-style-type: none"> Mudança da funcionalidade de RPM para RCF com um toque; Adaptadores para tubos de 0,1 / 0,2 e 0,5 mL; Liberação de emergência da tampa durante falta de energia; Diagnóstico interno automático e exibição de erros; Operação silenciosa. Cota principal 					
12	<p>Microcentrifuga compacta de alta velocidade: Um motor sem escovas e livre de manutenção fornece aceleração e desaceleração extremamente rápidas do rotor de 12 lugares. A velocidade e o tempo são definidos com os botões de controle no painel frontal da unidade. Um botão "Rápido" permite corridas momentâneas. Um fluxo contínuo de ar ambiente através da câmara do rotor mantém o rotor e as amostras frias; com um rotor de 12 lugares para tubos de 1,5/2,0 mL. Tubos menores são acomodados por adaptadores</p> <ul style="list-style-type: none"> Volume máximo de 12 x 2 mL; Detector de desequilíbrio com parada automática para operação segura; Motor DC sem escova para desempenho livre de manutenção; Bloqueio da tampa de segurança - a tampa abre automaticamente no fim da corrida; Painel digital com indicador de velocidade e tempo; <p>Configuração de RPM de 500-15000 RPM com precisão de velocidade de 100 RPM;</p> <ul style="list-style-type: none"> Mudança da funcionalidade de RPM para RCF com um toque; Adaptadores para tubos de 0,1 / 0,2 e 0,5 mL; Liberação de emergência da tampa durante falta de energia; Diagnóstico interno automático e exibição de erros; Operação silenciosa. Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item II 	415012	unid	6	9.793,64	58.761,84
13	<p>Cilindro de gases medicinal: Para armazenamento da mistura gasosa que abastece a incubadora de cultivo <i>in vitro</i> de embrião.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: Capacidade hidráulica: 50L/10 metros cúbicos (m³); Pressão de serviço: 200 bar; Altura: 1500 mm; Diâmetro externo: 229mm; Rosca de entrada: 3/4-14NGT; Peso: 58kg. Exclusiva ME/EPP</p>	361505	unid	6	2.902,20	17.413,20
14	<p>Mesa aquecedora- utilizada em laboratórios para a manipulação de Oócitos e Embriões, fabricada em alumínio e PMMA, garante grande estabilidade da temperatura em toda sua superfície. Deve possuir controlador incorporado ao equipamento, reduzindo o volume de cabos e conexões, além de ocupar um menor espaço em sua bancada de trabalho, aumentando o conforto visual e facilitando o trabalhos no campo ou em laboratório. Conta com display gráfico OLED.</p>	440324	unid	6	2.159,04	12.954,24



	<p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS Acabamento: Alumínio anodizado e PMMA Display: OLED Faixa de ajuste: 34°C à 39°C Precisão de ajuste: 0,1°C Dimensões: 330 mm x 220 mm x 11 mm Peso: 1,9 Kg Oscilação máxima de temperatura: + - 0,2°C Tensão de entrada: 12V 5ª Fonte de Alimentação: Inclusa (Entrada: 90-240Vac 50/60Hz - Saída: 12V 5A) Conexão de Alimentação: P4 5x2.1mm Consumo máximo de energia: 55W Condições ambientais de operação: 0°C a +34°C / Umidade 10% a 75% / 0,7 a 1,2 atm. Exclusiva ME/EPP</p>					
15	<p>Regulador de Pressão Gasosa especial: latão forjado simples-Reguladores de pressão simples estágio; Corpo totalmente forjado em latão; Válvula de segurança externa; Destinados ao uso em sistemas de alta pressão</p> <p>Especificações * Faixa de Temperatura: -40 a 60 % * Manômetros: 2" * Escalas: psi e bar * Estanqueidade: 1 x 108 atm cm² He * Coeficiente de Vazão: 0,16 *</p> <p>Materiais * Corpo e Capa: Latão forjado e cromado *Diafragma: Aço inoxidável 316L *Sede: PTFE® * Selos: PTFE® * Filtro: Bronze sinterizado - 40 microns * Assento Encapsulado: Bronze. Exclusiva ME/EPP</p>	631559	unid	6	1.476,89	8.861,34
16	<p>Banho-maria digital - uma banheira de tamanho individual, construída em aço inoxidável resistente à corrosão. A câmara sem emendas tem capacidade mínima de 7,51 litros de água. A temperatura pode ser ajustada entre +10 °C e 100 °C, sendo facilmente monitorada no visor digital. Calibração: Calibração em 2 pontos Controlador: ecrã gráfico a cores intuitivo de 3,5" com ecrã táctil Controlador: visualização digital da temperatura definida e real e do tempo (restante) do programa Controle de temperatura: sistema de segurança em dois estágios para evitar sobretemperatura Controle de temperatura: alarme de sobretemperatura regulável individualmente, visual e acústico Controle de temperatura: Limitador de temperatura independente para desligar o aquecimento em caso de falha Sistema de autodiagnóstico: controlador de temperatura PID com microprocessador e sistema integrado de autodiagnóstico com indicador de falhas</p>	239687	unid	3	2.698,12	8.094,36



	<p>Sistema de drenagem: sistema inovador de drenagem fácil de esvaziar</p> <p>Temporizador: temporizador digital de 1 min. até 99 horas 59 min., visual e acústico</p> <p>Interior: Bandeja em aço inoxidável, sem cantos e bordas para facilitar a limpeza, incl. dreno central (sem instalações perturbadoras).</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:</p> <p>Temperatura: *MÁX: 100 °C *MÍN: 10 °C *Volume: no mínimo 7,5 1L *Largura: 217 mm *Altura: 150 mm *Comprimento: 277 mm. <i>Exclusiva ME/EPP</i></p>					
17	<p>Aquecedor de Tubos MISTO - Segurança térmica para os procedimentos que necessitam de aquecimento do material biológico e de soluções laboratoriais. O equipamento deve possuir um sensor eletrônico que mantém a temperatura durante o trabalho, com tolerância de $\pm 0,2^{\circ}\text{C}$ de variação térmica. Capacidade: 4 Tubos de 50 ml, 4 Tubos de 15 ml, 6 Tubos de 5 ml. <i>Exclusiva ME/EPP</i></p>	605833	unid	3	2.208,67	6.626,01
18	<p>Micropipeta monocanal 0,5 a 10 μL - convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 0,5 a 10 μL ; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>A. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>B. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>C. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>D. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>E. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>F. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>G. Ejetor de ponteira.</p>	409082	unid	3	449,96	1.349,88



	<p>H. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica. Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) • Aço inoxidável. <i>Exclusiva ME/EPP</i></p>					
19	<p>Micropipeta monocanal 2 a 20 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 2 a 20 µL ; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>I. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>J. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>K. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>L. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>M. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>N. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>O. Ejetor de ponteira.</p> <p>P. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica. Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável Partes do cone de pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) •</p> <p>P. Aço inoxidável. <i>Exclusiva ME/EPP</i></p>	409083	unid	3	370,76	1.112,28
20	<p>Micropipeta monocanal 20 a 200 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p>	409084	unid	3	349,69	1.049,07



	<p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 20 a 200 µL; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>Q. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>R. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>S. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>T. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável. <i>Exclusiva ME/EPP</i></p>					
21	<p>Micropipeta monocal 100 a 1000 µL - micropipeta convenientemente embalada, com todos seus acessórios (manual, chave de calibração, anéis coloridos, tubo de pasta para o pistão e etiquetas identificadoras).</p> <p>O kit inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Micropipeta 100 a 1000 µL; • Manual de Instruções • 1 Certificado de Controlo de Qualidade • 1 Chave de calibração • 1 Suporte do micropipetador • 1 Lubrificante (micropipetador de canal único) • 1 Conjunto de 3 botões de pipetagem coloridos (amarelo, azul, vermelho) <p>Características técnicas:</p> <p>Y. Botão de pipetagem: Usado para dispensar o líquido em manuseio.</p> <p>Z. Botão de ajuste de volume: Usado para definir e bloquear o volume predefinido.</p> <p>AA. Tampa: Protege o local de calibração.</p> <p>BB. Botão ejetor: Usado para dispensar a ponteira descartável.</p> <p>CC. Trava de calibração: Muda o micropipetador do modo de operação para o modo de calibração (CAL).</p> <p>DD. Contador de volume: Contador de volume de quatro dígitos que indica o volume predefinido. G. Faixa de volume: A faixa de volume é impressa com a abrangência do volume a ser aspirado de acordo com a capacidade do micropipetador.</p> <p>EE. Ejetor de ponteira.</p> <p>FF. Cone de pipetagem: Feito de plástico de alta qualidade, garantindo alta resistência química e mecânica.</p> <p>Partes do corpo: • Polipropileno (PP) • Policarbonato (PC) • Poliacetal (POM) • Aço inoxidável Partes do cone de</p>	410273	unid	3	347,08	1.041,24



	<p>pipetagem e conjunto do pistão: Módulo • Polipropileno (PP) • Fluoreto de polivinilideno (PVDF) • Sulfeto de polifenileno (PPS) • Poliamida (PA) • Elastômero de fluopolímeros (PTFE) •</p> <p>FF. Aço inoxidável. <i>Exclusiva ME/EPP</i></p>					
22	<p>Ponteira universal com filtro 0,1 a 10 µL: 01 rack de ponteiros 10 µl com 96 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções. Utilizada em procedimentos que requeiram aspirar e transferir um volume preciso de solução de um local a outro. Ponteira universal, com filtro, de cor neutra, estéril, com capacidade de 0,1 a 10µL. Comercializada em rack.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Universal; • Com filtro; • Cor neutra; • Produzida em Polipropileno; • Apirogênica; • Livre de Rnase/Dnase; • Variação disponível: Capacidade (volume capaz de aspirar) <ul style="list-style-type: none"> • Comercializadas em racks com 96 unidades; • Caixa com 10 racks; <i>Exclusiva ME/EPP</i> 	621867	unid	30	148,56	4.456,80
23	<p>Ponteira universal com filtro 1 a 200 µL: 01 rack de ponteiros 1µL - 200ul com 96 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções em procedimentos que requeiram maior proteção contra contaminação. Utilizada em aplicações como PCR, sequenciamento de DNA e outras técnicas que envolvem o uso de materiais em vapores, radioativos, perigosos ou corrosivos.</p> <p>Universal;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cor neutra; • com filtro; • Produzida em Polipropileno; • Apirogênica; • Livre de Rnase/Dnase; • Variações disponíveis: • Esterilidade (estéril) <p>Forma de apresentação comercial (rack) Referência comercializada em rack: 96 unidades/rack (caixa com 10 racks, totalizando 960 unidades);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação de lote na embalagem para rastreabilidade do produto. <i>Exclusiva ME/EPP</i> 	455928	unid	30	354,97	10.649,10
24	<p>Ponteira universal com filtro 100 a 1000 µL: 01 rack de ponteiros 100 µL - 1000µL com 100 unidades; Aspiração e transferência de pequenos volumes de soluções em procedimentos que requeiram maior proteção contra contaminação. Utilizada em aplicações como PCR, sequenciamento de DNA e outras técnicas que envolvem o uso de materiais em vapores, radioativos, perigosos ou corrosivos.</p>	434424	unid	30	371,33	11.139,90



	<ul style="list-style-type: none"> • Universal; • Cor neutra; • Com filtro; • Produzida em Polipropileno; • Apirogênica; • Livre de Rnase/Dnase; • Variações disponíveis: • Esterilidade (estéril) • Forma de apresentação comercial (rack) • Referência comercializada em rack: 100 unidades/rack (caixa com 10 racks, totalizando 1.000 unidades); • Identificação de lote na embalagem para rastreabilidade do produto. Exclusiva ME/EPP 					
25	<p>Suporte giratório para micropipetadores 06 posições: 01 (um) Suporte giratório (carrossel) para micropipetadores, com capacidade para 06 unidades monocanal. Apoio e armazenamento de micropipetadores. Utilizado em laboratórios que fazem uso de micropipetadores em sua rotina de trabalho.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fabricado em plástico resistente; • Possui 06 posições; • Comporta micropipetadores monocanais. • Comercializado individualmente. Exclusiva ME/EPP 	428981	unid	3	291,89	875,67
26	<p>Rack de Alumínio para Tubos de ensaio: Rack de Alumínio, Adequado para laboratórios. Rack 24 tubos: 4 x 15 ml - 12 x 5 ml - 8 x 0,8 ml. Exclusiva ME/EPP</p>	479649	unid	6	523,60	3.141,60
27	<p>Grupo Gerador 29 kVA- 380 / 220 Vca em 60Hz (Motor, Gerador, Quadro de Comando, Com Disjuntor de Proteção) em Contêiner Super Silenciado Leve 75 dB(A) @ 1,5m com Chave de Transferência 50A: um grupo gerador diesel, montado em contêiner, com potência de 32 / 29 kVA- 26 / 23 kWe (Emergência / Principal), trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 380 / 220 Vca em 60 Hz, para funcionamento singelo e automático, Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ♦ MOTOR BAUDOUIN, 4 cilindros, 4 tempos e refrigerado a água por radiador, aspiração natural, alternador para carga de bateria e motor de partida em 12 Vcc, regulação eletrônica de velocidade. ♦ GERADOR WEG, sem escovas (Brushless), classe de isolamento H, com impregnação a vácuo, ligação estrela com neutro acessível, dotado com excitatriz rotativa e regulador eletrônico de tensão, grau de proteção IP23. ♦ QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, dotado de microcontrolador, montado internamente ao contêiner e isolado da máquina. Operação automática e manual. Executa supervisão de sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal (rede), dotado de disjuntor de proteção. ♦ CHAVE DE TRANSFERÊNCIA composta por contadores, tripolares, na capacidade de 50 A, montada junto ao comando. 	359730	unid	3	48.077,85	144.233,55



	<p>CONTÊINER SUPER SILENCIADO LEVE (SSL) para um nível de ruído médio de 75 dB(A) @ 1,5m, tanque de combustível metálico com reservatório interno em polietileno, na capacidade de 42 litros, conforme norma ABNT NBR 16684, instalado na base tipo estanque, própria para contenção de líquidos. Composto por painéis laterais, teto e portas para acesso ao motor e quadro elétrico, fabricados em chapas e perfis de aço galvanizado com pintura eletrostática na cor branca. <i>Cota principal</i></p>					
28	<p>Grupo Gerador 29 kVA- 380 / 220 Vca em 60Hz (Motor, Gerador, Quadro de Comando, Com Disjuntor de Proteção) em Contêiner Super Silenciado Leve 75 dB(A) @ 1,5m com Chave de Transferência 50A: um grupo gerador diesel, montado em contêiner, com potência de 32 / 29 kVA- 26 / 23 kWe (Emergência / Principal), trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 380 / 220 Vca em 60 Hz, para funcionamento singelo e automático, Composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ♦ MOTOR BAUDOUIN, 4 cilindros, 4 tempos e refrigerado a água por radiador, aspiração natural, alternador para carga de bateria e motor de partida em 12 Vcc, regulação eletrônica de velocidade. ♦ GERADOR WEG, sem escovas (Brushless), classe de isolamento H, com impregnação a vácuo, ligação estrela com neutro acessível, dotado com excitatriz rotativa e regulador eletrônico de tensão, grau de proteção IP23. ♦ QUADRO DE COMANDO AUTOMÁTICO, dotado de microcontrolador, montado internamente ao contêiner e isolado da máquina. Operação automática e manual. Executa supervisão de sistema de corrente alternada, comandando a partida e parada do grupo gerador em caso de falha da fonte principal (rede), dotado de disjuntor de proteção. ♦ CHAVE DE TRANSFERÊNCIA composta por contatores, tripolares, na capacidade de 50 A, montada junto ao comando. <p>CONTÊINER SUPER SILENCIADO LEVE (SSL) para um nível de ruído médio de 75 dB(A) @ 1,5m, tanque de combustível metálico com reservatório interno em polietileno, na capacidade de 42 litros, conforme norma ABNT NBR 16684, instalado na base tipo estanque, própria para contenção de líquidos. Composto por painéis laterais, teto e portas para acesso ao motor e quadro elétrico, fabricados em chapas e perfis de aço galvanizado com pintura eletrostática na cor branca. <i>Cota reservada para ME/EPP em 25% referente ao item 27</i></p>	359730	unid	1	48.077,85	48.077,85
29	<p>Nobreak 3200 VA Bivolt - para ambientes críticos que exigem energia estável e confiável para operação contínua de equipamentos sensíveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Potência de 3200VA / 1984W, ideal para múltiplos equipamentos simultâneos • Forma de onda senoidal pura, indicada para fontes PFC ativo • Tecnologia Line Interactive com regulação de tensão em tempo real • Gerenciamento via software Power View (USB e RS-232) • Compatível com Windows, Linux e MacOS 	389397	unid	10	4.946,40	49.464,00



<ul style="list-style-type: none"> • Design robusto, com excelente desempenho em aplicações profissionais Recursos adicionais: • DSP: processador digital de sinais para melhor desempenho • Recarga inteligente em 4 estágios com Strong Charger • Função DC Start: liga o nobreak mesmo sem energia na rede • True RMS: precisão na medição e regulação elétrica • Autodiagnóstico de bateria e bargraph de LEDs informativos • Alarmes visuais e sonoros para eventos críticos • Especificações técnicas: • Potência: 3200VA (1984W) • Tensão de entrada: 220V monovolt • Tensão de saída: 220V • Fator de potência: 0,62 • Forma de onda: Senoidal pura • Conexões: 10 tomadas NBR 14136 (6x 10A + 4x 20A) • Dimensões: 38 x 22 x 55 cm (A x L x P) • Peso: 34,65 kg • Autonomia: até 2h30min com carga leve, expansível até 15h • Garantia: 12 meses. <i>Exclusiva ME/EPP</i> 					
TOTAL GLOBAL (R\$)					1.522.489,78

Conforme a planilha com levantamento de custos no Pannel de Preços e pesquisa de mercado, o valor total estimado para a contratação é R\$ 1.522.489,78 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos), a preços de novembro/2025, conforme Nota Técnica (Peça 04).

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Os bens objeto desta contratação se classificam como bens comuns para fins de Pregão Eletrônico, não havendo nenhuma complexidade que descaracterize os mesmos quanto a isso.

Além disso, justifica-se o uso da modalidade SRP, considerando a imprevisibilidade do quantitativo a ser adquirido, no momento da emissão das ordens de fornecimento ou viabilização de recursos orçamentários, tendo em vistas as diversas potencialidades, demandas e articulações para as referidas aquisições, conforme art. 3º do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, que determina que o SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - Quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou;



IV - Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Quando do fornecimento dos materiais e equipamentos, a mesma deverá garantir a assistência técnica no estado de entrega dos equipamentos (no que couber), bem como, fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos por um período mínimo de 12 meses, ou superior conforme o fabricante. O(A) fornecedor(a) deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 13.303/2016, a Lei 14.133/2021, o Decreto 11.462/2023 e da Política de Integridade da CODEVASF, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meio dos canais de denúncias disponíveis.

Considerando o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, fica prevista a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, inclusive com renovação dos quantitativos, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados e mantidas as condições pactuadas.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Por se tratar da constituição de Ata de Registro de Preços – ARP, já está previsto o fornecimento parcelado do quantitativo total licitado, com a emissão de Ordens de Fornecimento para fornecimento do quantitativo necessário de itens, conforme a disponibilidade de recursos orçamentários, já que se trata de Sistema de Registro de Preços – SRP.

9. JUSTIFICATIVA PARA A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

É permitida a prorrogação da Ata de registro de preços e renovação do quantitativo originalmente registrado. Caso apresente preço vantajoso, promove celeridade na aquisição do equipamento/material, bem como economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo.

10. AQUISIÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Esta não é uma contratação correlata ou interdependente. A aquisição e o fornecimento dos itens pode ser realizado separadamente, de forma a atender cada um dos projetos e/ou municípios beneficiados, no entanto, desde que haja concordância do fornecedor, pode ser utilizada para adesão à ARP (Ata de Registro de Preços) por outras unidades da CODEVASF, tendo em vista que o objeto é voltado ao fortalecimento de atividades produtivas para atendimento de municípios da área de atuação da empresa, no estado do Piauí e que nos demais estados que a empresa atua, as ações realizadas são semelhantes.

Prevê-se a admissão de adesão dos órgãos não participantes deste planejamento, sobretudo, outras Superintendências Regionais da CODEVASF, que desenvolvem ações semelhantes em outros estados, justificando-se a economicidade nas adesões às ARPs, tendo em vista que os preços unitários podem ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além do que, são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.



11. ALINHAMENTO ENTRE O FORNECIMENTO E O PLANEJAMENTO:

Como a CODEVASF/7ª SR tem feito desde que iniciou suas atividades no Piauí e Ceará em 2001, com a perspectiva de anualmente dispor de recursos orçamentários de diversas fontes (Emendas Parlamentares, LOA, TEDs, Programas de Governo), no intuito de atender às demandas dos de seus parceiros, são utilizados os planejamentos contidos no Plano Anual de Trabalho da CODEVASF, por meio do qual a empresa prevê a Aquisição Equipamentos e Materiais para estruturação de parceiros institucionais em sua área de atuação, bem como no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2022-2026 da CODEVASF cuja a Missão é: "Promover o Desenvolvimento Regional de forma integrada e sustentável nas Bacias Hidrográficas, contribuindo para a redução das desigualdades". Sua Visão é: "Ser referência na execução de políticas públicas para o Desenvolvimento Regional".

12. RESULTADOS PRETENDIDOS:

Espera-se com os fornecimentos, promover a melhoria dos sistemas produtivos, bem como, a melhoria na qualidade de vida de famílias no Piauí, em especial no atendimento das demandas da área de atuação da CODEVASF/7ª SR, proporcionando o desenvolvimento sustentável da região. Espera-se beneficiar diretamente no mínimo 50 famílias com o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual. Portanto, de acordo com os quantitativos e valores propostos, sem considerarmos os descontos que ocorrerem naturalmente decorrentes das disputas de preços no certame, teremos:

Previsão de apoio por família = R\$ 440.310,13 /50 famílias = R\$ 8.806,20

Ou seja, as ações preveem um investimento médio de R\$ 8.806,20 (oito mil, oitocentos e seis reais e vinte centavos) por família, possibilitando que estas venham a melhorar a sua capacidade produtiva, consequentemente aumentando a sua renda.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Diante do exposto, a realização da licitação e posteriores contratações apresentam-se viáveis, tendo em vista as razões de interesse público em prol das melhorias na capacidade produtiva e por sua vez na melhoria da qualidade de vida das famílias e de suas regiões, pois, se faz necessária a contratação dos fornecimentos/serviços objeto da presente licitação para atender às diversas demandas que por ventura sejam geradas junto à CODEVASF/7ª SR, desde que durante a vigência desta licitação haja disponibilidade orçamentária para o atendimento dessas demandas, e assim possam ser efetivadas ações de apoio aos diversos arranjos produtivos no Piauí (conforme a Lei nº 14.053/2020), como está sendo proposto, a exemplo das já realizadas no período de 2010 a 2024 no Piauí e Ceará, com investimentos da ordem de R\$ 64,2 milhões de reais, conforme demonstrado através do Anexo deste ETP.

A CODEVASF tem entre suas atribuições dar as diretrizes para os projetos e ações de revitalização, bem como cuidar de sua gestão. Cabe à Área de Revitalização das Bacias Hidrográficas da empresa coordenar as ações de articulação e integração com os demais órgãos públicos, privados e sociedade civil organizada, envolvidos com a revitalização e com a gestão territorial das bacias hidrográficas; desenvolver projetos e ações de apoio aos arranjos e atividades produtivas; e ainda fazer a gestão dos resultados gerados pela revitalização das bacias. Para tanto, via de regra a execução das ações fica a cargo das Superintendências Regionais, neste caso a 7ª SR agora com atuação no estado do Piauí, conforme a nova distribuição territorial da Empresa (Lei nº 14.053/2020).

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

Para a aquisição pretendida, o processo deverá ter a anuência do Superintendente Regional, do setor de licitações, do setor jurídico, e ser aprovado pelo Comitê de Gestão Executiva da 7ª, para viabilizar a publicação do certame licitatório pretendido pela 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.



15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº 1 de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

O licitante vencedor deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas e todas as legislações vigentes que concernem as esferas do governo federal, estadual e municipal.

Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a CODEVASF poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta do licitante vencedor. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

16. CLASSIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE SIGILO

Não é necessário sigilo.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Considerando o compromisso da CODEVASF com seus parceiros em sua área de atuação, entende-se necessária a realização da presente Licitação, visando o fornecimento, por Sistema de Registro de Preços – SRP, transporte, carga e descarga de Equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e eventualmente outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES: Cleyton dos Santos Fernandes
ADR - 7ª GRR/UDT

DE ACORDO:

José Ocelo Rocha Campos Junior
7ª Gerência Regional de Revitalização - Gerente



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

Marcelo Vaz da Costa e Castro
Superintendente - 7ª Superintendência Regional

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental
7ª Superintendência Regional (Piauí)

ANEXO V

LOGOMARCA DA CODEVASF

A impressão da logomarca da CODEVASF nos equipamentos que serão objetos de doação deverá seguir o modelo a seguir:



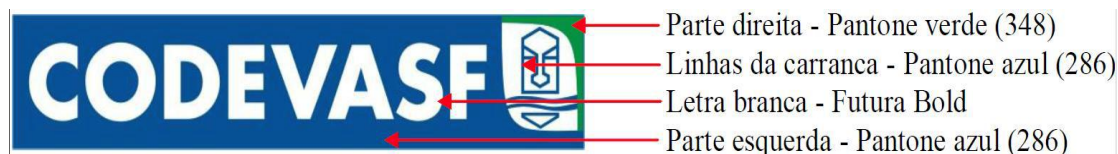
A impressão deverá ser realizada e respeitar as seguintes medidas: 33 cm (largura) x 10 cm (altura), ou com dimensão proporcional ao tamanho do bem a ser identificado. Caso os equipamentos possuam fundos de cores instáveis ou que dificultem a leitura, será exigido o uso de moldura na cor branca.

A logomarca da CODEVASF será composta por cores que representam as atividades desenvolvidas pela Empresa, quais sejam: **azul** que representa as águas dos rios São Francisco e do Parnaíba, e **verde** que identifica as plantações irrigadas com a proteção da carranca, que é um símbolo tradicional e forte da região.

Na confecção da logomarca serão utilizadas combinações das cores Pantone verde (348) e azul (286).

A fonte utilizada na palavra CODEVASF será Futura Bold.

A logomarca na versão verde/azul será elaborada nos percentuais:





Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Versão 3.0

MATRIZ DE RISCOS

PROCESSO:	59570.0001184/2025-70
OBJETO DA CONTRATAÇÃO:	Fornecimento, por Sistema de Registro de Preços - SRP, transporte, carga e descarga de equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e eventualmente outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR.
OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO:	Aquisição de equipamentos para laboratórios para apoio às entidades parceiras no estado do Piauí.
LOCAL DE EXECUÇÃO:	Piauí
ÁREA/UNIDADE SUPRIDORA:	7ª GRR/UDT
ÁREA/UNIDADE DEMANDANTE:	7ª SR

Cód*	Etapa de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasinando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC001	Diagnóstico e formalização da demanda - Planejamento	Deficiência na elaboração do Estudo Técnico Preliminar	Poderá ocorrer ineficiência na execução de ações e projetos	1. Não entrega de bens e serviços à sociedade em função da não assinatura do contrato ou impossibilidade de execução contratual. 2. Impacto no atingimento dos objetivos em caso de materialização e o não atendimento da população	Contratante	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Realizar ajustes necessários no ETP pela Equipe Técnica conforme diagnóstico de necessidades na elaboração a cada processo licitatório realizado. ATENUANTE: Realizar correções apontadas pelos demais setores responsáveis pelo processo licitatório. "
RC002	Fase preliminar da contratação - Planejamento	Atraso na elaboração do edital e/ou parecer jurídico	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Não entrega de bens e serviços à sociedade em função da não assinatura do contrato ou impossibilidade de execução contratual. 2. Impacto no atingimento dos objetivos em caso de materialização e o não atendimento da população	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Realizar ajustes e entrar em contato com a SL. ATENUANTE: Realizar ajustes necessários e publicação. "
RC003	Fase preliminar da contratação - Planejamento	Estimativa insuficiente das fases do cronograma físico-financeiro	Poderá ocorrer inconsistência na análise de dados e informações	1. Dificuldade de atendimento ao cronograma físico-financeiro inicial previsto	Contratante	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Realizar ajustes necessários. ATENUANTE: Ajustar temporariamente o cronograma do projeto para minimizar impactos."
RC004	Seleção de fornecedores e contratação	Empresa vencedora contratada alegar ser incapaz de executar o contrato.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Não entrega de bens e serviços à sociedade em função da não assinatura do contrato ou impossibilidade de execução contratual. 2. Não obtenção do objeto pretendido e descumprimento pela contratada das	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Incluir penalidades para desistências após a vitória no processo licitatório. ATENUANTE: Aplicar penalidades conforme previsto no edital."
RC005	Seleção de fornecedores e contratação	Empresa vencedora que apresentar proposta com impacto em seus lucros e com baixa capacidade de execução.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Não entrega de bens e serviços à sociedade em função da não assinatura do contrato ou impossibilidade de execução contratual	Compartilhado	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Incluir penalidades para desistências após a vitória no processo licitatório. ATENUANTE: Aplicar penalidades conforme previsto no contrato."
RC006	Gestão e fiscalização do contrato	Falta de recurso para a formalização da OF ou contrato e Termos Aditivos	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso no fornecimento do bem ou no início da execução dos serviços contratados e alteração de preços, devido prazo de validade dos valores da proposta vencidos.	Contratante	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Planejar e garantir alocação orçamentária adequada antes da formalização. ATENUANTE: Repriorizar projetos e alocar recursos conforme a disponibilidade financeira."
RC007	Gestão e fiscalização do contrato	Ocorrência de epidemia/pandemia, enchentes ou demais desastres naturais durante a execução contratual que ocasionem impactos ao andamento do(s) serviço(s) devidamente comprovados.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso na execução da obra; 2. Impossibilidade de execução	Compartilhado	1- Muito baixa	4- Grande	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: Desenvolver planos de contingência. ATENUANTE: Renegociar prazos de entrega com base na situação de força maior."

Cód*	Etapas de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasionando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC008	Gestão e fiscalização do contrato	Encerramento de fabricação de modelo ofertado pela licitante na ocasião do período de fornecimento.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Atraso na execução do contrato - Necessidade de celebração de aditivo de prazo. 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações	Compartilhado	1- Muito baixa	1- Insignificante	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Elaboração adequada da especificações dos itens licitados. ATENUANTE: Fornecedor(a) deverá apresentar produto ou nova marca com especificações iguais ou superiores para aprovação pela fiscalização sem aumento dos custos."
RC009	Gestão e fiscalização do contrato	Variação cambial do dólar acima do previsto em cláusula contratual. A partir da data da assinatura do contrato ou data de recebimento pela contratada da ordem de fornecimento em relação a data de apresentação da proposta.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações	Compartilhado	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: Estabelecer cláusulas de reajuste contratual baseadas em índices de variação cambial. ATENUANTE: Renegociar o preço com base na variação cambial observada."
RC010	Gestão e fiscalização do contrato	Variação da inflação (IPCA) - Aumento do IPCA médio do período entre a data do recebimento da ordem de fornecimento até a data de entrega em relação a variação do menor e o maior valores no período de 12 meses	Poderá ocorrer acréscimo dos custos operacionais	1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações	Compartilhado	4- Alta	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: Incluir cláusulas de reajuste contratual baseadas no IPCA. ATENUANTE: Renegociar os preços contratuais com base na inflação observada."
RC011	Gestão e fiscalização do contrato	Mudança na legislação tributária que altere os valores dos bens ou serviços previstos no contrato.	Poderá ocorrer acréscimo dos custos operacionais	1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações	Compartilhado	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Aceitar	PREVENTIVO: Desenvolver planos de contingência. ATENUANTE: Renegociar o preço com base na variação observada."
RC012	Gestão e fiscalização do contrato	Greve ou paralisações de órgãos reguladores. Ex: Receita Federal	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações	Compartilhado	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Aceitar	PREVENTIVO: Incluir cláusulas de revisão contratual em caso de alterações legislativas significativas. ATENUANTE: Renegociar os termos do contrato para reequilíbrio econômico-financeiro."
RC013	Gestão e fiscalização do contrato	Greve ou paralisações de fornecedores ou prestadores de serviço. Ex: Caminhoneiros, Fabricantes	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações	Compartilhado	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Aceitar	PREVENTIVO: Planejar o fornecimento com margem de segurança nos prazos. ATENUANTE: Ajustar os prazos de entrega conforme necessário."
RC014	Gestão e fiscalização do contrato	Entrega de material que não atende as especificações do equipamento licitado.	Poderá ocorrer ineficiência no atendimento de demandas	1. Atraso na doação dos equipamentos devido a necessidade de correção pelo contratado	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Baixo	Transferir	PREVENTIVO: Incluir cláusulas de penalidade por não conformidade e garantir mecanismos de correção. ATENUANTE: Aplicar penalidades conforme previsto no contrato."
RC015	Gestão e fiscalização do contrato	Elevação de custo de fabricação, taxas e tarifas e encargos aduaneiros, inclusive frete, acima das variações médias dos últimos anos.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações	Compartilhado	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Aceitar	PREVENTIVO: Incluir cláusulas de reajuste contratual baseadas no IPCA. ATENUANTE: Empresa deve renegociar valores ou arcar com a diferença."
RC016	Gestão e fiscalização do contrato	Paralisação da cidade (Lockdown), região ou país de origem de fabricação do equipamento ou máquina devido a pandemia, bem como no local de recebimento.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Dificuldade da aquisição de matéria-prima	Compartilhado	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Compartilhar	PREVENTIVO: Desenvolver planos de contingência. ATENUANTE: Renegociar prazos de entrega com base na situação de força maior."

Cód*	Etapas de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasionando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
RC017	Gestão e fiscalização do contrato	Necessidade de substituição de máquinas ou equipamentos em função de avanço tecnológico ou de revisão de normas técnicas	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações 4. Substituição de itens	Compartilhado	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Compartilhar	PREVENTIVO: Especificações de equipamentos com tecnologias já consolidadas pelo meio técnico. ATENUANTE: Renegociar prazos de entrega com base na situação de força maior."
RC018	Gestão e fiscalização do contrato	Atraso nos pagamentos por período superior a 30 dias.	Poderá ocorrer imprevisibilidade nos pagamentos	1. Inoperância das empresas 2. Desequilíbrio financeiro gerado pela gestão interna da contratada ou por atraso de pagamento das medições	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Implementar um sistema de gestão financeira eficiente para garantir o pagamento em dia. ATENUANTE: Aplicação de atualização financeira. "
RC019	Gestão e fiscalização do contrato	Falência da empresa ou falta de capacidade operacional da empresa contratada	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações	Contratada	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Exigir garantias contratuais ou seguros de execução. ATENUANTE: Acionar as garantias contratuais e financeiras."
RC020	Gestão e fiscalização do contrato	Dificuldade de entrega de itens em função de acidentes, eventos climáticos	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso na execução do contrato 2. Não entrega de bens ou serviços 3. Não implementação de ações	Compartilhado	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Compartilhar	PREVENTIVO: Desenvolver planos de contingência. ATENUANTE: Ajustar os prazos de entrega conforme necessário."
RC021	Gestão e fiscalização do contrato	Ausência de segurança e vigilância especializada em todos os galpões - Ocorrência de roubo ou furto de equipamentos no local de armazenagem durante a execução do	Poderá ocorrer depreciação/deterioração/roubo/furto de bens	1. Atraso no cronograma de execução	Contratante	3- Média	4- Grande	Risco Alto	Mitigar	PREVENTIVO: Realização de levantamentos periódicos dos equipamentos recebidos do SRP em questão. ATENUANTE: Apresentação de notícia criminis à autoridade competente."
RC022	Gestão e fiscalização do contrato	Dificuldade de aquisições de matéria-prima devido ao aumento dos custos ou atrasos nos fornecimentos de matéria-prima para fabricações.	Poderá ocorrer descontinuidade dos serviços prestados e/ou bens entregues	1. Atrasos no cronograma 2. Custos adicionais	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Transferir	PREVENTIVO: Desenvolver planos de contingência. ATENUANTE: Negociar prazos de entrega estendidos com base na disponibilidade de insumos."
RC023	Gestão e fiscalização do contrato	Falta de profissional para fazer a entrega técnica dos equipamentos.	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso no cronograma de execução	Contratada	3- Média	2- Pequeno	Risco Moderado	Transferir	PREVENTIVO: Desenvolver planos de contingência. ATENUANTE: Negociar prazos de entrega estendidos."
RC024	Gestão e fiscalização do contrato	Impossibilidade de disponibilização de local adequado para instalação de máquinas e equipamentos, após a entrega/instalação	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso no cronograma de execução	Contratante	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Realizar visita prévia ao local que provavelmente irá receber os equipamentos em ocasião da doação. ATENUANTE: Reavaliar e ajustar a um novo local."
RC025	Gestão e fiscalização do contrato	Ocorrência de prejuízos e danos a terceiros decorrentes da entrega dos itens ou instalação dos mesmos	Poderá ocorrer ineficiência na execução de ações e projetos	1. Atraso no cronograma de execução 2. Interposição de ações judiciais ou administrativas	Contratada	1- Muito baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Transferir	PREVENTIVO: Desenvolver planos de contingência. ATENUANTE: Negociar prazos de entrega estendidos."
RC026	Gestão e fiscalização do contrato	Eventos internacionais: políticos, guerras, férias coletivas de categorias	Poderá ocorrer imprevisibilidade na aquisição ou/e entrega de bens e serviços	1. Atraso no cronograma de execução	Compartilhado	1- Muito baixa	1- Insignificante	Risco Baixo	Compartilhar	PREVENTIVO: Desenvolver planos de contingência. ATENUANTE: Negociar prazos de entrega estendidos com base na disponibilidade de insumos."
RC027	Gestão e fiscalização do contrato	Roubo da carga ou extravio da mesma	Poderá ocorrer depreciação/deterioração/roubo/furto de bens	O transporte, carga e descarga são responsabilidade da CONTRATADA, desta maneira cabe a ela a substituição imediata do material, equipamento ou	Contratada	2- Baixa	2- Pequeno	Risco Baixo	Mitigar	PREVENTIVO: Contratar seguro para o transporte da carga. ATENUANTE: Acionar o seguro."

COORDENADOR DO PROJETO OBJETO DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE

Cód*	Etapa de Contratação	Fator de Risco/Causa (devido a...)	Evento de Risco/Incerteza (poderá ocorrer...)	Consequência (Ocasionando)	Responsável pelo Risco (Alocação)	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (Residual)	Resposta - Tipo de Tratamento	Plano de Tratamento
Nome:	ROMUALDO DA SILVA RAMOS				Lotação:	7ª GRR/UDT				
ANALISTAS RESPONSÁVEIS PELO MAPEAMENTO DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO - DEMANDANTE										
Nome:	RUJANA IRIS FERNANDES CRUZ				Lotação:	7ª GRR/UDT				
Nome:	KASSIO FELIPE BEZERRA OLIVEIRA				Lotação:	7ª GRR/UDT				
Nome:	MATHEUS SOUSA ARAUJO				Lotação:	7ª GRR/UDT				
Nome:	CLEYTON DOS SANTOS FERNANDES				Lotação:	7ª GRR/UDT				
LOCAL/DATA:		Teresina, 26/11/2025								

Obs: Em 16 de dezembro de 2024, foi aprovado o "Plano de Gerenciamento de Riscos em Contratações e Doações da Codevasf", que contempla o Modelo de Elaboração do Mapa e Matriz de Contratações, por meio da Deliberação nº 57 de dezembro de 2024 (processo nº 59500.003411/2024-44-e). O Plano atende à recomendação nº 4 do Relatório de Auditoria nº 902916-Controladoria-Geral da União - CGU (Processo nº 59500.002345/2022-23-e).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX/2026**PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 90006/2026****PROCESSO Nº 59570.001184/2025-70-e****ITEM _____**

Aos ___ dias de _____ do ano de ____, a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF**, empresa pública federal, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0001-26, autorizada sua criação pela Lei nº 6.088/1974, com alterações posteriores, entidade integrante da Administração Pública Indireta (art. 4º, II, “b”, do Decreto-Lei nº 200/1967), vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, nos termos do Decreto nº 12.504/2025, com Sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, CEP 70.830-019, Brasília, Distrito Federal, doravante denominada CODEVASF, neste ato representada pelo **Sr. JOSÉ OCELO ROCHA CAMPOS JUNIOR, Superintendente Regional Substituto da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, matrícula nº 78290-4, nomeado pela Decisão nº 261/2018**, e de acordo com a Lei nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/06, Decreto nº 8.538/15 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2026**, com o objeto detalhado nesta Ata, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União em _____, edição _____, seção _____, página _____ e, homologado pela Resolução nº _____, de _____, da Diretoria Executiva, pelo Sr. Diretor-Presidente da CODEVASF, constante do Processo nº **59570.001184/2025-70-e**, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: _____, **CNPJ:** _____, com sede na _____, CEP: _____, telefone nº _____, e-mail: _____, representada por seu representante legal, Sr(a) _____, CPF: *****.XXX.XXX-****, atendendo às condições previstas no Edital e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual fornecimento, transporte, carga e descarga de Equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e, eventualmente, outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo I do **Edital de Pregão nº 90006/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA/MODELO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
VALOR TOTAL DA ATA						

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF – 7ª/SR.**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que estejam enquadrados no art. 1º da Lei 13.303/2016 e que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas pela Codevasf.

4.1.1. É facultada aos órgãos ou entidade da Administração Direta Municipal, Distrital ou Estadual a adesão às Atas de Registro de Preços da Codevasf, devendo apresentar parecer favorável de sua Assessoria Jurídica.

4.1.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.1.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.1.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

- 4.1.6. As adesões à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 4.1.7. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 4.1.8. A adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação deverá observar o disposto no Procedimento para Processos de Adesão a Atas de Registro de Preços da Codevasf.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
- 5.2. Em caso de prorrogação da ata de registro de preços, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
- 5.3. A eventual prorrogação e renovação do quantitativo originalmente registrado se dará mediante prévio acordo entre as partes e desde que previsto na etapa de planejamento da contratação.

6. DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

- 6.1. Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2026 e seus anexos.

7. DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
 - b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

- c) ou na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.
- 7.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.2.2. Na hipótese prevista no item 7.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.2.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.
- 7.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 7.3.1. Para fins do disposto no item 7.3, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 7.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação aplicável.

- 7.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no item 7.3.2, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 7.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no item 7.3 e subitem 7.3.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.3.6. O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto inciso VI do art. 81 da Lei n.º 13.303/16.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
 - b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.3.2; ou
 - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. Na hipótese prevista na alínea d) do item 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 8.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- c) ou se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 7.2.3 e 7.3.4.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas no **item 23 do Edital nº 90006/2026**, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências abaixo, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou ser declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Diretor-Presidente da Codevasf, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. Integram esta Ata de Registro de Preços o Edital do **Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 90006/2026**, seus anexos, e a proposta da empresa _____, CNPJ: _____, vencedora dos itens relacionados no item 2 desta Ata para certame supramencionado.
- 11.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 11.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
- 11.4. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do estado do Piauí, será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 11.5. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf e demais normas aplicáveis.

Teresina - PI, XX de XXXXXXXXXXXX de 2026.

JOSE OCELO ROCHA CAMPOS JUNIOR
Superintendente Regional - Substituto
CODEVASF – 7ª/SR

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

Minuta

CONTRATO que entre si fazem a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA-CODEVASF e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na forma abaixo.

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

- **CODEVASF**, empresa pública federal, inscrita no CNPJ nº 00.399.857/0001-26, autorizada sua criação pela Lei nº 6.088/1974, com alterações posteriores, entidade integrante da Administração Pública Indireta (art. 4º, II, “b”, do Decreto-Lei nº 200/1967), vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, nos termos do Decreto nº 12.504/2025, com Sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, CEP 70.830-019, Brasília, Distrito Federal, doravante denominada **CODEVASF**, neste ato representada por seu(ua) Superintendente Regional da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, **Sr. JOSÉ OCELO ROCHA CAMPOS JUNIOR, Superintendente Regional Substituto da 7ª Superintendência Regional da Codevasf, matrícula nº 78290-4, nomeado pela Decisão nº 261/2018**, residente e domiciliado nesta Capital, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, matrícula nº _____ (ou CPF oculto em atenção à LGPD, adotando-se o seguinte padrão: CPF nº ***.123.123-**), resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da Codevasf, expressa na Resolução nº ____, de ____ de _____ de ____, constante à Peça __ do Processo nº **59570.001184/2025-70-e** que, na forma do art. 68 da Lei nº 13.303/2016, será regulado pelas cláusulas e condições seguintes, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado:

1. Cláusula Primeira - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente contrato é o fornecimento, transporte, carga e descarga de equipamentos para atender demanda da Universidade Federal do Piauí - UFPI (Laboratório de reprodução animal) e, eventualmente, outras instituições parceiras no estado do Piauí, área de atuação da CODEVASF/7ª SR, conforme especificações e quantitativo estabelecidos no Termo de Referência, anexo I do Edital nº **90006/2026**.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.3. Discriminação do objeto, conforme descrições/especificações contidas no Anexo II – Planilha de Quantidades, Preços Orçados e Especificações Técnicas, do Termo de Referência, Anexo I do **Edital nº 90006/2026**.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

2. Cláusula Segunda - DOS DOCUMENTOS

- 2.1. Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:
- a) Edital nº **90006/2026** e seus Anexos;
 - b) Termo de Referência e Anexos;
 - c) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de ___/___/___.
 - d) Ata de Registro de Preços;
 - e) Matriz de Risco;
 - f) Demais documentos contidos no Processo nº **59570.001184/2025-70-e**.
- 2.2. Em caso de divergência entre os documentos mencionados no item anterior e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. Cláusula Terceira - PRAZO

- 3.1. Os prazos para execução dos fornecimentos e vigência do contrato são os estabelecidos no **item 11 do Termo de Referência**, que integra o Edital nº **90006/2026**, e nos subitens abaixo.
- 3.2. O prazo para execução do objeto deste TR é de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 3.3. O prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento é de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do contrato.
- 3.4. O prazo para vigência do contrato, contado em dias, a partir da data de sua assinatura, compreende o prazo máximo para emissão da Ordem de Fornecimento, o prazo de execução do objeto informado acima, acrescido de mais 60 (sessenta) dias consecutivos para recebimento definitivo e expedição do Termo de Encerramento Físico dos fornecimentos e mais 30 (trinta) dias para pagamento da Nota Fiscal, perfazendo um prazo total de vigência de 330 dias.
- 3.5. O contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, qualquer que seja o valor envolvido, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado, caso:
- a) haja interesse da Codevasf;
 - b) sejam comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
 - c) seja constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para a Codevasf;
 - d) esteja justificada e motivada tecnicamente por escrito, em processo correspondente;
 - e) esteja previamente autorizada pela autoridade competente.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 3.6. Os pedidos de prorrogação de vigência dos contratos pelo contratado serão analisados pelo Fiscal do Contrato e/ou ao titular da unidade orgânica demandante, que emitirá parecer quanto à necessidade de prorrogação e o encaminhará ao Gestor do Contrato para providências decorrentes.
- 3.7. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 30 (trinta) dias antes do vencimento do Contrato.
- 3.8. A expedição da “Ordem de Fornecimento” somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no “Diário Oficial da União”.
- 3.9. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
 - b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
 - c) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
 - d) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
 - e) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 3.10. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar certidões comprobatórias de sua regularidade fiscal e trabalhista ou comprovante de regularidade do SICAF, assim como suas condições habilitatórias. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita às sanções previstas neste Edital, bem como ao enquadramento nos motivos do Art. 155 do Regulamento Interno de Licitações da Codevasf.
- 3.11. O Termo Aditivo que prorrogar vigência contratual que implique em alteração no valor do contrato conterá cláusula especificando o respectivo valor.

4. Cláusula Quarta - VALOR

- 4.1. O valor global deste contrato é de **R\$** (.....), obedecidos os preços **por item** constantes da Proposta Financeira da CONTRATADA.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.
- 4.3. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.
- 4.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

5. Cláusula Quinta - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas correrão à conta Programa de Trabalho nº _____ – _____, Categoria Econômica _____, sob gestão da _____, conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em __/__/2025.

6. Cláusula Sexta - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento do objeto deste Edital será realizado conforme as condições estabelecidas no **item 12 do Termo de Referência**, Anexo I deste Edital, que faz parte integrante do mesmo. Será efetuado em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF, e de acordo com o cumprimento dos seguintes eventos, observados ainda os subitens seguintes:
 - a) 100% (cem por cento) após a entrega no local de recepção, com o atesto da nota fiscal de agente fiscalizador indicado pela CODEVASF que estará no local para esta tarefa.
- 6.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do ateste pela fiscalização da Codevasf nas faturas/notas fiscais da contratada.
- 6.3. O atesto da fiscalização deverá ser efetuado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega das faturas/notas fiscais.
- 6.4. Caso a fiscalização não ateste a faturas/notas fiscais, os documentos apresentados serão devolvidos à empresa contratada, sendo o prazo estabelecido no subitem 6.1 reiniciado após a entrega da nova documentação corrigida.
- 6.5. As Faturas/Notas Fiscais deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada fornecimento faturado, devidamente atestado pela Fiscalização, isentas de erros ou omissões, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário, agência, localidade e número da conta corrente para recebimento dos respectivos créditos.
- 6.6. Por não ser a CODEVASF contribuinte do ICMS, fica estabelecido que a alíquota do imposto a ser destacada na nota fiscal será aquela praticada na operação interna, conforme art. 155, § 2º, inciso VII, letra “b”, da Constituição Federal/88.
- 6.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:
 - a) O valor do IR e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o artigo 2º da IN/SRF Nº 1.234/2012 e suas alterações, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço prestado.

- 6.8. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e, que cubram a execução do objeto
- 6.9. É de inteira responsabilidade da empresa contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 6.10. As faturas só serão liberadas para pagamento depois de aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão, de forma imediata, devolvidas ao licitante vencedor para correções, não se alterando a data de adimplimento da obrigação.
- 6.11. No ato da entrega, será feita a conferência de cada item entregue, atestando que os mesmos estão de acordo com as especificações técnicas que integraram este Termo de Referência.
- 6.12. O pagamento será efetuado após a conferência dos itens e da nota fiscal, em moeda corrente nacional, após o atesto do Fiscal do Contrato na nota fiscal e encaminhada para pagamento. A CONTRATADA deverá estar em situação regular no SICAF.
- 6.13. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
- 6.14. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, e creditado em qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto, ficarem explicitados o nome do Banco, Agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após a aceitação e atesto das Notas Fiscais/Faturas.
- 6.15. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 6.16. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 6.17. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 6.18. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 81, inciso VI, da Lei nº 13.303/2016.
- 6.19. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 6.2, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

$I = (1+im1/100)^{dx1/30} \times (1+im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1+imn/100)^{dxn/30} - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 6.20. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 6.21. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

7. Cláusula Sétima – REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 7.1. Os preços referentes ao contrato firmado com a CONTRATADA permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data limite de apresentação da proposta. Após o período estabelecido, serão adotados os critérios de reajustamento previstos no **item 13 do Termo de Referência**, Anexo I do **Edital nº 90006/2026**. Segue abaixo fórmula de reajustamento:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = V \left[\frac{I1 - I0}{I0} \right], \text{ onde:}$$

Onde:

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I1” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I0” é o índice inicial correspondente à data de apresentação da Proposta

O índice a ser adotado para o reajustamento é o IPCA/IBGE, pois é o índice oficial de monitoramento da inflação no Brasil.

- 7.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.1.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.1.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

8. Cláusula Oitava - MULTA

- 8.1. Nos casos de atrasos na execução do fornecimento do objeto contratado, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa sobre o valor do contrato/ordem de fornecimento por dia, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- a) 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento por dia de atraso na entrega, até o máximo de 12% (doze por cento).
- 8.2. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa baseada no valor do contrato/ordem de fornecimento, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, conforme abaixo:
- Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato/ordem de fornecimento conforme a Tabela 1;
 - Até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de descumprimento das obrigações contratuais descritas na Tabela 2;
 - 12% (doze por cento) do valor do contrato/ordem de fornecimento no caso de inexecução total.

Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade - inexecução parcial

Inadimplências	Grau de Penalidade	Percentual do valor do contrato
Execução parcial de até 80% do valor contratual	01	2%
Execução parcial de até 60% do valor contratual	02	4%
Execução parcial de até 40% do valor contratual	03	8%
Execução parcial de até 20% do valor contratual	04	10%

Tabela 02 – Descumprimento de obrigação contratual e a respectivo penalidade

Ocorrência	Cálculo da multa
Não atendimento às determinações estipuladas pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA, através de comunicação formal do fiscal.	R\$ 100,00 por dia de atraso
Não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	R\$ 500,00 por dia de atraso

- 8.3. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 8.4. A multa será calculada na forma prevista no edital ou no contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, conforme previsão do artigo 167 do RILC.
- 8.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela Codevasf, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte:
- A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
 - Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- c. Não havendo qualquer importância a ser recebida pelo(a) Contratado(a), esta será convocada a recolher à 7ª/GRG/UFN o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 8.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10(dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10(dez) dias úteis, contado a partir da data de ciência da aplicação multa, para apresentar recurso à Codevasf. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 8.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Autoridade Superior da Codevasf, que poderá dar provimento ou não ao recurso.
- 8.8. Em caso de provimento do recurso, a Codevasf se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 8.9. Caso a Autoridade Superior não dê provimento ao recurso, não caberá novo recurso administrativo.

9. Cláusula Nona - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 9.1. Não será exigida Garantia de Execução.

10. Cláusula Décima – RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS

- 10.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no **item 17 do Termo de Referência, Anexo I do Edital 90006/2026**.

11. Cláusula Décima Primeira – FISCALIZAÇÃO

- 11.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução dos fornecimentos será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados, a quem compete verificar se o Licitante vencedor está executando os trabalhos, observando o contrato e demais documentos pertinentes.
- 11.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se o Licitante vencedor mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 11.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o contrato/ordem de fornecimento, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a CONTRATADA a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos materiais, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 11.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área responsável pela execução do contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 11.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 11.6. Das decisões da Fiscalização poderá contratada recorrer à Área de Revitalização e Sustentabilidade Socioambiental da CODEVASF, responsável pelo acompanhamento do fornecimento, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 11.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 11.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos fornecimentos prestados pelo licitante vencedor, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos fornecimentos.
- 11.9. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. Cláusula Décima Segunda - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 12.1. A observância ao Critério de Sustentabilidade Ambiental será de acordo o previsto no **item 18 do Termo de Referência**, Anexo I do **Edital 90006/2026**.

13. Cláusula Décima Terceira - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. A contratada fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.
- 13.2. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/22, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstando-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 13.3. Serão de responsabilidade do licitante vencedor o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
 - a) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
 - b) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 13.4. A descarga dos equipamentos/materiais adquiridos deve ser avisada via e-mail ou telefone, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

14. Cláusula Décima Quarta - OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.

- 14.1. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto e exigir da CONTRATADA o cumprimento integral do Contrato.
- 14.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 14.3. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 14.4. Rejeitar todo e qualquer fornecimento inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 14.5. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos contratados.
- 14.6. Efetuar o pagamento no prazo previsto neste contrato.

15. Cláusula Décima Quinta - DA GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 15.1. A garantia consta do **item 21 do Termo de Referência**, Anexo I que é parte integrante do Edital em questão.

16. Cláusula Décima Sexta – DA MATRIZ DE RISCO

- 16.1. A matriz de risco está apresentada em anexo a este contrato, com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 16.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz de Riscos seja da Codevasf.
- 16.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 16.4. Constitui peça integrante do contrato a Matriz de Riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 16.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 16.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 16.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de riscos, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 16.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- 16.9. Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 16.10. A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no Termo de Referência.

17. Cláusula Décima Sétima – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1. Para a apuração das infrações contratuais ou outras cometidas nas Licitações Codevasf, a Codevasf, respeitado o contraditório e ampla defesa, deverá instaurar processo para apuração da responsabilidade do infrator, podendo impor as seguintes penalidades ao contratado ou licitante:

- I. Advertência, nos seguintes casos:

- a) descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave; ou;

- b) inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

- I.1) A licitante será notificada que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

- I.2) Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Codevasf.

- II. Multa, na forma descrita no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

- III. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 02 (dois) anos, o licitante e contratado que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;

- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

- c) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- e) Não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
 - f) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
 - g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
 - h) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.
- 17.1.1. A sanção prevista no inciso I do subitem 17.1 consiste em uma comunicação formal ao licitante/contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada **a impropriedade, notificando-o** de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.
- 17.1.2. As sanções definidas no inciso III do subitem 17.1 poderão ser majoradas em 1/2 (um meio) nos seguintes casos, em função do prazo base originário da sanção:
- a) Se o apenado for reincidente; e
 - b) Se a falta do apenado tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa.
- 17.1.3. As sanções definidas no inciso III do subitem 17.1 poderão ser atenuadas em 1/4 (um quarto) nos seguintes casos em função do prazo base originário da sanção:
- a) Se o apenado não for reincidente;
 - b) Se a falta do apenado não tiver produzido prejuízos relevantes para a empresa;
 - c) Se o apenado tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e
 - d) Se o apenado comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 56 do Decreto nº. 11.129/2022.
- 17.2. Na aplicação de sanções ao contratado será assegurada a observância do contraditório e ampla defesa, garantindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de defesa prévia pelo contratado.
- 17.3. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar podem ser cumuladas com a de multa.
- 17.4. A sanção de suspensão, prevista no subitem 17.1 observará os parâmetros estabelecidos no RILC da CODEVASF, e poderá ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:
- b. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou
 - d. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a CODEVASF, em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.5. Constituem atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, as condutas descritas nos incisos de I a V, do art. 5º da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), sujeitando-se as empresas licitantes e as empresas contratadas às penalidades previstas no art. 6º, da mesma lei, seguindo a regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.
- 17.6.1. Os atos previstos no item 17.1, que também sejam tipificados como atos lesivos à lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, conforme regulamentação do Decreto nº 11.129/2022.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 17.7. Constitui crime contra a Administração Pública, sujeitando-se às penalidades do Código Penal Brasileiro, as condutas descritas nos artigos 337-E a 337-O, em razão do disposto no art. 41 da Lei 13.303/2016.
- 17.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
- 17.9. No caso da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Codevasf, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da lavratura da ata.

18. Cláusula Décima Oitava – POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

- 18.1. As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e o Decreto nº 11.129/2022, de 11 de julho de 2022.
- 18.2. A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013, além de se obrigar expressamente a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013, Lei Anticorrupção e da responsabilidade objetiva da empresa contratada em razão do descumprimento.
- 18.3. A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.
- 18.4. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar a Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 11.129/2022, Instrução Normativa CGU nº 13/2019, e da e Norma de Apuração Correccional da Codevasf (N-359), com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, sendo cabível, ainda, o ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.
- 18.5. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, a CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento da legislação anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados e (III) submeter-se à auditoria interna ou outro controle interno que a CONTRATANTE determinar, como apresentação de quaisquer documentos solicitados a fim de esclarecer pendências ou dúvidas acerca da conduta da CONTRATADA e seus agentes.
- 18.6. A CONTRATADA se obriga a notificar a CONTRATANTE, imediatamente, por escrito, a respeito de qualquer suspeita ou violação das legislações anticorrupção vigentes, bem como nos casos em que obtiver ciência de qualquer prática de suborno ou corrupção.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 18.7. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão deste CONTRATO, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.
- 18.8. As infrações administrativas à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, bem como às infrações administrativas previstas nos editais e contratos que também sejam tipificadas como atos lesivos na Lei nº 12.846/2016, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, nos termos previstos no art. 16 do Decreto nº 11.129/2022 e da Norma de Apuração Correcional da Codevasf (N-359).

19. Cláusula Décima Nona – POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- 19.1. A Contratada deverá apresentar, quando da assinatura do contrato, o Termo de Observância a Política de Transações com Partes Relacionadas, devidamente assinado, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital **90006/2026**.

20. Cláusula Vigésima – CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA E INTEGRIDADE

- 20.1. A observância ao Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf será de acordo com o previsto no **item 26 do Edital 90006/2026**.

21. Cláusula Vigésima Primeira - ADITAMENTO CONTRATUAL

- 21.1. A celebração de termo aditivo contratual está condicionada a verificação da regularidade em relação aos encargos sociais, trabalhistas e com a Fazenda Pública, a ser comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

22. Cláusula Vigésima Segunda- DANO PATRIMONIAL OU EXTRAPATRIMONIAL

- 22.1. A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.
- 22.2. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 22.3. A CODEVASF não indenizará os prejuízos que possam advir de erro ou equívoco na proposta da contratada.

23. Cláusula Vigésima Terceira - DOS FORNECIMENTOS EXTRACONTRATUAIS

- 23.1. Respeitados os limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016, os fornecimentos eventualmente necessários e não previstos na Planilha de Preços deverão ter execução previamente autorizada por Termo de Alteração Contratual.
- 23.2. Devem ser registradas por meio de termo aditivo eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, especialmente as referentes aos fornecimentos extras motivados pela CODEVASF. Os fornecimentos extras contratuais não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévio



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela CODEVASF ou por preposto por ela designado.

24. Cláusula Vigésima Quarta - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA CONFIDENCIALIDADE

- 24.1. As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em virtude deste Contrato em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e demais regulamentações aplicáveis. O tratamento de dados deverá observar os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas (art. 6º da LGPD).
- 24.2. A obrigação de proteção abrange todos os dados pessoais de agentes públicos, prepostos, colaboradores da CONTRATADA, cidadãos e quaisquer outros titulares de dados envolvidos direta ou indiretamente na execução do objeto contratual.
- 24.3. Compete à CONTRATADA, na qualidade de Operadora de dados pessoais, e sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei e neste Contrato:
- a) Utilizar os dados pessoais exclusivamente para as finalidades específicas e necessárias à execução do Contrato, sendo vedado qualquer uso que exceda o objeto contratado.
 - b) Não divulgar, compartilhar, transferir ou de qualquer forma dar acesso aos dados a terceiros não autorizados, salvo mediante prévia e expressa autorização por escrito da CONTRATANTE ou em caso de obrigação legal.
 - c) Adotar e comprovar, sempre que solicitado pela fiscalização do Contrato, a implementação de medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
 - d) Manter política interna de segurança da informação e proteção de dados e realizar a capacitação de seus colaboradores e prepostos que terão acesso aos dados.
 - e) Comunicar formalmente à CONTRATANTE, em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, acompanhado das informações sobre a natureza do incidente, os titulares afetados, as medidas adotadas e os riscos relacionados (§1º do art. 48 da LGPD).
- 24.4. A CONTRATANTE, na qualidade de Controladora, assegurará que o tratamento dos dados sob sua guarda atenda às mesmas exigências de segurança e finalidade.
- 24.5. O armazenamento dos dados pessoais se dará apenas pelo período estritamente necessário para o cumprimento das obrigações contratuais, para a fiscalização dos serviços prestados e para o atendimento a obrigações legais ou regulatórias, conforme o art. 16 da LGPD.
- 24.5.1. Findo o prazo de tratamento ou o Contrato, os dados pessoais deverão ser eliminados de forma segura ou devidamente anonimizados pela CONTRATADA, mediante comprovação à CONTRATANTE, ressalvada a guarda para cumprimento de obrigação legal.
- 24.6. As Partes se comprometem a cooperar para garantir o pleno exercício dos direitos dos titulares de dados previstos no art. 18 da LGPD (acesso, correção, eliminação, etc.), assegurando canais para solicitações, que serão direcionadas e respondidas pelo Encarregado de Proteção de Dados (DPO) da CONTRATANTE.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- 24.6.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente à CONTRATANTE um ponto de contato (responsável) para tratar de quaisquer demandas relacionadas à LGPD.
- 24.7. Eventuais repasses de dados a subcontratados ou parceiros da CONTRATADA somente poderão ocorrer com autorização prévia e expressa da CONTRATANTE, devendo o subcontratado aderir, por meio de instrumento contratual específico, às mesmas obrigações de proteção de dados aqui estipuladas.
- 24.8. O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula sujeitará a Parte infratora, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade civil, penal e administrativa, às seguintes consequências:
- a) Aplicação das sanções previstas no art. 52 da LGPD, a serem impostas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
 - b) Aplicação das sanções administrativas previstas neste Contrato, incluindo advertência, multa de até 2% (dois por cento) do valor global atualizado do Contrato, e, a depender da gravidade, rescisão contratual e inscrição em cadastros restritivos.
 - c) Obrigação de reparar integralmente os danos materiais e morais, individuais ou coletivos, causados à outra Parte ou a terceiros.
 - d) Obrigação de ressarcir a Parte inocente por quaisquer multas, condenações ou prejuízos que esta venha a sofrer em processos judiciais ou administrativos em decorrência de falha da Parte infratora no cumprimento das normas de proteção de dados.
- 24.9. As obrigações de confidencialidade e proteção de dados previstas nesta cláusula sobreviverão ao término deste Contrato, permanecendo em vigor enquanto os dados pessoais estiverem sob a guarda de qualquer das Partes.

25. Cláusula Vigésima Quinta - RESCISÃO

25.1. Constituem motivos, dentre outros, para rescisão do contrato:

- i. o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- ii. a lentidão no seu cumprimento, levando a Codevasf a presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, a não conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- iii. o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- iv. a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Codevasf;
- v. a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato e autorizada pela Codevasf, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- vi. o não atendimento das determinações regulares do preposto da Codevasf designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- vii. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;
- viii. a decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;
- ix. a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

- x. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a Codevasf presumir, por meio de parecer técnico devidamente fundamentado, prejuízo à execução da obra ou serviço;
- xi. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- xii. a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 81 da Lei 13.303/2016;
- xiii. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- xiv. o atraso superior 60 (sessenta) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes já recebidas ou executadas, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- xv. a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- xvi. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- xvii. descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

25.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa, sem prejuízo das sanções cabíveis.

26. Cláusula Vigésima Sexta - PUBLICAÇÃO

26.1. A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

27. Cláusula Vigésima Sétima - FORO

27.1. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL

27.2. E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes.

Teresina/PI, de..... de 2026.

JOSE OCELO ROCHA CAMPOS JUNIOR
Superintendente Regional - Substituto
CODEVASF – 7ª/SR

Responsável legal da CONTRATADA